



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Economia

Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas

PROJETO PEDAGÓGICO

Reitor:

Prof. Antonio Cesar Gonçalves Borges

Vice-Reitor:

Prof. Manoel Luiz Brenner de Moraes

Pró-Reitora de Graduação:

Profª. Eliana Povoas Pereira Estrela

Diretora do Departamento de Desenvolvimento Educacional:

Profª. Sandra Souza Franco

Diretor do Instituto de Ciências Humanas:

Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Chefe do Departamento de Economia:

Prof. André Carraro

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas:

Prof. Anderson Antônio Denardin

Pelotas, setembro de 2009.

Sumário

<i>Resumo das Características</i>	4
<i>Introdução</i>	5
<i>1. A Universidade Federal de Pelotas</i>	6
1.1. Histórico.....	6
1.2 Aspectos Gerais.....	7
1.3 Estrutura Organizacional.....	8
1.4 Infra-estrutura Física	9
<i>2. O Instituto de Ciências Humanas</i>	10
<i>3. O Curso de Ciências Econômicas</i>	10
3.1. O Contexto Histórico	10
3.2.O Contexto Institucional	12
3.2.1 Infra-estrutura física e administrativa.....	12
3.2.2 Corpo Docente.....	12
3.3 O Contexto Legal	13
3.4 Referenciais Pedagógicos.....	14
3.5 Referenciais Ético-políticos	16
3.6. Concepção, Objetivos e Vocação do Curso.....	17
<i>4. Estrutura Curricular</i>	19
4.1 Núcleo de Formação Básica	19
4.4 Formação Geral	24
4.5 Formação Teórico-Quantitativa	24
4.6 Formação Histórica	25
4.7 Formação Teórico-prática.....	26
4.8 Carga Horária de Escolha.....	26
4.9. Concepção e Composição das Atividades Complementares	27
5. Regulamentação do Trabalho de Curso: Monografia.....	28
<i>6. Regras de Transição para o Novo Currículo</i>	44
<i>7. Perfil Profissional do Egresso: competências e habilidades esperadas</i>	50
7.1 Acompanhamento do Egresso.....	51
<i>8. Formas de Realização da Interdisciplinaridade</i>	51
<i>9. Modos de Integração entre Teoria e Prática</i>	51
<i>10. Formas de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem</i>	51
<i>11. Integração Graduação e Pós-Graduação Lato Senso</i>	52
<i>12. Incentivo à Pesquisa e sua Inter-relação com o Ensino e a Extensão</i>	53
<i>13. Regulamento de Estágio Não-Obrigatório</i>	54

13.1 RESOLUÇÃO DA UFPEL QUE DISPÕE SOBRE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS: ...	54
13.2 OBJETIVO DO ESTÁGIO:	60
13.3 MODALIDADE DE ESTÁGIO.....	60
13.4 Áreas do Estágio.....	61
13.5 LOCAL DO ESTÁGIO:.....	62
13.6 Termo de Compromisso	62
13.7 Supervisão de Estágio.....	63
13.8 Funções do supervisor no local de estágio:.....	63
13.9 Professores orientadores de estágio:	64
13.10 RESPONSABILIDADES DOS ESTAGIÁRIOS:.....	64
13.11 Avaliação de Estágio.....	65
13.12 Das Disposições Finais.....	65
13.13 Documentação	65
<i>Anexo 1 - Ementas das Disciplinas.....</i>	71
Núcleo de Formação Básica	71
Primeiro Semestre	71
.Segundo Semestre	71
Segundo Semestre	72
Terceiro Semestre.....	73
Quarto Semestre	74
Quinto Semestre	75
Sexto Semestre.....	76
Sétimo Semestre	77
<i>Anexo 2 Caracterizações das Disciplinas do Núcleo de Formação Básica.....</i>	81
Semestre 1.....	82
Semestre 2.....	94
Semestre 3.....	105
Semestre 4.....	114
Semestre 5.....	122
Semestre 6.....	130
Semestre 7.....	140
Semestre 8.....	146

Resumo das Características

Denominação	Ciências Econômicas
Modalidade	Presencial
Titulação Conferida	Bacharel em Ciências Econômicas
Duração do Curso	Quatro anos
Carga Horária Total do Curso	3.247 horas
Turno	Noturno
Número de Vagas Oferecidas	50
Regime Acadêmico	Semestral
Ato de Autorização do Curso	Resolução CONSUN 02/2001
Ato de Reconhecimento do Curso	Portaria MEC Nº. 3.799 de 17/11/2004
Unidade Acadêmica	Instituto de Ciências Humanas
Departamento	Economia

Introdução

Desde a formatura da sua primeira turma de graduados em 2004, o Curso de Bacharelado em Economia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) vem passando por diversas mudanças no sentido de melhorar a qualidade do seu ensino e da gestão acadêmica do curso. Não obstante, os procedimentos de melhoria adotados consistiam em pequenos acertos para atender melhor às necessidades da comunidade acadêmica e às determinações oriundas do Ministério da Educação.

O projeto pedagógico do Curso de Ciências Econômicas foi atualizado em 2008 motivado pela alteração na Diretriz dos Cursos de Ciências Econômicas ocorrido em 2006. Da implementação do projeto percebeu-se a necessidade de mudanças, adaptações e melhorias. A vinda da nova lei de estágios, Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, promoveu a oportunidade para que o Curso de Ciências Econômicas, em seu Colegiado, promove-se, além da necessária normatização em relação à realização de estágios não-obrigatórios, ajustes e melhorias verificadas como necessárias para a melhor implementação e operacionalização do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UFPel.

O presente projeto pedagógico é o resultado final das discussões no Colegiado do Curso de Ciências Econômicas. Agradeço a todos que colaboraram para a confecção deste trabalho.

Pelotas, 19 de setembro de 2009

Prof. Anderson Antônio Denardin

Coordenador do Colegiado do Curso de Economia

1. A Universidade Federal de Pelotas

1.1. Histórico

Embora seja uma Universidade jovem, com apenas 40 (quarenta) anos, a UFPel aglutina, em sua estrutura acadêmica, uma Faculdade de Agronomia centenária (120 anos), o que justifica a tendência, no início de sua história, de desenvolver com maior ênfase a área de Ciências Agrárias. Também conta com uma Faculdade de Odontologia de 92 (noventa e dois) anos, uma de Direito com 90 (noventa) anos e o Instituto de Sociologia e Política de 46 (quarenta e seis) anos. Participaram do núcleo formador da UFPel a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Pelotas.

A Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul foi criada em 1960 e pertencia ao Ministério da Agricultura, estando sediada em Pelotas e sendo composta na época pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e pelas Faculdades de Ciências Domésticas e de Veterinária, estas duas criadas posteriormente, em 1961 e 1969, respectivamente. As áreas anexadas que faziam parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram as Faculdades de Direito e de Odontologia e o Instituto de Sociologia e Política.

No ano de 1969, em 16 de dezembro, além das unidades do núcleo formador, foram integradas à Universidade as seguintes unidades acadêmicas: Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Química e Geociências, Instituto de Física e Matemática e Instituto de Artes. Também foram agregadas à Universidade as seguintes instituições de ensino superior existentes na cidade: Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões, Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado e Conservatório de Música de Pelotas.

A Administração Superior da UFPel, em 1969, era composta pelo Conselho Diretor da Fundação e pela Reitoria. Integra a UFPel atualmente, como órgão complementar, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça – CAVG.

Nesses 40 (quarenta) anos de funcionamento da UFPel, ocorreram na estrutura acadêmica algumas modificações significativas, como a criação, incorporação, transformação e extinção de unidades, a criação de novos cursos, bem como a transformação de cursos em unidades.

1.2 Aspectos Gerais

A Universidade Federal de Pelotas situa-se no município de Pelotas (com um Campus no município do Capão do Leão), polo econômico e cultural da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, situado à margem da Lagoa dos Patos, a 250km (duzentos e cinqüenta quilômetros) de Porto Alegre e a 600km (seiscentos quilômetros) de Montevidéu (Uruguai), constituindo-se em importante entroncamento rodoviário do sul do Brasil, conectado a 50km com o superporto de Rio Grande. Com grande número de engenhos, Pelotas é o maior centro de beneficiamento de arroz da América Latina.

A UFPel, fundada em 1969, de acordo com seu Estatuto Geral (<http://www.ufpel.edu.br/consun/estatuto.php>), tem como objetivos fundamentais a educação, o ensino, a investigação e a formação profissional, como também o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico da região na qual está inserida.

As normas que regem a Universidade são:

I - Decreto-Lei no 750, de 08 de agosto de 1969 – que prevê a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas;

II - Decreto-Lei no 65.881, de 16 de dezembro de 1969 – que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Pelotas;

III - Parecer no 1.149/72 do Conselho Federal de Educação, homologado pelo Ministro da Educação e Cultura em 20 de outubro de 1972 – que aprova o primeiro Estatuto da Universidade Federal de Pelotas;

IV - Parecer no 553/77 do Conselho Federal de Educação, homologado pelo Ministério da Educação e Cultura e publicado no Diário Oficial da União de 22 de abril de 1977 (página 4.648) – que aprova o novo Estatuto e o Regimento Geral da UFPel.

As atividades de ensino, extensão e pesquisa, em níveis médio, superior e de pós-graduação estão reunidas em cinco áreas do conhecimento, a saber: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas; Ciências Exatas e Tecnologia, Ciências Humanas e Letras e Artes.

Através de suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, a UFPel exerce grande influência sobre o Distrito Geoeducacional-36, que inclui uma comunidade de 25 (vinte e cinco) municípios, além de um intenso envolvimento no desenvolvimento da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Recebe, também, principalmente através de convênios, alunos estrangeiros oriundos da Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Panamá, Angola, Cabo Verde, Paraguai, Bolívia, Nigéria, Honduras, Venezuela e Espanha.

1.3 Estrutura Organizacional

A administração superior da UFPel é composta pelo Conselho Diretor da Fundação, Conselho Universitário, Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão e pela Reitoria. A Reitoria compreende: o Gabinete, o Biotério Central, os Centros Agropecuário da Palma e de Informática, as Coordenadorias de Assuntos Estudantis e Comunitários e de Comunicação Social, a Procuradoria Jurídica, a Agência para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim, o Centro de Integração do Mercosul e as Pró-Reitorias Administrativa, de Extensão e Cultura, de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Planejamento e Desenvolvimento.

O órgão supremo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa, é o Conselho Universitário, que é composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores de Unidades de Ensino, Representantes dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, Representantes do Conselho Diretor da Fundação, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – COCEPE – e de Representantes da comunidade. As deliberações sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão são de competência do COCEPE, com funções consultiva, normativa e deliberativa, composto pelo Vice-Reitor, Pró-Reitores das respectivas atividades-fim, representantes das 05 áreas de conhecimento que compõem a UFPel, representantes do Conselho Universitário e Representantes do corpo discente.

O órgão angariador de recursos e fiscalizador da gestão econômico-financeira é o Conselho Diretor da Fundação, responsável principal pelas relações entre a Universidade e a comunidade, composto pelo Reitor, Vice-Reitor, representantes do MEC, do Governo do Estado, do Governo do Município, da rede bancária, da Associação Comercial de Pelotas, do Centro de Indústrias de Pelotas, da Associação Rural, e representantes docentes e discentes.

Conforme citado, a Universidade desenvolve suas atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão em cinco áreas fundamentais:

- I - Ciências Agrárias;
- II - Ciências Biológicas;
- III - Ciências Exatas e Tecnologia;
- IV - Ciências Humanas;
- V - Letras e Artes.

São 56 (cinquenta e seis) os Departamentos responsáveis pela execução das atividades-fim, distribuídos em 21 (vinte e uma) Unidades Acadêmicas – sete Institutos Básicos, 12 Faculdades, uma Escola Superior de Educação Física, um Conservatório de Música – com finalidades específicas de promover, em suas especialidades, o processo de ensino-aprendizagem, integrando ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento de um profissional capacitado.

A Universidade é também responsável por um conjunto agrotécnico, formado por 10 (dez) unidades especiais, que dão apoio às atividades didático-pedagógicas e de produção de 3 (três) cursos técnicos de nível médio, e que constituem o CAVG – Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça.

1.4 Infra-estrutura Física

A estrutura física da UFPel se distribui em 6 (seis) campi, 4 (quatro) na cidade de Pelotas (Campus CAVG, Campus Cidade, Campus Porto e Campus da Saúde) e 2 (dois) no vizinho município de Capão do Leão (Campus Capão do Leão e Campus Palma).

O Campus Capão do Leão possui uma superfície de 106ha e 52.422 m² de área construída. O Campus Palma possui 1.256ha de superfície, onde está instalado o Centro Agropecuário da Palma, responsável pelo apoio às atividades de produção, de ensino, de pesquisa e de extensão da área de Ciências Agrárias, com 87 prédios, que totalizam 10.889m² de área construída. Entre o Campus Capão do Leão e o Campus Palma, em 3 (três) prédios da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias – localiza-se parte da Faculdade de Veterinária.

O Campus CAVG, situado na zona urbana de Pelotas, a 8km (oito quilômetros) do centro, tem 201ha de superfície, onde estão instalados, num total de 15.439m² de área construída, 73 (setenta e três) prédios do CAVG – Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça – responsável pelo ensino técnico-profissionalizante de nível médio, e um prédio de 1.212m², onde funciona o Centro de Pesquisa Meteorológica (Radar) da Faculdade de Meteorologia.

O Campus Cidade é constituído pelo Campus das Ciências Sociais, que abriga as Faculdades de Arquitetura e Urbanismo e de Educação, além dos Institutos de Letras e Artes, Sociologia e Política e Ciências Sociais. Além desse campus, o Campus Cidade conta com a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito, a Escola Superior de Educação Física e o Curso de Letras em quatro prédios próprios, dispersos na zona urbana de Pelotas.

O Campus Porto está em construção por meio dos recursos financeiros do Programa REUNI/MEC. É neste campus que está previsto a construção das instalações do Curso de Ciências Econômicas.

O Campus da Saúde é constituído pela Faculdade de Medicina e pela Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, estando situado na área urbana de Pelotas.

Além dos 6 (seis) campi, a Universidade também tem sob seu controle as seguintes áreas: Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo (com 29ha e 8.763 m² de área construída em 6 prédios), instalada no município do Capão do Leão; Estação Experimental de Piratini (com 50ha e 979m² de área construída em 9 prédios), localizada no município de Piratini; e

Barragem de Irrigação do Arroio Chasqueiro (com 1.915ha e 834m² de área construída em 5 prédios), situada no município de Arroio Grande.

2. O Instituto de Ciências Humanas

O Instituto de Ciências Humanas foi criado poucos meses após a fundação da Universidade Federal de Pelotas, através do artigo 14 do decreto 65.881, de 16 de dezembro de 1969, que aprovou o Estatuto da Universidade. Manteve-se exclusivamente como instituto básico, ministrando disciplinas para outras unidades da UFPEL até 1973, quando teve início o Curso de Estudos Sociais, Licenciatura em Moral e Cívica.

A Portaria 964, de 31 de dezembro de 1980, autorizou o funcionamento das licenciaturas plenas em História (reconhecida pela Portaria 171, de 7 de março de 1986) e Geografia (reconhecida pela Portaria 319, de 17 de maio de 1989), como complementos à licenciatura curta de Estudos Sociais. Em 1981, foi criado o Curso de Especialização em Ciências Sociais com habilitações em Sociologia e Economia.

Em 1984 foi criado o Curso de Filosofia (reconhecido pela Portaria 201, de 7 de fevereiro de 1991). Em 1990, desativado o Curso de Estudos Sociais, implantaram-se os currículos novos dos cursos de licenciatura em História e Geografia, ambos com duração de oito semestres.

Em 2000, ingressou a primeira turma do Curso de Bacharelado em Economia. Já em 2004, foi implementada a reforma curricular das licenciaturas, que expandiu os cursos de Filosofia, História e Geografia para dez semestres. A partir de 2006, iniciou o retorno para a duração de oito semestres. Em 2006 foi criado o Bacharelado de Filosofia.

A partir de 2008 com a participação da instituição no Programa REUNI está prevista a ampliação dos cursos e vagas oferecidos pelo Instituto.

3. O Curso de Ciências Econômicas

3.1. O Contexto Histórico

A história da criação do bacharelado em economia da UFPEL está intimamente ligada à insatisfação da sociedade pelotense com o seu desempenho econômico no final dos anos 90. No que tange à UFPEL, tal insatisfação materializou-se por uma forte demanda de setores da própria UFPEL e da sociedade local no sentido de que fosse criado um curso na área de economia que desse atenção à formação de profissionais capazes de atuar tanto no desenvolvimento local quanto no contexto do processo de globalização que se impunha à região em virtude da criação do MERCOSUL por meio do Tratado de Assunção em 1991.

Geograficamente, Pelotas se constitui no maior núcleo urbano da região sul do Rio Grande do Sul, com cerca de trezentos mil habitantes, dispondo de uma boa infra-estrutura econômica que conta inclusive com um porto e um aeroporto com capacidade para receber

vôos internacionais. A cidade é tangenciada por três rodovias federais, fica à margem da Lagoa dos Patos e dista 250 km tanto de Porto Alegre quanto do Chuí (ponto extremo sul do Brasil). Sua localização é considerada estratégica no âmbito do Mercosul, porquanto, além do porto na Lagoa dos Patos, ela está a 50km com o Superporto de Rio Grande, a 600km de Montevidéu (Uruguai) e no ponto médio entre Buenos Aires e o Sudeste brasileiro. Quanto ao capital humano e sua formação, a cidade possui duas universidades, uma faculdade isolada, uma unidade do Centro Federal de Ensino Tecnológico, o segundo maior número de estudantes do estado e uma elevada taxa de alfabetização de adultos (93,75%).

Contudo, o seu desempenho econômico é relativamente insuficiente e, já no final dos anos 90, não era mais possível esconder a clara decadência econômica da região sul do Estado do Rio Grande do Sul e, em particular, de Pelotas. Em termos populacionais, Pelotas caiu para a terceira posição no estado e sua renda per capita equivale à metade de Porto Alegre. Em termos de desenvolvimento humano, medido pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano da ONU), sua queda relativa foi ainda maior. Entre 1991 e 2000, houve uma queda de mais de 100 posições entre os municípios gaúchos. Seu aumento no IDH foi tão pífio (de 0,767 para 0,806) que de 34^a cidade do estado com maior desenvolvimento humano, a cidade caiu para a 144^a colocação.

Um olhar mais próximo e histórico permite compreender melhor essa aparente contradição. Elevada à categoria de cidade em 1835, Pelotas rivalizou com Porto Alegre pelo papel de núcleo urbano mais importante do Rio Grande do Sul durante um século. Ainda baseada na mão-de-obra escrava, a economia do charque foi a responsável pelos primeiros momentos de prosperidade da cidade de Pelotas ainda em meados do século XIX.

A partir dos anos 50, com a ampla difusão das novas tecnologias de conservação de carne, a estrutura produtiva do município ajustou-se e houve a instalação de diversos frigoríficos. Mais recentemente, contudo, essa atividade perdeu espaço devido à competição com outras regiões mais próximas dos grandes centros consumidores. Porém, outros empreendimentos ligados ao setor de alimentos, como a indústria de conservas e o beneficiamento de arroz, têm sido relevantes para a manutenção da economia local.

Ocorre que, enquanto maior núcleo urbano da região sul do RS, Pelotas tem boa parte de sua mão-de-obra ocupada no setor de serviços. Sem embargo, atividades comerciais de varejo pouco qualificadas são o principal componente do setor de serviços local. O chamado terciário superior, ou quaternário, tem pouca relevância econômica para a cidade. Ademais, o desempenho do setor de serviços está mais ligado à renda gerada nos municípios da região – os quais são basicamente rurais - do que a uma dinâmica interna. Por isso, a crise no setor rural como em um efeito dominó provoca uma crise no setor de serviços. Concomitantemente, os trabalhadores oriundos da zona rural ou das cidades

menores são atraídos pelas “oportunidades” que o maior centro urbano da região oferece e terminam por se somar aos subempregados e desempregados autóctones.

É esse contexto de estagnação por um lado e potencialidades por outro que motivou a criação do bacharelado em economia da UFPel em 2000.

3.2. O Contexto Institucional

3.2.1 Infra-estrutura física e administrativa

O Curso de Economia está sob a responsabilidade administrativa do Departamento de Economia e instalado fisicamente nas dependências do Instituto de Ciências Humanas, contando, por isso, com 4 salas de aula com capacidades que variam de 10 a 50 lugares.

Há três salas destinadas às dependências administrativas do curso, sendo uma delas reservada à secretaria e as outras duas acomodam os professores efetivos da área de economia. Existem 10 computadores nestas dependências, sendo um deles localizado na secretaria. Todos estes computadores estão em rede entre si e ligados à Internet. Existem ainda três impressoras de rede (duas delas jato de tinta e uma a laser) que servem aos computadores mencionados e um data show. A sala dos professores é dotada de mesas, cadeiras e armários para os professores.

A secretaria do curso funciona das 14h às 21h e tem um funcionário da Fundação Simon Bolívar destinada exclusivamente para o atendimento aos alunos.

3.2.2 Corpo Docente

O corpo docente do Departamento de Economia é composto, atualmente, por oito professores.

	Nome	Regime de Trabalho	Titulação	Instituição	País
1	André Carraro	Dedicação Exclusiva	Doutor em Economia	UFRGS	Brasil
2	Anderson Denardin	Dedicação Exclusiva	Doutor em Economia	UFRGS	Brasil
3	Ernani Ávila	Dedicação Exclusiva	Especialista em Teoria Econômica	UFPel	Brasil
4	Fábio Caetano	Dedicação Exclusiva	Doutorando em Economia	UFRGS	Brasil
5	Jabr Omar	40 horas	<i>PhD in Economics</i>	McGill University	Canadá
6	Marcelo de Oliveria Passos	Dedicação Exclusiva	Doutor em Economia	UFPR	Brasil
7	Nelson Santos	Dedicação Exclusiva	Doutor em Economia	USP	Brasil
8	Ubirajara Ribas	40 horas	Especialista em Economia	UCPel	Brasil

A estes professores devem ser acrescidos até o final do ano de 2009 mais dois novos professores provenientes de concursos já realizados ou a se realizar.

3.3 O Contexto Legal

As Diretrizes Curriculares para o Bacharelado em Ciências Econômicas eram regidas pela Lei 4.024/1961, regulamentada pela Resolução 11/1984 do Conselho Federal de Educação. Em virtude da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei no. 9394/1996), que revogou grande parte da Lei 4.024/1961, o Ministério da Educação viu-se na obrigação de baixar uma nova regulamentação adequada à nova lei.

A proposta de regulamentação do MEC, consubstanciada no Parecer 0146/2002 da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi aprovada pelo MEC em 03/04/2002 e homologada em 09/05/2002. Esta proposta foi ferozmente rechaçada pelo Conselho Federal de Economia (COFECON) e pelas associações de classe dos economistas - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e Federação Nacional dos Economistas (FENECON).

A rechaça ocorreu, porquanto o Parecer 0146/2002 desfigurava a essência de um bacharelado em ciências econômicas, tornando-o um curso de formação geral, em vez de profissional. Desta forma, o grau de bacharel em ciências econômicas perderia a capacidade de garantir que seu detentor estivesse capacitado ao exercício das funções previstas na Lei 1.411/1951 que regulamenta a profissão de economista, reduzindo assim muito do valor do título obtido.

Os ânimos se acalmaram um pouco com a aprovação dos Pareceres CNE/CES 067/2003, 108/2003, 54/2004 e 380/2005. O primeiro destes pareceres propunha a revogação do ato homologatório do Parecer CNE/CES 0146/2002 e o segundo deles recolocava em questão a carga horária mínima exigida para o bacharelado em ciências econômicas. Ficou, então, um vácuo normativo, porque, no que diz respeito a Diretrizes Curriculares para o Bacharelado em Ciências Econômicas, a ausência de Parecer e de Resolução CNE/CES inviabilizava a aplicação da Lei 9394/96 e, ao mesmo tempo, a Resolução 11/1984 que regulamentava a Lei 4.024 de 24/12/1961 parecia em muitos aspectos contrários à Lei 9394/96. É neste contexto jurídico, nasceu em 2000 o bacharelado em economia da UFPel.

Já em 2004, o início do processo de recomposição do corpo docente da Área de Economia do DEGECON permite a incorporação ao conteúdo programático das disciplinas do curso de economia dos avanços da teoria econômica básica. Paralelamente, intensificava-se o processo de integração da região Sul do RS ao eixo dinâmico da economia brasileira motivado pelos vultosos investimentos de empresas de grande porte,

como Petrobrás e Votorantim. Este quadro tornou a grade curricular do curso de economia ultrapassada e incapaz de formar os profissionais demandados pela região e pelo Brasil.

Finalmente, em 2006, um acordo entre o Conselho Federal de Economia (COFECON) e o MEC possibilitaram o advento da Resolução CNE/CES nº. 7, de 29/03/2006 para regulamentar as Diretrizes Curriculares Nacionais para Bacharelados em Ciências Econômicas. A mudança na regulamentação do MEC em acordo com a mudança na regulamentação profissional advinda do COFECON criou assim o ambiente adequado a uma reestruturação no curso de economia da UFPel nos moldes de uma reengenharia.

3.4 Referenciais Pedagógicos

A formação de um profissional e, em particular do economista, consiste simultaneamente de dotá-lo dos instrumentos técnicos necessários ao exercício da profissão bem como de imergi-lo na cultura do meio dos economistas, inculcando os valores e práticas profissionais. Legalmente, esta visão é amparada pela Lei 1.411/51 (regulamentada pelo Decreto 31.794/52), pela Lei 6.023/74 e pela Lei 6.537/78, que regulam a profissão de economista.

Ora, as técnicas advêm da ciência econômica, enquanto os valores profissionais são guardados e fiscalizados pelas associações profissionais e de classe e, legalmente, pelo Conselho Federal de Economia (COFECON). Sendo assim, além dos referenciais pedagógicos legalmente instituídos pela Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e regulamentados pela Resolução CNE/CES nº. 07/2006, os nortes que guiam a concepção do novo curso de bacharelado em ciências econômicas da UFPel são mencionadas leis que regulam a profissão de Economista e os próprios princípios da ciência econômica, mormente, dos conhecimentos da economia da informação aplicada à educação e da metodologia econômica.

Hoje está sepultada a visão de que a base do ensino da Ciência Econômica deveria ser feito das obras de grandes autoridades inquestionáveis e que o aluno deveria absorvê-las passivamente. Várias mudanças são responsáveis por isso, mas parece claro que a principal razão é que essa postura não funciona. Cria apenas alunos desinteressados e repetidores de "economistas há muito tempo mortos", como diria Keynes.

Mais do que receptores de conhecimento, destaca-se o papel ativo do aluno na aquisição da Ciência Econômica. Mais do que a mera apresentação da Teoria pela Teoria, pretende-se que os alunos utilizem o saber teórico para dar sentido ao mundo real. Mais do que argumentos de autoridade, o aluno deve estar apto a tomar posições, orientado pelas evidências empíricas. Mais do que se deixar levar pelas evidências empíricas apresentadas pelo professor, o aluno deve ser capaz de ele mesmo analisar os fatos. Mais do que seres passivos, buscam-se formar sujeitos ativos na busca do saber.

Alunos ativos relacionam teoria e prática, e desenvolvem capacidade de interligarem os conteúdos desenvolvidos entre as disciplinas do mesmo semestre (integração horizontal) e do curso (integração vertical). O papel do professor nesse processo de ensino-aprendizagem de Economia deve ser múltiplo e flexível ao longo do curso. Inicialmente, é necessário assumir uma função mais tradicional, voltada para a transmissão das primeiras lições da Teoria Econômica, mas sempre preparando os alunos para a progressiva conquista de espaços de autonomia.

Conforme ele deixa sua posição inicial, novas configurações e atividades do professor se fazem necessárias. Novas tecnologias de informação propiciam o fácil acesso às informações. Bancos de dados e *papers* com pesquisas científicas distam apenas alguns cliques. Contudo, sem uma orientação pedagógica adequada, esses recursos serão não, ou mal, utilizados. O professor, nesse sentido, deve servir como um orientador, e um estimulante da busca do conhecimento.

Essencial, também, é que o professor haja como um fomentador dos debates. Atento para que não se caia na discussão sem conteúdo teórico, nem empírico, ele pode incitar questões e a participação dos alunos. A abertura de espaços para que estes tenham uma posição crítica tem o efeito também de incitar a aquisição de habilidades que serão úteis na sua formação profissional: a capacidade de buscar e analisar informações; argumentar com seus pares e seu professor; de alterar suas posições iniciais frente a novas informações.

Nas disciplinas de cunho mais teórico, no momento adequado, cabe ao professor incitar os alunos a buscarem ilustrações no mundo concreto do conhecimento que estejam travando contato. Busca-se o equilíbrio, portanto, entre os dois extremos: o empirismo falsamente ateórico (uma vez que as observações são também guiadas pela teoria) e a teorização como um fim em si. Essa forma é mais eficaz não só para o aprendizado, mas também para que os debates estejam mais bem assentados.

Por se ter uma visão de que não existe "A Verdade" científica e que todo conhecimento é parcial e sujeito à revisão, optou-se por uma postura metodológica plural. Aceita-se a existência de programas de pesquisa distintos e que não são diretamente comparáveis, embora não se caia no relativismo científico e metodológico de Feyerabend¹: o rigor conceitual não são desprezados. Vale a pena apresentar e discutir abordagens alternativas do mesmo problema, mostrando aos alunos a diversidade de programas de pesquisa dentro da própria Ciência Econômica.

Existem disciplinas, é claro, no qual a abordagem do *mainstream* ocupa a maior parte do curso e os manuais formam a bibliografia básica. Nessas recomenda-se que se

¹ Feyerabend, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

faça saber ao aluno que existem alternativas teóricas disponíveis, mesmo que não haja possibilidade de que sejam examinadas a fundo.

Além do pluralismo metodológico, o curso valoriza a interdisciplinaridade. Com isso, segue-se a Resolução CNE/CES 07/2006 e o currículo contempla outras áreas do saber. Disciplinas de caráter histórico ou mais próximas de outras áreas das Ciências Sociais não são vistas como mero acessório, mas parte integrante da formação do economista.

O Bacharelado em Ciências Econômicas da UFPel tem três características marcantes: a) presença de disciplinas voltadas tanto para o setor público como para o setor empresarial e agrícola, e b) presença de disciplinas Livres; c) atividades complementares.

As disciplinas voltadas para o setor empresarial e agrícola pretendem fornecer ao estudante de economia o conhecimento e habilidades necessárias para sua atuação profissional. As disciplinas Livres pretendem flexibilizar a formação acadêmica. Por sua vez, as atividades complementares, por sua vez, objetivam incentivar o aluno a participar ativamente no seu processo de formação profissional

Com isso, o curso pretende atender às demandas de uma região que ainda é fundamentalmente agrícola, mas que precisa enfrentar os desafios colocados pela necessidade de adequação das práticas tradicionais aos modernos paradigmas de eficiência econômica tanto no setor rural quanto no empresarial, colaborando para o desenvolvimento das atividades ainda atrasadas.

3.5 Referenciais Ético-políticos

Economistas são vistos muitas vezes como indivíduos amoraos ou imoraos. Essa tradição vem ao menos desde o século XIX, quando Carlyle impôs a alcunha de Ciência Lúgubre à Economia. Essa visão se difundiu e até a auto-imagem dos economistas está povoada pelos fantasmas do passado.

O Bacharelado em Ciências Econômicas busca conduzir o aluno a repensar essa visão. Em primeiro lugar, mostra-se que os critérios éticos, tal como mostra a moderna Teoria Econômica, podem trazer benefícios maiores do que o egoísmo míope. Em segundo, busca-se enfatizar que a dimensão ética é também um valor em si e que deve ser considerada, mesmo quando entra em choque com os interesses econômicos strictu sensu.

Nos aspectos políticos, cabe dizer que o compromisso com a transformação econômico-social norteia o curso. Conforme se referiu a seção anterior, a região onde a UFPel se localiza tem graves necessidades. Seu contingente de excluídos faz com que o Curso tenha sempre presente - e transmita a idéia - de que o tratamento dos impactos distributivos das políticas é imprescindível para o economista responsável. A busca de maior participação de todos os segmentos sociais, também é uma afirmativa, obviamente, política.

Deve-se considerar, sobretudo, que o curso não é um fim em si mesmo. Ele existe em função do conjunto da sociedade que o mantém.

3.6. Concepção, Objetivos e Vocaçao do Curso

Como foi dito, o curso nasceu sob o signo da reflexão sobre os problemas da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul e na discussão e proposição de políticas públicas que ajudassem a mitigar o longo período de decadência desta região. Por conseguinte, a vocação do bacharelado em ciências econômicas da UFPel é formar profissionais capacitados a se tornarem atores no processo de difusão das idéias econômicas que teórica e empiricamente têm-se mostrado mais eficazes na gestão das políticas públicas e de negócios no seio da comunidade empresarial e do setor público regional.

Não se trata, porém, de pregar um salvacionismo ingênuo. O bacharelado em ciências econômicas não é, por si só, suficiente para reverter as tendências presentes, posto que a melhoria na formação do capital humano da região pode apenas atuar como catalisador das ações e reações da sociedade pelotense e da Metade Sul do estado no contexto de um projeto de desenvolvimento sustentado que seja, ao mesmo tempo, social, política e economicamente viável.

Com efeito, a Área de Economia almeja atuar de modo imbricado com a comunidade da Região Sul, não apenas ouvindo e respondendo às demandas da sociedade, mas tendo uma postura pró-ativa, se antecipando e modificando o ambiente no qual está inserido. Vale ressaltar que a ênfase nos aspectos regionais não implica ter uma posição isolacionista. A dimensão regional não exclui a global, pelo contrário, a destaca. O investimento nas capacidades e potencialidades locais conduz a uma integração muito maior com outras regiões. Nas palavras de Scott²:

“Regions are once more emerging as foci of production and repositories of specialized know-how and technological capability, even as globalization of economic relationships proceeds at an accelerating rate.”

Nesse sentido, promover a integração a Universidade e a sociedade constitui-se em um corolário das recomendações para a boa gestão da política econômica de comércio internacional segundo a qual o crescimento econômico é fortemente impulsionado por um processo de integração comercial. Espera-se, pois, obter os efeitos benéficos da mesma natureza daqueles gerados pela globalização da economia.

² SCOTT. A. Regions and the world economy: the coming shape of global production competition and political order. Oxford: Oxford University, 1998.

Outrossim, a Área de Economia tem o interesse explícito de, em primeiro lugar, promover integração com áreas afins em outras unidades da UFPel, em especial, àquelas relacionadas à Área de Negócios, tais como o Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (DCSA/FAEM), o Departamento de Administração e Turismo da Faculdade de Administração e Turismo (DAT/FAT) e as áreas de negócios dos departamentos da Faculdade de Direito, aprofundando as sinergias inerentes entre as áreas de negócios dos diversos departamentos da UFPel.

Observe-se que provavelmente o esforço de formação só deve gerar retornos no próprio espaço no longo prazo, até porque um dos canais de integração é o processo chamado de "fuga de cérebros" onde os formados em uma região migram para outras mais dinâmicas. Conquanto normalmente esta "fuga" seja vista com certo preconceito, na verdade, ela implica uma divulgação do potencial da região. Assim, eleva-se a exposição das oportunidades de consumo e investimento na Região Sul a pessoas de todas as partes do Brasil, criando interesses na região que promoverão uma atração de capitais físicos e humanos, facilitando o aumento das atividades econômicas na região e, consequentemente, criação de empregos no desenvolvimento.

Politicamente falando, a "fuga de cérebros" tem ainda o efeito de divulgar analítica e criticamente os problemas e soluções particulares da região a outras partes do país. Destarte, questões, antes contidas exclusivamente na esfera municipal e, quando muito, estadual, passam a ser colocadas dentro do debate nacional do dia-a-dia dos cidadãos brasileiros. Esta maior exposição sobre as riquezas e carências da região de Pelotas, certamente, implica um aumento da atenção para com a região das autoridades competentes e, por conseguinte, a elaboração de políticas públicas mais voltadas para o desenvolvimento. Ou seja, mesmo a temida "fuga de cérebros" para outras partes do país, com efeito, significa aumento de integração e desenvolvimento.

Em síntese, o curso de Ciências Econômicas do DECON acha-se comprometida, desde a sua criação, com o desenvolvimento sócio-econômico da estagnada região Sul do Rio Grande do Sul em consonância com os objetivos da própria UFPel. Mas, para alcançar esse objetivo, considera-se que o caminho a ser seguido passa necessariamente pelo aprofundamento de seus laços dentro e fora da UFPel e de Pelotas. Ou seja, a Área de Economia concentrará sua ação, pautando-se por parâmetros de qualidade estabelecidos nacionalmente, permitindo, assim, uma maior integração com o eixo dinâmico da economia brasileira (Região Centro-Sul) e, posteriormente, com todo o Mercosul.

Tendo em vista a situação exposta, o objetivo geral do curso de bacharelado em ciências econômicas da Universidade Federal de Pelotas é a formação de economistas integrados à sociedade que, ao aliar competências analíticas e teórico-prática das questões econômicas, sejam capazes de analisar, avaliar e propor políticas públicas e de negócios

que contribuam para o desenvolvimento econômico sustentado, em especial da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, mas, sem perder de vista, o Brasil e o mundo. Cabe aqui o uso do bordão “*Pensar globalmente e agir localmente*”.

4. Estrutura Curricular

O Bacharelado em Ciências Econômicas da UFPel é composto de oito semestres, divididos em dois núcleos de disciplinas: Formação Básica e Formação Profissional. O núcleo de formação básica vai do primeiro ao quinto semestre, propiciando uma formação geral e teórico-quantitativa ampla através de um currículo genérico que abre caminho para a escolha de uma especialização profissional. O núcleo de formação profissional vai do sexto ao oitavo semestre, com a oferta de disciplinas Livres. A estrutura curricular é evidenciada na tabela abaixo:

4.1 Núcleo de Formação Básica

Semestre 1

NÚM	SEM	CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H.			C.H. TOTAL	CRED	TIPO	CRR	REQ
				Teórico	Prático	Exercício					
1	1	0760.120	Introdução à Economia	4	0	0	68	4	Obr	S	
2	1	0760.121	Introdução à Administração	4	0	0	68	4	Obr	S	
3	1	560.051	Introdução às Ciências Sociais	4	0	0	68	4	Obr	S	
4	1	0760.125	Introdução à Contabilidade	4	0	0	68	4	Obr	S	
5	1	0760.002	Introdução à Economia Matemática	4	0	0	68	4	Obr	S	
							340				

Semestre 2

NÚM	SEM	CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H.			C.H. TOTAL	CRED	TIPO	CRR	REQ
				Teórico	Prático	Exercício					
6	2	750.064	Utilização de Microcomputadores	2	2	0	68	3	Obr	S	
7	2	0760.130	Contabilidade Social	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.120
8	2	560.045	Introdução à Ciência Política	2	0	0	34	2	Obr	S	
9	2	0760.147	Contabilidade e Análise de balanços	4	0	0	68	4	Obr	S	

10	2	0760.003	Modelos Matemáticos em Economia	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.002
							306				

Semestre 3

NÚM	SEM	CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H.			C.H. TOTAL	CRED	TIPO	CRR	REQ
				Teórico	Prático	Exercício					
11	3	0760.123	Microeconomia I	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.003
12	3	0760.124	Macroeconomia I	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.003
13	3	720.036	História Econômica Geral	4	0	0	68	4	Obr	S	
14	3	0760.144	Direito Econômico	4	0	0	68	4	Obr	S	
15	3	0760.122	Métodos Estatísticos Básicos	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.003
							340				

Semestre 4

NÚM	SEM	CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H.			C.H. TOTAL	CRED	TIPO	CRR	REQ
				Teórico	Prático	Exercício					
16	4	0760.132	Microeconomia II	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.123
17	4	0760.133	Macroeconomia II	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.124
18	4	0760.052	Fundamentos de Finanças	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.123
19	4	0760.143	História do Pensamento Econômico I	4	0	0	68	4	Obr	S	
20	4	0760.131	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.122
							340				

Semestre 5											
NÚM	SEM	CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H.			C.H. TOTAL	CRED	TIPO	CRR	REQ
				Teórico	Prático	Exercício					
21	5	0760.223	Microeconomia III	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.132
22	5	0760.136	Economia Monetária	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.052
23	5	0760.135	Economia Internacional I	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.132
24	5	0760.221	História do Pensamento Econômico II	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.143
25	5	0760.134	Econometria	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.131
							340				

Núcleo de Formação Profissional -- Semestre 6											
NÚM	SEM	CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H.			C.H. TOTAL	CRED	TIPO	CRR	REQ
				Teórico	Prático	Exercício					
26	6	0760.150	Economia Industrial	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.223
27	6	0760.070	Formação Econômica, Social e Política do Brasil	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.120
28	6	0760.139	Desenvolvimento Sócio-Econômico	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.133
29	6	0760.142	Metodologia Econômica	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.221 0760.131
30	6		Disciplina Livre	4	0	0	68	4	livre		
							340				

Núcleo de Formação Profissional – Semestre 7												
NÚM	SEM	CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H.			C.H. TOTAL	CRED	TIPO	CRR	REQ	
				Teórico	Prático	Exercício						
31	7	0760.116	Economia Brasileira I	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.070	
32	7	0760.153	Técnicas de Pesquisa Econômica	2	2	12	272	9	Obr	S	0760.134	
34	7	0760.149	Economia do Setor Público I	4	0	0	68	4	Obr	S	0760.132	
34	7		Disciplina Livre	4	0	0	68	4	livre	S		
							476					

Núcleo de Formação Profissional – Semestre 8												
NÚM	SEM	CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H.			C.H. TOTAL	CRED	TIPO	CRR	REQ	
				Teórico	Prático	Exercício						
35	8	0760154	Elaboração de Monografia	2	2	12	272	9	Obr	S	0760.153	
36	8		Disciplina Livre	4	0	0	68	4	livre			
37	8		Disciplina Livre	4	0	0	68	4	livre			
							408					

Atividades Complementares		255 Horas
---------------------------	--	-----------

As disciplinas abaixo listadas fazem parte do conjunto de disciplinas pertencentes ao Departamento de Economia que poderão ser ofertadas pelo Departamento como disciplinas livres. No entanto, entende-se que, na categoria de disciplinas livres, abre-se a possibilidade de o aluno poder cursar disciplinas em outros cursos. Nesse sentido, as disciplinas abaixo listadas não restringem o conjunto de possibilidades de disciplinas livres possíveis de serem cursadas pelo acadêmico do curso de ciências econômicas. Apenas representa o esforço do departamento de economia em também oferecer possibilidades de escolhas.

Conjunto de Disciplinas Livres									
NÚM	SEM	CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H.			C.H. TOTAL	CRED	TIPO
				Teórico	Prático	Exercício			
1		0760.141	Economia Regional	4	0	0	68	4	Livre
2		0760.135	Economia Internacional II	4	0	0	68	4	Livre
3		0710.214	Instituições de Direito Público e Privado	4	0	0	68	4	Livre
4		0760.138	Economia Brasileira II	4	0	0	68	4	Livre
5		0760.151	Economia Ecológica	4	0	0	68	4	Livre
6		0760.034	Economia do Setor Público II	4	0	0	68	4	Livre
7		0760.222	Elaboração e Análise de Projetos	4	0	0	68	4	Livre
8		0760.146	Finanças Empresariais	4	0	0	68	4	Livre
9		180.040	Seminário de Economia Agrícola	4	0	0	68	4	Livre
10		0760.149	Economia e Gestão Empresarial	4	0	0	68	4	Livre

4.2. Oferta da Disciplina de Libras

No rol dos componentes curriculares das disciplinas Livres, o curso de Ciências Econômicas atende a deliberação do Decreto N. 5626, de 22/12/2005, da inclusão da disciplina de Libras Brasileira de Sinais, como disciplina optativa do curso de Ciências Econômicas. A disciplina ofertada será Língua Brasileira de Sinais I com código 1310277, ofertada pelo departamento de letras.

4.3. Caracterização dos Grupos de Conteúdo

Em acordo com a Resolução CNE/CES 07/2006, a estrutura curricular é dividida em quatro grandes grupos de conteúdos, quais sejam, disciplinas de formação geral, disciplinas teórico-quantitativas, disciplinas de formação histórica e disciplinas teórico-práticas. A fim de facilitar a análise da estrutura destes grupos, apresentaremos a seguir cada um destes núcleos separadamente em conjunto com as suas características próprias.

4.4 Formação Geral

As disciplinas de formação geral visam a dar ao aluno uma visão geral de disciplinas científicas correlatas à economia e que permitirão ao aluno uma visão multifacetada da realidade econômica e social que o envolve.

Disciplinas

	Disciplina	Créditos			Total de Horas
		T	P	E	
1	Introdução à Economia	4	0	0	68
2	Introdução à Administração	4	0	0	68
3	Introdução às Ciências Sociais	4	0	0	68
4	Introdução à Contabilidade	4	0	0	68
5	Introdução à Economia Matemática	4	0	0	68
6	Introdução à Ciência Política	2	0	0	34
7	Métodos Estatísticos Básicos	4	0	0	68
8	Instituições de Direito Público e Privado	4	0	0	68
9	Utilização de Microcomputadores	2	2	0	68
10	Contabilidade e Análise de Balanços	4	0	0	68
	Total	36	2	0	646

Conforme Diretriz Curricular nacional do Curso de Ciências Econômicas é desejada um mínimo de 10% da carga horária total aos conteúdos de Formação Geral. O projeto pedagógico contempla 19,89% para Formação Geral.

4.5 Formação Teórico-Quantitativa

As disciplinas de formação teórico-quantitativa visam a dar ao aluno os instrumentos essenciais ao exercício da profissional da análise econômica bem como dar a base necessária para que o aluno possa usufruir adequadamente das disciplinas de cunho mais aplicado, sendo capaz de analisar e criticar as técnicas empregadas na prática e, portanto, viabilizar a escolha do instrumento mais adequado a cada situação.

Disciplinas

	Disciplina	Créditos			Total de Horas 17 semanas
		T	P	E	
1	Microeconomia I	4	0	0	68
2	Microeconomia II	4	0	0	68
3	Microeconomia III	4	0	0	68
4	Macroeconomia I	4	0	0	68
5	Macroeconomia II	4	0	0	68
6	Modelos Matemáticos em Economia	4	0	0	68
7	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	4	0	0	68
8	Econometria	4	0	0	68
9	Contabilidade Social	4	0	0	68
10	Economia Internacional I	4	0	0	68
11	Economia Monetária	4	0	0	68
12	Economia do Setor Público I	4	0	0	68
13	Desenvolvimento Sócio-Econômico	4	0	0	68
14	Fundamentos de Finanças	4	0	0	68
15	Economia Industrial	4	0	0	68
	Total	60	0	0	1020

Conforme Diretriz Curricular nacional do Curso de Ciências Econômicas é desejada um mínimo de 20% da carga horária total aos conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa. O projeto pedagógico contempla 31,41% para Formação Geral.

4.6 Formação Histórica

As disciplinas de formação histórica visam a ampliar a base cultural do aluno, tornando-o capaz de avaliar criticamente a realidade econômica.

Disciplinas

	Disciplina	Créditos			Total de Horas 17 semanas
		T	P	E	
1	História Econômica Geral	4	0	0	68
2	Formação Econômica, Social e Política do Brasil	4	0	0	68
3	Economia Brasileira I	4	0	0	68
4	História do Pensamento Econômico I	4	0	0	68
5	História do Pensamento Econômico II	4	0	0	68
	Total	20	0	0	340

Conforme Diretriz Curricular nacional do Curso de Ciências Econômicas é desejada um mínimo de 10% da carga horária total aos conteúdos de Formação Geral. O projeto pedagógico contempla 10,47% para Formação Histórica.

4.7 Formação Teórico-prática

As disciplinas da formação teórico-prática visam a dar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos a casos da realidade e/ou trabalhar empiricamente o processo de construção teórica de modo eliminar de vez a concepção de que “na prática, a teoria é outra”.

Disciplinas

	Disciplina	Créditos			Total Horas
		T	P	E	
1	Metodologia Econômica	4	0	0	68
2	Técnicas de Pesquisa Econômica	2	2	15	323
3	Elaboração de Monografia	2	2	15	323
4	Atividades Complementares	0	0	15	255
	Total:	8	4	45	969

Conforme Diretriz Curricular nacional do Curso de Ciências Econômicas é desejada um mínimo de 10% da carga horária total aos conteúdos de Formação Geral. O projeto pedagógico contempla 29,84% para Formação Teórico-Prática.

4.8 Carga Horária de Escolha

As disciplinas pertencentes à esta categoria representam uma carga horária na qual a instituição de ensino possui liberdade para listar disciplinas que desejam ofertar tendo em vista o perfil de profissional que deseja formar.

Disciplinas

	Disciplina	Créditos			Total de Horas
		T	P	E	
1	Disciplina Livre	4	0	0	68
2	Disciplina Livre	4	0	0	68
3	Disciplina Livre	4	0	0	68
4	Disciplina Livre	4	0	0	68
	Total	16	0	0	272

4.9. Concepção e Composição das Atividades Complementares

As atividades complementares visam a dar ao aluno a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, sem restringir essa aplicação exclusivamente ao mundo do trabalho, de forma a dar oportunidade àqueles que desejam prosseguir na vida acadêmica de participarem de projetos de ensino, pesquisa ou extensão na área de economia ou em áreas afins.

Para a conclusão do bacharelado em ciências econômicas da UFPel, exige-se que o aluno tenha obtido um total de 255 horas-efetivas de Atividades Complementares. Uma hora-efetiva de Atividade é o equivalente ao número de horas de trabalho realizado em uma das Atividades Complementares previstas neste projeto multiplicado pelo peso dado à Atividade de acordo com a tabela abaixo:

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

	Disciplina	Peso	Total de Horas	Total de Horas Efetivas
1	Disciplinas cursadas que não sejam obrigatórias do projeto pedagógico do curso de ciências econômicas	1		
2	Participação em Projetos de Pesquisa, Ensino ou Extensão de Professores da Área de Economia da UFPel	1		
3	Participação em Projetos de Pesquisa, Ensino ou Extensão de Professores da Área de Economia de Outras Instituições de Ensino Superior (Federais, Estaduais ou Municipais)	1		
4	Participação em Projetos de Pesquisa, Ensino ou Extensão de Professores da Área de Economia de Universidades privadas	0,5		
5	Participação em Projetos de Pesquisa, Ensino ou Extensão de Professores de Outras Áreas	0,5		
7	Atividades Acadêmicas na Área de Economia (Congressos, Seminários, Palestras, Semana Acadêmica, etc...)	1		
8	Outras Atividades (curso de línguas, informática, gestão, negócios, entre outras atividades)	0,5		
	Total de Horas			

5. Regulamentação do Trabalho de Curso: Monografia

TITULO I

MONOGRAFIA DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CAPÍTULO I

NOMENCLATURAS E OBJETIVOS

ART. 1 - Nos termos da Resolução 07/2006 do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, o Trabalho de Curso constitui atividade curricular obrigatória do Curso de Ciências Econômicas.

ART. 2 - O Trabalho de Curso do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFPel será um trabalho escrito e elaborado individualmente pelo aluno, denominado MONOGRAFIA, sob orientação de um professor efetivo da carreira de magistério superior da UFPel, lotado no Departamento de Economia.

PARÁGRAFO ÚNICO: A MONOGRAFIA deverá utilizar, em sua elaboração, os conceitos e o instrumental econômico para analisar tema de relevância teórica ou empírica no âmbito da ciência econômica.

ART. 3 - Para efeito de matrícula e contagem de carga horária do Curso de Ciências Econômicas, a confecção da MONOGRAFIA será feita ao longo das disciplinas Técnicas de Pesquisa Econômica e Elaboração de Monografia.

ART. 4 - O produto final da disciplina Técnicas de Pesquisa Econômica, cursada no sétimo semestre letivo, será um trabalho, denominado PROJETO DE MONOGRAFIA, escrito e elaborado individualmente pelo aluno, sob orientação de um professor da carreira de magistério superior do Departamento de Economia (DECON) segundo modelo próprio fornecido pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

ART. 5 - O PROJETO DE MONOGRAFIA produzido na disciplina Técnicas de Pesquisa Econômica será executado ao longo da disciplina Elaboração de Monografia, cursada no oitavo semestre letivo, produzindo ao seu final a MONOGRAFIA.

ART. 6 - A MONOGRAFIA, como componente acadêmico da formação profissional, tem como objetivo evidenciar a competência técnica do aluno no emprego do instrumental e

dos conceitos econômicos na análise de uma questão teórica ou empírica no âmbito da ciência econômica.

CAPÍTULO II

MODALIDADES

ART. 7 - A MONOGRAFIA pode ser das seguintes categorias:

- a) Trabalho de Revisão Crítica da literatura sobre determinado tema;
- b) Trabalho de aplicação prática;
- c) Trabalho original de pesquisa.

PARÁGRAFO ÚNICO: As Bancas Examinadoras de avaliação da MONOGRAFIA devem levar em consideração as dificuldades inerentes a cada categoria de trabalhos acima indicadas.

ART. 8 - A aprovação final do PROJETO DE MONOGRAFIA, realizado na disciplina Técnicas de Pesquisa Econômica, será realizada pelo Orientador e homologada pelo Coordenador.

ART. 9 - A aprovação do PROJETO DE MONOGRAFIA na disciplina Técnicas de Pesquisa Econômica é pré-requisito indispensável para a matrícula na disciplina Elaboração de Monografia e, consequente, aprovação na mesma.

ART. 10 - A aprovação final da MONOGRAFIA será realizada por uma Banca Examinadora, designada pelo Orientador e homologada pelo Coordenador, nos termos dos Capítulos VII e VIII do Título II deste Regulamento.

TÍTULO II

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ART. 11 - O Coordenador de Monografia deverá ser eleito em Reunião do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas entre os professores da carreira e em regime de 40 horas semanais do Departamento de Economia.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Coordenador de Monografia será o professor das disciplinas Técnicas de Pesquisa Econômica e Elaboração de Monografia, sendo responsável pelo lançamento das notas dos alunos nestas disciplinas.

ART. 12 - Para o exercício satisfatório das suas atividades, o Coordenador de Monografia contará com o apoio da Secretaria do Colegiado do Curso de Economia.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR

ART. 13 - São atribuições do Coordenador de MONOGRAFIA:

I – fixar prazos necessários para implementação e cumprimento das presentes normas;

II – dar assessoria aos orientadores no que se refere ao regulamento específico de Elaboração de Monografia;

III – coordenar o processo de constituição das bancas examinadoras em conjunto com os professores orientadores;

IV – promover intercâmbios com Coordenadores de Monografias de outras Instituições;

V – divulgar a relação das Monografias desenvolvidas pelos alunos do curso;

VI – fazer reuniões, sempre que necessário, com os orientadores para discutir problemas referentes à Monografia;

VII – publicar, com antecedência mínima de 15 dias, edital contendo a composição das bancas, bem como, o local e horário para a defesa do trabalho monográfico do aluno;

IX – divulgar, entre os alunos, a relação dos professores do Departamento de Economia, as respectivas áreas de formação e atuação.

X – Auxiliar e aconselhar os alunos na escolha do orientador.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DO ORIENTANDO

ART. 14 - Compete ao orientando:

I – cumprir as normas contidas neste Regulamento;

II – manter contatos constantes com o professor orientador e com o Coordenador;

III – responsabilizar-se pelo uso de direito autorais resguardados por lei a favor de terceiros quando das citações, cópias ou transcrições de trechos de outrem;

IV – cumprir o plano e o cronograma estabelecidos pelo o seu orientador;

V – comparecer para a defesa pública da Monografia perante a banca, na data, hora e local programados;

VII – apresentar, nos prazos estabelecidos, as cópias do projeto, da versão preliminar e final da Monografia.

CAPÍTULO IV

DA ORIENTAÇÃO

ART. 15 – A todos os alunos do curso de ciências econômicas é garantida a orientação para o desenvolvimento das atividades previstas nas disciplinas Técnicas de Pesquisa Econômica e Elaboração de Monografia, a cargo de um professor do Departamento de Economia.

PARÁGRAFO 1º: Quando o orientador não for professor do Departamento de Economia (DECON), os demais membros da banca examinadora serão necessariamente professores do DECON.

PARÁGRAFO 2º: A figura do Co-Orientador será permitida quando não houver docente do DECON habilitado na temática escolhida pelo aluno. O nome sugerido pelo aluno deverá ser aprovado pelo Coordenador de Monografia e pelo orientador.

PARÁGRAFO 3º: O candidato a Co-Orientador deverá ser portador de título de doutor, reconhecido pelo Ministério da Educação, ou ser reconhecido nacionalmente pelo notório conhecimento na área da Monografia.

PARÁGRAFO 4º: A escolha do tema da monografia é condicionada à disponibilidade de docentes do Departamento de Economia aptos a orientar ou a participar de banca examinadora. A figura do co-orientador é apenas complementar à confecção da monografia.

ART. 16 – Apenas os professores efetivos da carreira de magistério superior do DECON poderão orientar alunos nas disciplinas Técnicas de Pesquisa Econômica e Elaboração de Monografia.

ART. 17 – Cada professor do DECON terá, caso seja solicitado para orientar, carga horária limitada a 10 (dez) horas por semana, equivalente a até 05 (cinco) alunos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se, por ocasião da escolha do orientador, houver mais de 5 (cinco) alunos inscritos com o mesmo professor, este terá direito de selecionar, a seu critério, os orientandos que desejar.

ART. 18 – Os alunos que irão cursar a disciplina Técnicas de Pesquisa Econômicas no sétimo semestre letivo deverão definir o orientador até trinta dias após o início das aulas no sétimo semestre, utilizando de formulário próprio fornecido pela Coordenação.

PARÁGRAFO 1º Ao final do semestre letivo durante o qual foi cursada a disciplina Técnicas de Pesquisa Econômica, caso o aluno não conclua seu projeto de monografia, o mesmo ficará obrigado a solicitar renovação do pedido de orientação junto à Coordenação.

PARÁGRAFO 2º A mudança de orientador durante o curso da disciplina Técnicas de Pesquisa Econômica só será permitida por iniciativa do orientador manifestada por escrito até 60 (sessenta) dias antes do final do período de acordo com o calendário escolar.

ART. 19 – A relação dos Professores Orientadores do DECON por sub-área será divulgada com antecedência pelo Coordenador de Monografia para conhecimento dos alunos.

ART. 20 – Em média, o tempo previsto para orientação é de 2 (duas) horas semanais por orientando.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR

ART. 21 – Compete ao professor orientador:

- I – colaborar com o aluno na escolha e definição do tema de Monografia;
- II – opinar sobre a viabilidade do projeto de monografia e acompanhar sua execução;
- III – orientar o aluno na escolha da bibliografia;
- IV – estabelecer o plano e o cronograma de trabalho em conjunto com o orientando;
- V – acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;
- VI – informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação;
- VII – orientar o aluno no cumprimento das normas da monografia, conforme o que está disposto no artigo 24 deste regulamento.

CAPÍTULO VI

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

ART. 22 – O aluno matriculado na disciplina Técnicas de Pesquisa Econômica deverá apresentar ao Coordenador de Monografia a carta de aceite do orientador até o fim do primeiro mês do semestre letivo no qual se matriculou.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em data fixada pelo Coordenador de Monografia, os alunos deverão entregar aos seus orientadores o PROJETO DE MONOGRAFIA que será objeto final de avaliação na disciplina Técnicas de Pesquisa Econômica.

ART. 23 – O aluno matriculado na disciplina Elaboração de Monografia deverá entregar, em 3 (três) vias, ao Coordenador de Monografia a versão preliminar de sua monografia, previamente aprovada pelo seu orientador, em data fixada pelo Coordenador de Monografia.

PARÁGRAFO 1º A referida versão será imediatamente encaminhada aos competentes da Banca Examinadora, sendo que o prazo para avaliação final obedecerá aqueles fixados pela Coordenação, de acordo com o calendário da Instituição.

PARÁGRAFO 2º A avaliação final da Monografia será feita por meio de parecer escrito pelos membros da Banca Examinadora em reunião de apreciação do trabalho monográfico. Assim sendo, não haverá apresentação oral da Monografia no processo de avaliação final da mesma. O período de reuniões das Bancas Examinadoras será estabelecido pela Coordenação de Monografia, obedecendo, sempre, 30 (trinta) dias antes do final do período letivo de acordo com o calendário escolar.

PARÁGRAFO 3º Após a avaliação, a Banca Examinadora devolverá as cópias do Trabalho ao aluno para que as alterações sugeridas sejam processadas e comunicará ao aluno se o seu trabalho foi aprovado ou não. A nota do trabalho não será divulgada ao final da avaliação, mas apenas após a entrega final do trabalho que ocorrerá em prazo definido no parágrafo 4º deste artigo 23.

PARÁGRAFO 4º O aluno terá um prazo de 10 dias corridos para efetuar as alterações sugeridas no parecer escrito pela Banca Examinadora. Ao final deste prazo, o aluno será comunicado da nota que a Banca Examinadora concedeu ao seu trabalho.

ART. 24 – Em acordo com o disposto no artigo 10 da Resolução CNE/CES 07/2006, o formato da versão final da monografia deverá constituir-se em artigo que respeite às normas técnicas vigentes para efeito de publicação de artigos na Revista de Economia Política. Estas normas deverão ser divulgadas para os alunos pelo coordenador de monografias durante o curso de Técnicas de Pesquisa em Economia por ele ministrado.

Esta versão final deverá ter um mínimo de 15 (quinze) e um máximo de 45 (quarenta e cinco) páginas datilografadas em espaço simples, não estando computados neste cálculo a capa, folha de rosto, agradecimentos, sumário e anexos.

PARÁGRAFO 1º Cada aluno apresentará ao Coordenador de Monografia 3 (três) cópias encadernadas em brochura.

PARÁGRAFO 2º O aluno terá 10 (dez) dias úteis, a contar da data da defesa, para entregar a versão final, com as correções feitas, ao seu orientador. Apenas após a aprovação deste, o aluno terá concluído a disciplina de Elaboração de Monografia.

CAPÍTULO VII

BANCAS EXAMINADORAS

ART. 25 – As Bancas Examinadoras da Monografia serão compostas, preferencialmente, por dois integrantes sugeridos pelo Orientador e homologadas pelo Coordenador, até o fim do quarto mês letivo, sendo a data precisa definida pelo Coordenador.

PARÁGRAFO 1º Compete ao professor Coordenador de Monografia solicitar a confecção de portaria de constituição de bancas pelo Diretor da unidade.

ART. 26 – O professor Orientador será membro nato da Banca Examinadora do aluno sob sua orientação.

ART. 27 – Excepcionalmente e a critério do Departamento de Economia, poderá integrar a Banca Examinadora docente de outra instituição ou profissional considerado autoridade nacional na temática da monografia a ser avaliada.

ART. 28 – Na composição das Bancas, o Coordenador e o Orientador levarão em conta as subáreas dos trabalhos apresentados, ao mesmo tempo em que serão envidados esforços para que todos os professores tenham a oportunidade de participar das mesmas.

ART. 29 – As Bancas Examinadoras da Monografia avaliarão a mesma por meio de parecer, em prazo a ser definida pelo Coordenador de Monografias.

CAPÍTULO VIII

AVALIAÇÃO

ART. 29 – A nota da disciplina Técnicas de Pesquisa Econômica é atribuída pelo professor orientador.

ART. 30 – Na avaliação do processo de elaboração do projeto de monografia bem como do processo de elaboração da monografia, o professor orientador levará em consideração a assiduidade do orientando aos encontros semanais, o cumprimento das tarefas determinadas no prazo estipulado, organização e o cuidado metodológico do aluno no trato e solução dos problemas sob análise.

PARÁGRAFO ÚNICO – A freqüência do aluno às orientações e o cumprimento das tarefas determinadas deverão ser registradas por cada orientador no formulário próprio anexo a este regulamento.

ART. 31 – Na avaliação do projeto de monografia, o professor orientador levará em consideração a exposição da relevância do tema, a definição do problema e/ou hipótese, a pesquisa bibliográfica, os objetivos, métodos e técnicas empregadas, a redação, as conclusões e a observância das normas da técnicas.

ART. 32 – Na avaliação da monografia, os pareceres elaborados pela Banca Examinadora levará em consideração a relevância do tema, do problema e/ou hipótese, da pesquisa bibliográfica, dos objetivos, métodos e técnicas empregadas, redação, conclusões e observância das normas técnicas.

PARÁGRAFO 1º: Cabe à Banca Examinadora pontuar os itens constantes do “caput” deste artigo, segundo o Formulário Avaliação de Monografia anexo a este regulamento.

PARÁGRAFO 2º: Se a Banca Examinadora atribuir nota igual ou superior a 9,0 (nove) à Avaliação da Monografia, esta será encaminhada à Biblioteca das Ciências Sociais.

PARÁGRAFO 3º: Entre as monografias encaminhadas à Biblioteca das Ciências Sociais serão escolhidas até o número máximo de 4 (quatro) para concorrer ao Prêmio do Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul, obedecendo a ordenação decrescente de notas da Avaliação da Monografia.

PARÁGRAFO 4º: Caso haja empate entre as monografias referidas no Parágrafo 3º, o desempate será feito pelo Coordenador de Monografia segundo as maiores notas obtidas, respectivamente, nos seguintes critérios: (1) métodos aplicados; (2) pesquisa bibliográfica;

(3) conclusões, (4) objetivos, (5) definição do problema, (6) relevância do tema, (7) redação e (8) observação de normas técnicas.

PARÁGRAFO 5º: Cabe à Banca Examinadora pontuar os itens constantes do “caput” deste artigo, segundo o Formulário Avaliação de Apresentação anexo a este regulamento.

ART. 35 – O aluno que obtiver, como resultado da média das notas dos avaliadores, nota final igual ou superior a 7 (sete) será considerado aprovado.

ART. 36 – O aluno que obtiver, como resultado da média das notas dos avaliadores, nota final inferior a 3 (três) será considerado reprovado.

ART. 37 – O aluno que obtiver, como resultado da média das notas dos avaliadores, nota final for igual ou superior a 3 (três) e inferior a 7 (sete) será considerado em Exame.

PARÁGRAFO 1º: O Exame consistirá exclusivamente do julgamento do texto da monografia remodelado pela inclusão de todas as sugestões determinadas ao final da defesa pela Banca Examinadora quer sejam elas correções quer sejam novas análises.

PARÁGRAFO 2º: Em até 10 (dez) dias úteis a contar da data da defesa, o aluno deverá entregar ao Coordenador de Monografia três conjuntos de monografias.

PARÁGRAFO 3º: Cada conjunto de monografia de que trata o parágrafo anterior será composto por uma das cópias da monografia de que trata o Parágrafo 4º do artigo 23 deste regulamento e uma cópia da nova versão da monografia com texto sombreado nos trechos correspondentes às alterações processadas.

PARÁGRAFO 4º: A não entrega no prazo dos conjuntos de monografia de que trata o parágrafo 2º deste artigo, incluindo todas as correções determinadas pela Banca Examinadora, implica atribuição de nota zero ao Exame.

PARÁGRAFO 5º: A nota da disciplina será a média aritmética simples da nota final e do Exame.

PARÁGRAFO 6º: Aos alunos que fizerem Exame será garantida a aprovação se obtiverem média igual ou superior a 5 (cinco).

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO ÚNICO

ART. 38 – Os casos omissos serão resolvidos em Reunião de Colegiado.

ART. 39 – Pelo não cumprimento das normas contidas nesse Regulamento ficarão docentes e discentes sujeitos às normas disciplinares vigentes na Instituição.

INSTRUÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA

1. A monografia do curso de Ciências Econômicas da UFPel terá o formato de *papers*, artigos-resenha, documentos e resenhas de livros;
2. Os trabalhos devem ser inéditos (originais) na área de Economia, respeitando a área das ciências sociais aplicadas;
3. A monografia deverá ter um mínimo de 45.000 caracteres com espaço, e um máximo de 52.000 caracteres com espaço, incluindo referências, tabelas, gráficos e notas de rodapé;
4. O título deve expressar de maneira completa, porém concisa, o propósito da monografia, que deverá conter um resumo e um *abstract*, ambos com, no máximo, 100 palavras, além de palavras-chave e classificação do JEL (*Journal of Economic Literature*). Os caracteres dos elementos citados não entrarão na contagem dos caracteres utilizados para a elaboração do trabalho;
5. As tabelas devem estar em formato Word, devem ser pequenas e em número limitado. Limitado também deve ser o número de gráficos.
6. Os dados usados nas análises devem ser documentados de maneira precisa e constar dos anexos da monografia, informando a versão do software e as rotinas realizadas. Detalhes dos cálculos devem ser suficientes para permitir replicação por outros pesquisadores.
7. O título do trabalho, assim como o nome do autor, deve constar numa folha de rosto;
8. Numa segunda página, deve-se repetir a folha de rosto, acrescentando-se o nome do orientador, mais o texto *Trabalho apresentado como quesito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pelotas*;
9. Formatação: papel A4 (210 mm X 296 mm); margens superior, inferior, esquerda e direita de 2,5cm; editor de texto: Word for Windows 6.0 ou posterior, utilizando caracteres *Times New Roman* tamanho 12 e espaçamento simples;
10. NEGRITO deverá ser utilizado para dar ênfase a termos, frases ou símbolos; ITÁLICO deve ser utilizado apenas para palavras em idioma estrangeiro. ASPAS DUPLAS devem ser utilizadas para citações diretas e frases de entrevistados (até 3 linhas no corpo do texto); ASPAS SIMPLES devem ser usadas dentro das aspas duplas para isolar material que na fonte original estava incluído entre aspas.
11. Para citações diretas e frases de entrevistas de mais de 3 linhas, deve-se fazer recuo no corpo do texto, utilizando-se espaçamento simples; as citações devem incluir o sobrenome do autor da fonte, a data de publicação e o número de página;
12. As referências bibliográficas devem ser listadas em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no trabalho;

Exemplos de formato de exposição dos trabalhos citados:

Obra completa

VARIAN, H. R. (1999) **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro, Campus.
GIAMBIAGI, F. & ALÉM, A. P. (2001). "Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil." Rio de Janeiro: Campus, 2^a Edição.

Capítulo de livro

LUSTOSA, M. C. J. Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e Competitividade. In: MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (org.). **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro, Campus/Ecoeco, 2003.

Artigo de Revista (incluso texto obtido da *Internet*)

BECKER, G. S. (1983). "A Theory of Competition among Political Groups for Political Influence". **Quarterly Journal of Economics**, 98(3), pp. 371-400.

BARBOSA, F. H. (1991). "O Mercado Aberto Brasileiro: Análise dos Procedimentos Operacionais." **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, 16: 37- 60.

BORSOI, Z. M. F.; TORRES, S. D. A. (1997). A política de recursos hídricos no Brasil. **Revista do BNDES**. Brasília, BNDES, n.8. 15p. Disponível a partir de <http://www.bnDES.gov.br/conhecimento/revista/rev806.pdf>. Acesso em 10/03/2005.

Artigo de Evento (Congresso, Simpósio, Encontro)

SILVA, L. X.; COSTA, A. M. (2006) Modernização Agrícola e desenvolvimento econômico: reavaliando os modelos de Schultz e Paiva. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 44, Fortaleza, Ceará, 28-31 de julho. Anais... SOBER, 2006. vol.1, n.1, p.1-19.

13. Outras normas necessárias para a elaboração da monografia, e não contempladas nestas instruções, devem respeitar as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Formulário Avaliação de Monografia - Parecer

Observações:

1. A monografia pode ser: (a) Trabalho de Revisão Crítica da literatura sobre determinado tema; (b) Trabalho de Exposição de determinado tema com alguma contribuição pessoal ou aplicação prática, e (c) Trabalho original de pesquisa.
2. A nota da avaliação da monografia será a média aritmética simples dos 3 (três) membros da Banca Examinadora;
3. A nota da apresentação oral será a média aritmética simples dos 3 (três) membros da Banca Examinadora, e

	Métodos Aplicados	Pesquisa Bibliográfica	Conclusões	Objetivos	Definição do Problema	Relevância do Tema	Redação	Observância das Normas Técnicas	Média
Orientador									
Examinador 1									
Examinador 2									
Nota da Monografia									

Nome do Aluno: _____

Assinatura do Orientador: _____

Assinatura do Examinador 1: _____

Assinatura do Examinador 2: _____

Formulário de Controle de Presença Mensal à Orientação

Semana	Tarefa Determinada	Assinatura do Orientando	Data Prevista de Conclusão	Data de Conclusão
1				
2				
3				
4				

Nome do. Orientando _____

Nome do. Orientador _____

Assinatura do Orientador: _____

Pelotas, ____ de _____ de 20_____

6. Regras de Transição para o Novo Currículo

A transição dos alunos do currículo anterior para o atual será feita, respeitando os seguintes princípios:

1. Os alunos que ingressaram no curso de economia a partir de 2008.1 (inclusive), serão automaticamente transferidos para este novo projeto pedagógico.
2. Os alunos pertencentes ao currículo 1 ou 2 têm prazo até o final do semestre letivo 2011-2 para concluírem seu curso ou se adequarem completamente ao currículo do Curso de Ciências Econômicas (inclusive, pré-requisitos). No início de 2012 todos os alunos pertencentes aos currículos 1 e 2 serão automaticamente transferidos para este novo projeto pedagógico
3. Este prazo não invalida a possibilidade de jubilamento por excesso de prazo para conclusão do curso de economia (currículo antigo) prevista no Regimento Geral da UFPel ou resoluções posteriores dos Conselhos Superiores da UFPel. Até lá, exclusivamente para estes alunos, não haverá pré-requisitos para as disciplinas do curso de economia (currículo antigo).
4. As disciplinas extintas do curso de economia e já cursadas pelo aluno poderão ser utilizadas como Atividades Complementares do curso de Ciências Econômicas a pedido do aluno.
5. Casos omissos serão decididos pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

Tabela de Equivalência de Disciplinas do Currículo Antigo para o Atual - Núcleo de Formação Básica

Disciplinas do Currículo Novo				Disciplinas do Currículo Antigo			DIFERENÇA DE CARGA HORÁRIA A FAVOR DO NOVO CURSO
NÚM	CÓDIGO	NOME	C.H. TOTAL	CÓDIGO	NOME	C.H. TOTAL	
Primeiro Semestre							
1	0760.120	Introdução à Economia	68	0760.120	Introdução à Economia	51	17
2	0760.121	Introdução à Administração	68	710.087	Teoria Geral da Administração	68	0
3	560.051	Introdução às Ciências Sociais	68	560.051	Introdução às Ciências Sociais	68	0
4	0760.125	Introdução à Contabilidade	68	710.090	Contabilidade Geral	68	0
5	0760.002	Introdução à Economia Matemática	68	100.111	Cálculo Diferencial e Integral	85	-17
Segundo Semestre							
6	750.064	Utilização de Microcomputadores	68	750.064	Utilização de Microcomputadores	68	0
7	0760.130	Contabilidade Social	68	0760.130	Contabilidade Social	68	0
8	560.045	Introdução à Ciência Política	34	560.045	Introdução à Ciência Política	34	0
9	0760.147	Contabilidade e Análise de Balanços	68	710.029	Contabilidade Gerencial	68	0
10	0760.003	Modelos Matemáticos em Economia	68	0760.003	Modelos Matemáticos em Economia	102	-34

Tabela de Equivalência de Disciplinas do Currículo Antigo para o Atual - Núcleo de Formação Básica

Disciplinas do Currículo Novo				Disciplinas do Currículo Antigo			DIFERENÇA DE CARGA HORÁRIA A FAVOR DO NOVO CURSO
NÚM	CÓDIGO	NOME	C.H. TOTAL	CÓDIGO	NOME	C.H. TOTAL	
Terceiro Semestre							
11	0760.123	Microeconomia I	68	0760.123	Microeconomia I	68	0
12	0760.124	Macroeconomia I	68	0760.124	Macroeconomia I	68	0
13	720.036	História Econômica Geral	68	720.036	História Econômica Geral	68	0
14	760.144	Direito Econômico	68	710.214	Instituições de Direito Público e Privado	68	0
15	0760.122	Métodos Estatísticos Básicos	68	0760.122	Métodos Estatísticos Básicos	68	0
Quarto Semestre							
16	0760.132	Microeconomia II	68	0760.132	Microeconomia II	68	0
17	0760.133	Macroeconomia II	68	0760.133	Macroeconomia II	68	0
18	0760.052	Fundamentos de Finanças	68	0760.052	Fundamentos de Finanças	68	0
19	0760.143	História do Pensamento Econômico I	68	0760.143	História do Pensamento Econômico	68	0
20	0760.131	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	68	0760.131	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	68	0

Tabela de Equivalência de Disciplinas do Currículo Antigo para o Atual - Núcleo de Formação Básica

Disciplinas do Currículo Novo				Disciplinas do Currículo Antigo			DIFERENÇA DE CARGA HORÁRIA A FAVOR DO NOVO CURSO
NÚM	CÓDIGO	NOME	C.H. TOTAL	CÓDIGO	NOME	C.H. TOTAL	
Quinto Semestre							
21	0760.223	Microeconomia III	68	0760.223	Microeconomia III	68	0
22	0760.136	Economia Monetária	68	0760.136	Economia Monetária	68	0
23	0760.135	Economia Internacional I	68	0760.135	Economia Internacional I	68	0
24	0760.142	Metodologia Econômica	68	0760.142	Metodologia Econômica	68	0
25	0760.134	Econometria	68	0760.134	Econometria	68	0

Tabela de Equivalência de Disciplinas do Currículo Antigo para o Atual
Área Profissionalizante

Disciplinas do Currículo Novo				Disciplinas do Currículo Antigo			DIFERENÇA DE CARGA HORÁRIA A FAVOR DO NOVO CURSO
NÚM	CÓDIGO	NOME	C.H. TOTAL	CÓDIGO	NOME	C.H. TOTAL	
1	0760.150	Economia Industrial	68	0760.150	Economia Industrial	68	0
2	0760.070	Formação Econômica, Social e Política do Brasil	68	0760.070	Formação Econômica, Social e Política do Brasil	68	0
3	0760.141	Economia Regional	68	0760.141	Economia Regional	68	0
4	0760.221	Orçamento e Custos Empresariais	68	0760.221	Orçamento e Custos Empresariais	68	0
5		Não existe		0710.150	Administração de Marketing I	68	-68
6	0760.137	Economia & Gestão Empresarial	68	0760.137	Economia & Gestão Empresarial	68	0
7	0760.116	Economia Brasileira I	68	0760.116	Economia Brasileira I	68	0
8	0760.153	Técnicas de Pesquisa Econômica	323	0760.153	Técnicas de Pesquisa Econômica	272	51
9	0760.146	Finanças Empresariais	68	0760.146	Finanças Empresariais	68	0
11	180.040	Seminários de Economia Agrícola	68	180.040	Seminários de Economia Agrícola	68	0
12	0760.138	Economia Brasileira II	68	0760.138	Economia Brasileira II	68	0

13	0760.154	Elaboração de Monografia	323	0760154	Elaboração de Monografia	272	51
14	0760.222	Elaboração e Análise de Projetos	68	0760.222	Elaboração e Análise de Projetos	68	0
15	0760.028	Economia Internacional II	68	0760.028	Economia Internacional II	68	0
16	0760.139	Desenvolvimento Sócio-Econômico	68	0760.139	Desenvolvimento Sócio-Econômico	68	0
17	0760.141	Economia Regional	68	0760.141	Economia Regional	68	0
18	0760.149	Economia do Setor Público I	68	0760.149	Economia do Setor Público I	68	0
19	0760.144	Direito Econômico	68	0760.144	Direito Econômico	68	0
20	0760.151	Economia Ecológica	68	0760.151	Economia Ecológica	68	0
21	0760.034	Economia do Setor Público II	68	0760.034	Economia do Setor Público II	68	0
22	0760.221	História do Pensamento Econômico II	68		Não existe	0	68

OBS: Esta tabela relaciona as disciplinas que no antigo Projeto Pedagógico estavam listadas nas duas ênfases, a partir do sexto semestre.

7. Perfil Profissional do Egresso: competências e habilidades esperadas

Seria sem sentido criar um molde pronto do que se espera do aluno ao concluir o curso. Não só isso é impossível, haja vista as características e histórias pessoais de cada aluno, como também não é desejável. O convívio com a diversidade de interesses - e mesmo capacidades - é um dos desafios e virtudes do curso.

De qualquer forma, existem orientações gerais que se espera do profissional que tenha concluído o bacharelado em ciências econômicas. Desejamos um aluno crítico, capaz de discutir a aplicabilidade, limites e virtudes dos diversos modelos analíticos. Ele deve ser capaz de mentalmente traçar semelhanças e diferenças entre as teorias, e buscar as apropriadas para cada caso específico.

A aquisição de uma visão não dogmática da Ciência Econômica e do mundo é uma característica valorizada. Essa posição permitirá também que ele esteja pronto a se adaptar em um mundo em permanente mudança. Dominando os princípios básicos do raciocínio científico e da Economia, ele poderá adaptá-los às situações que são impossíveis de serem antecipadas durante o curso.

Outra característica desejada para os alunos é a conquista de competências de análise quantitativa. Juntando conhecimentos, qualidades e habilidades de análise de dados o aluno será capaz de participar dos debates supracitados e estará apto a lidar com os desafios que a vida profissional lhe apresentará. A capacidade de identificação de padrões e relações entre variáveis, entre outras habilidades, é exercitada durante as disciplinas do curso. Igualmente, não se pode omitir a importância da aquisição de habilidades expositivas. É também nessa direção que os trabalhos e debates em sala de aula devem rumar.

Os referenciais ético-políticos deverão estar claros para os egressos. Espera-se que eles estejam conscientes da responsabilidade do economista com a transformação social e com a melhoria do bem-estar da população da região e do Brasil. Esse norte ético não deve ser esquecido ao longo de sua jornada profissional, tal como enfatiza o Código de Ética da Profissão de Economista, baixado pelo Conselho Federal de Economia.

Em síntese, deseja-se que o egresso possua sólido domínio das técnicas lecionadas nas disciplinas de formação teórico-quantitativa e teórico-prática, sem descuidar da formação geral, conhecimento da história do pensamento econômico e da realidade regional, nacional e mundial, tornando-se um cidadão consciente de seu papel e capaz de pensar e expor os problemas econômicos de forma estruturada a partir de seu conhecimento construído.

7.1 Acompanhamento do Egresso

Até o momento o acompanhamento dos egressos foi desenvolvido de forma informal, em parte justificado pelas poucas turmas formadas. A formatura da primeira turma ocorreu no ano de 2004, tendo-se uma formatura por ano. Por conta disto, os contatos foram mantidos por meio de correios eletrônicos e contatos com os professores orientadores. A proposta atual é construir um mecanismo de contato contínuo com o egresso do curso de ciências econômicas por meio da página eletrônica do curso.

A partir desta opção, o egresso poderá manter ficha atualizada, informar a sua atividade profissional, avaliar o projeto pedagógico realizado e sugerir inovações tanto para o curso de bacharelado em Ciências Econômicas como para cursos de atualização.

8. Formas de Realização da Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é promovida em dois sentidos. Em primeiro lugar, incentiva-se o aluno à realização de trabalhos acadêmicos que se utilizem de técnicas aprendidas em várias disciplinas do curso. Além disso, introduzem-se nas várias disciplinas discussões sobre assuntos pertinentes a outras áreas das ciências sociais aplicadas e da filosofia sob a ótica do aprendido em sala de aula. Desta forma, solidifica-se o conhecimento adquirido e produz-se uma visão crítica das diversas disciplinas que colaboraram para a compreensão dos problemas econômicos e do processo de utilização delas no contexto da análise econômica.

9. Modos de Integração entre Teoria e Prática

A integração entre teoria e prática é desenvolvida por meio das Atividades Complementares, em particular, os projetos realizados no âmbito do Centro de Pesquisa e Extensão em Economia e Administração da UFPel o qual se constitui segundo o modelo de uma moderna empresa de consultoria econômica.

10. Formas de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem

A instituição de mecanismos avaliativos tem papel central para a verificação do cumprimento deste projeto pedagógico. Obviamente, as metas aqui colocadas não são apropriadas para uma medida quantitativa direta. Abordagens qualitativas que ouçam alunos e professores parecem ser mais eficazes para que as correções de rota sejam feitas. A voz e a participação destes agentes é a fonte e o próprio caminho para orientar as mudanças. Não obstante, o curso tem por norte que o “cliente” dos serviços prestados pela universidade é o conjunto da sociedade brasileira, por isso o rigor no tratamento da

avaliação dos alunos não é mitigado por tendências populistas. Ou seja, o Curso de Ciências Econômicas tem o foco no seu cliente e, por isso, trabalha para entregar a ele o melhor profissional possível de ser formado na UFPel, dadas as limitações de caráter orçamentário-financeiro e de recursos humanos.

O Colegiado de Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas tem, nesse sentido, papel crucial. É nele que professores da área profissionalizante e das demais áreas que auxiliam a formação do profissional economista podem, juntamente, com os representantes discentes avaliar e propor mudanças com o objetivo de desenvolvimento do projeto pedagógico do curso. Acreditamos que não haja um projeto pedagógico perfeito e, portanto, acreditamos ser necessário a constante avaliação do projeto.

Para tanto, o colegiado do Curso de Ciências Econômicas realizará encontro específico para este fim ao final de cada ano letivo, buscando criar um mecanismo de comunicação e avaliação construtiva do projeto pedagógico e das necessidades de infra-estrutura. Nestes encontros serão discutidos e avaliados os seguintes pontos: i) o projeto pedagógico do curso; ii) a infra-estrutura e organização administrativa; iii) o processo e ensino-aprendizagem utilizado e desenvolvido no curso de Ciências Econômicas. Por outro lado, o Regimento Geral da UFPel, em seu Capítulo V, que trata do Sistema de Ensino, estabelece normas gerais para a avaliação do processo ensino-aprendizagem em cada disciplina por meio tanto da freqüência às aulas quanto da avaliação do conhecimento.

O aluno deverá ter freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas. É preciso haver, pelo menos, 2 (duas) avaliações. Por avaliações entende-se: prova escrita, relatórios, artigos, apresentação de seminários e resolução de listas de exercícios. A média destas avaliações será a nota semestral do aluno na disciplina. Alunos com notas semestrais iguais ou superiores a 7 (sete) estão aprovados; alunos com médias semestrais inferiores a 3 (três) estão reprovados, e os demais deverão realizar Exame, versando sobre todo o conteúdo programático da disciplina previsto no plano de ensino. Os alunos que realizarem o Exame serão aprovados se a média aritmética simples entre a nota do Exame e a nota semestral for igual ou superior a 5 (cinco).

11. Integração Graduação e Pós-Graduação Lato Senso

O Bacharelado em Ciências Econômicas é o núcleo base a partir do qual estão sendo planejados o Curso Seqüencial em Economia da Gestão de Negócios, cujo objetivo é atender a uma demanda regional pela formação rápida e direcionada para o mercado de trabalho, e o Curso de Especialização em Teoria Econômica.

A Especialização se constitui em preparação científica para o prosseguimento dos estudos do aluno em nível de mestrado, didático-pedagógica para a regência de disciplinas da área de economia e de prática na pesquisa econômica.

Por isso, pretende-se que seu currículo inclua as disciplinas teóricas constantes do programa do Exame Nacional da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, quais sejam, Introdução à Economia Matemática, Estatística Econômica e Introdução à Econometria, Microeconomia e Macroeconomia e disciplinas de cunho didático-pedagógica, tais como, metodologia econômica de pesquisa, metodologia econômica de ensino e prática de ensino de economia.

O diferencial destas disciplinas pedagógicas é que seu conteúdo é baseado totalmente baseado nos cânones da teoria econômica dos incentivos aplicada à economia da educação. Deste modo, ao mesmo tempo em que se ensina metodologia de ensino e de pesquisa, estas são utilizadas para ensinar economia e vice-versa. Isto torna o aprendizado mais dinâmico, atualizado e, principalmente, mais eficiente.

12. Incentivo à Pesquisa e sua Inter-relação com o Ensino e a Extensão

A importância das atividades de pesquisa para que os docentes se mantenham atualizados dispensa ênfase. No curso, busca-se que a alocação de professores pelas disciplinas permita que eles compartilhem e discutam suas pesquisas correntes com o corpo discente. Esse fato beneficia alunos e professores: estes, com os comentários e críticas; aqueles, com o prazer de discutir temas contemporâneos de pesquisa.

Incentiva-se a discussão em sala de aula de temas sejam consideradas problemas de pesquisa e tratados como tal. De tal forma, que a monografia de curso não seja o primeiro trabalho científico do aluno; deverá ser apenas o de maior fôlego. Ao longo das disciplinas, em trabalhos preliminares, ele deve ter contato com as práticas de pesquisa e de preparação de trabalhos dessa natureza.

A oportunidade de participação dos alunos nas atividades de pesquisa é considerada fundamental para formação destes. Os projetos correntes de pesquisa dos professores do curso, em particular os ligados ao Grupo de Pesquisa em Economia Aplicada e ao Centro de Pesquisa e Extensão em Economia e Administração, já contam com a colaboração dos alunos e se pretende que essa prática torne-se cada vez mais freqüente.

Uma das metas do curso é promover eventos de extensão com freqüência regular. O oferecimento de cursos de curta duração para o corpo discente e abertos à comunidade permitirão uma maior integração dentre esses segmentos.

13. Regulamento de Estágio Não-Obrigatório

Preocupando-se em garantir a correta atuação do futuro profissional da área de estudo das ciências econômicas, bem como, a qualidade de sua formação e dos serviços por eles prestados, vem-se aperfeiçoando o conjunto de normas que rege sua atuação profissional. Destaca-se a responsabilidade inerente do futuro profissional da área em acumular capital humano, compreendendo, além do conhecimento teórico, o acúmulo de experiências práticas, que viabilize o acréscimo de instrumentos adequados para alcançar seu desenvolvimento pessoal, profissional, e possibilitar uma ampla contribuição para o progresso da sociedade. Em virtude de mudanças tão rápidas e profundas advindas dos avanços tecnológicos, especialmente no campo da informação, as experiências são necessárias para acompanhar esse processo de transformação.

Com vistas a oferecer a oportunidade de os acadêmicos do curso de ciências econômicas poderem exercitar a prática dos conhecimentos teóricos acumulados em sala de aula, procurou-se regulamentar sua atuação profissional no exercício de estágios profissionais.

Neste sentido, o projeto pedagógico do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pelotas procura estabelecer normas que visam orientar os acadêmicos na prática de estágios, que são de caráter eminentemente não obrigatório.

O projeto pedagógico do curso de Ciências Econômicas para a prática de estágios é regido pela Resolução nº 04 de 08 de junho de 2009, que dispõe sobre a realização de Estágios obrigatórios e não obrigatórios por alunos da Universidade Federal de Pelotas. A Resolução nº 04 de 08 de junho de 2009 é amparado pela Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, e pela Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

13.1 RESOLUÇÃO DA UFPEL QUE DISPÕE SOBRE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS:

RESOLUÇÃO nº 04 DE 08 DE JUNHO DE 2009

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução caracteriza Estágios **obrigatórios e não obrigatórios realizados por alunos da** Universidade Federal de Pelotas, e normatiza a sua execução, coordenação, acompanhamento e avaliação.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 2º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Parágrafo único. O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

Art. 3º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 4º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Art. 5º É responsabilidade da Universidade Federal de Pelotas, através dos Colegiados de Cursos, analisar e determinar que a atividade proposta pelo estagiário faça parte integrante de sua formação.

Art. 6º O estágio, em qualquer de suas modalidades, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I - matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional e de ensino médio, atestados pela instituição de ensino;

II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a Universidade Federal de Pelotas;

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer dos requisitos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 7º A realização de estágios, nos termos desta Resolução, aplica-se também aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores da Universidade Federal de Pelotas, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

CAPÍTULO III

DO ESTÁGIO

Art. 8º A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a Universidade Federal de Pelotas, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da Universidade Federal de Pelotas.

§ 2º Se a Universidade Federal de Pelotas adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 9º A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 10 O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 11 É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 12 Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

Art. 13 O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da Universidade Federal de Pelotas, vedada a atuação dos agentes de integração como representante de qualquer das partes.

CAPÍTULO IV

DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 14 São obrigações da Universidade Federal de Pelotas, na figura dos Colegiados de Curso, em relação aos estágios de seus educandos:

- I - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades, em conformidade com o previsto no projeto pedagógico dos cursos;
- V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- VII - comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.
- VII - enviar à Pró-Reitoria de Graduação, nos prazos e condições previstas, os dados do(s) estagiário(s) para que seja contratado em favor deste seguro contra acidentes pessoais, quando este não for providenciado pela parte concedente.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo com o educando, a parte concedente do estágio e a Universidade Federal de Pelotas será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONCEDENTE

Art. 15 As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

- I - celebrar termo de compromisso com a Universidade Federal de Pelotas e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV - contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII - enviar à Universidade Federal de Pelotas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO VI

DOS PRAZOS

Art. 16 A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 17 A partir da data de aprovação desta Resolução, os Colegiados de Curso contam com um prazo de 6 (seis) meses para, impreterivelmente, adequar os projetos pedagógicos dos cursos à legislação vigente, sob pena de suspensão dos estágios em andamento e impedimento de assinatura de novos termos de compromisso, até que tal situação se regularize.

§1º Os estágios poderão ser realizados mediante a assinatura do termo de compromisso, observados os requisitos previstos nesta Resolução, durante o prazo estipulado no caput deste artigo.

§2º É de responsabilidade dos Colegiados de Curso a não apresentação dos projetos pedagógicos no prazo estipulado, bem como todas as implicações advindas desta Resolução.

Art. 18 Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.

Art. 19 Esta Resolução revoga a Resolução nº 04/2003.

13.2 OBJETIVO DO ESTÁGIO:

O estágio visa o desenvolvimento de práticas que habilite o acadêmico do curso de ciências econômicas ao aprendizado de competências específicas da atividade profissional, bem como, a aplicação do conhecimento teórico contemplada na proposta curricular. Pretende-se que a experiência proporcionada pela realização do estagio possibilite o desenvolvimento do capital humano do indivíduo, de modo que este experimente um excelente desempenho em sua vida profissional e cidadã. Para tanto, a prática do estágio pretende:

- Proporcionar aos estudantes um contato prático com a realidade, propiciando a complementação do ensino teórico;
- Fazer com que a atividade proposta faça parte integrante de uma excelente formação profissional.
- Proporcionar uma visão abrangente e crítica da atividade profissional para a qual está se preparando;
- Contribuir na preparação do estudante para o início de suas atividades profissionais;
- Possibilitar uma interação entre o meio acadêmico e a sociedade;
- Aplicar os conhecimentos acadêmicos na vivência prática;
- Ampliar os horizontes de conhecimento com vistas a incentivar atividades empreendedoras.

13.3 MODALIDADE DE ESTÁGIO

Conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso, o estágio poderá ser de caráter obrigatório ou não-obrigatório.

Para o caso específico do curso de bacharelado em Ciências Econômicas, o projeto pedagógico contempla apenas a possibilidade de realização de estágio não-obrigatório.

Em conformidade com a RESOLUÇÃO nº 04 DE 08 DE JUNHO DE 2009, estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, portanto, não poderá ser contabilizado como horas de Atividade Complementar. O estágio poderá ser realizado em qualquer fase do curso, em conformidade com o que determina a resolução, em áreas que são pertinentes e regulamentadas como sendo específicas de atuação do profissional com formação em Ciências Econômicas.

13.4 Áreas do Estágio

Os Estágios do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas poderão ser realizados dentro das áreas da atividade profissional que são características da formação do acadêmico da área de economia.

A atividade profissional do economista exercita-se em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou em quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico (*Decreto 31794/52, art. 3º*).

Na seqüência será descrito o conteúdo das tarefas compreendidas no campo da atuação do profissional da área de economia, caracterizando os serviços técnicos de Economia e Finanças que os estagiários poderão desenvolvem em suas atividades profissionais.

Inserem-se entre as atividades inerentes à profissão de Economista:

- a) Assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- b) Estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- c) Análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- d) Estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- e) Estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- f) Produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- g) Planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;

- h) Assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia;
- i) Planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira;
- j) Avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;
- k) Perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica, mediação e arbitragem, em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação;
- l) Análise financeira de investimentos;
- m) Estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados;
- n) Estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais;
- o) Auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira;
- p) Formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenceis;
- q) Economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior;
- r) Certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais;
- s) Regulação de serviços públicos e defesa da concorrência;
- t) Estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros.

13.5 LOCAL DO ESTÁGIO:

O aluno poderá escolher o local e a área para a realização do estágio, podendo este ser realizado em organizações públicas, privadas, comunitárias, governamentais ou não governamentais, com ou sem fins lucrativos, que possuam atividades relacionadas com as características descritas como sendo pertinentes à área de atuação do profissional, cuja formação contempla o conhecimento em Ciências Econômicas.

Os estágios poderão ser realizados no município de Pelotas ou fora dele, desde que obedeçam aos critérios e demais requisitos do Manual de Estágio e das normas da UFPel.

13.6 Termo de Compromisso

As atividades de estágio somente serão válidas quando precedidas da celebração de um Termo de Compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e o Coordenador do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas ou do professor Coordenador do Programa de Estágios Profissionalizantes, nomeado pelo colegiado do referido curso.

O termo de compromisso entre as partes deverá ser celebrado obedecendo, rigorosamente, o cumprimento das normas estabelecidas pelo regulamento de estágios proposto pela instituição concedente.

No termo de compromisso deve constar a carga horária diária – que não pode ser superior a 06 (seis) horas – e a carga horária semanal, não superior a 30 (trinta) horas, além das demais condições regulamentares proposto pela instituição concedente.

13.7 Supervisão de Estágio

As atividades do estagiário serão acompanhadas por um professor orientador (Coordenador do Programa de Estágios Profissionalizantes) nomeado pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, e por um supervisor designado pela organização concedente do estágio.

Supervisor no local de estágio: deverá ser um profissional de nível superior, ligado à área do curso ou, na ausência deste, o responsável pelo setor onde o estagiário desempenhará suas atividades, ou outro profissional que se disponha a supervisionar e orientar as atividades do estudante, conforme a Carta de Compromisso do Supervisor no Local de Estágio (Doc 2).

13.8 Funções do supervisor no local de estágio:

O supervisor que assumirá o compromisso pelo acompanhamento das atividades exercidas pelo estagiário, deverá exercer as seguintes atividades:

- Orientar e supervisionar o estagiário em seu programa de trabalho e em suas atividades de estágio, quando solicitado;
- Apresentar aos professores supervisores de estágio eventuais problemas do estagiário em seu local de estágio;

- Avaliar o comportamento do estagiário sob o ponto de vista ético e técnico, encaminhando os resultados ao professor orientador de estágio, mediante o acompanhamento com as atividades desenvolvidas pelo estagiário e Avaliação do Estagiário pelo Supervisor no Local de Estágio (Doc 3) ou instrumento específico da instituição, incluindo uma nota final de 0 a 10, conforme as Normas da UFPel.

13.9 Professores orientadores de estágio:

O (s) professor(es) orientadores dos estágios não obrigatórios serão designado(s) pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

O(s) professor(es) orientadores dos estágios, que assumirem o compromisso pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários, deverão exercer as seguintes atividades:

- Planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades relacionadas com os estágios;
- Manter contato com as organizações onde os estágios estão sendo realizados;
- Acolher as propostas feitas por organizações, para a realização de estágios a fim de compatibilizá-las com as necessidades de formação dos alunos;
- Divulgar as ofertas de estágio e encaminhar os interessados às organizações concedentes, através de Carta de Apresentação do Aluno (Doc 1);
- Enviar ao supervisor do estágio na organização os documentos de Acompanhamento e Avaliação do Estagiário pelo Supervisor no Local de Estágio (Doc 3) e o Termo de Compromisso de Estágio;
- Interagir com o supervisor no local de estágio visando o acompanhamento do desempenho do estagiário.

13.10 RESPONSABILIDADES DOS ESTAGIÁRIOS:

Os acadêmicos que celebrarem contratos de estágios deverão assumir o compromisso de:

- Executar as atividades conforme o plano, levando em conta as normas da organização;
- Participar das reuniões e/ou seminários de estágio, organizados pelos respectivos Professores Supervisores;
- Elaborar o Relatório Final de Estágio (Doc 5) e entregar na data prevista aos professores supervisores de estágio;

- Atuar em conformidade com princípios éticos e morais.

13.11 Avaliação de Estágio

O estágio será avaliado a partir do documento de acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários ou instrumento específico determinados pela instituição concedente.

13.12 Das Disposições Finais

Os casos omissos serão resolvidos entre o professor coordenador de estágio vinculado ao Departamento de Ciências Econômicas e pela Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pelotas.

13.13 Documentação

Ficam instituídos os seguintes documentos que terão como objetivo instrumentar o processo de estágio no âmbito do Departamento de Economia da UFPel, os quais encontram-se anexo.

Doc 1 – Carta de Apresentação do Aluno

Doc 2 – Carta de Compromisso do Supervisor no Local de Estágio

Doc 3 – Acompanhamento e Avaliação do Estagiário pelo Supervisor no Local de Estágio

Doc 4 – Plano de Estágio

Doc 5 – Roteiro do Relatório Final de Estágio

Todos os documentos devem ser encaminhados em 3 (três) vias, ficando uma via no Colegiado do Curso, outra na Empresa concedente e outra com o Estagiário.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA
ECONÔMICAS

Doc 1 – Carta de Apresentação do Aluno

Data: ____ / ____ / ____

À(o) _____

Assunto: Apresentação do(a) Aluno(a): _____

Senhor(es) Dirigente(s).

Conforme preceitua o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UFPel, e consoante os ditames da Lei 11.788 de 25/Set/2008 (Lei do Estágio), encaminhamos o(a) aluno(a) em referência para possível estágio supervisionado na área de Economia, nessa Organização. Informamos que o(a) mesmo(a) está regularmente matriculado(a) no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas desta Universidade.

Caso essa Organização aceite o(a) referido(a) estagiário(a), solicitamos a gentileza de designar um profissional de nível superior para supervisioná-lo nas suas atividades de estágio, e informar tal designação ao Professor Supervisor.

Sem outro objetivo para o momento, agradecemos desde já a valiosa contribuição de Vs. Sas. para o desenvolvimento profissional do(a) nosso(a) Educando(a), e colocamo-nos a seu inteiro dispor.

Atenciosamente,

Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas/UFPel
(Assinatura e Carimbo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA
ECONÔMICAS

Doc 2 – Carta de Compromisso do Supervisor no Local de Estágio

Data: ____ / ____ / ____

Ao Sr.(a) Coordenador do Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UFPel

Prezado Senhor.

Atendendo às normas do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pelotas, eu _____, venho pelo presente instrumento, comunicar que possuo disponibilidade e me comprometo em supervisionar o (a) aluno (a) _____ do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pelotas, no período de ____/____/____ a ____/____/____, conforme o Termo de Compromisso de Estágio. Meu telefone para contato é _____, das _____ horas às _____ horas.

Supervisor no Local de Estágio
(Assinatura e Carimbo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA
ECONÔMICAS

Doc 3 – Acompanhamento e Avaliação do Estagiário pelo Supervisor no Local de Estágio

Prezado Srs, Conforme previsto no Manual de Estágio, estamos enviando a avaliação do(a) estagiário(a) sob sua supervisão. Por favor, preencha essa avaliação e a envie, no final do estágio, para o seguinte endereço ou entregue ao próprio estagiário (em envelope lacrado):

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA ECONÔMICAS
PROFESSORES SUPERVISORES DE ESTÁGIO

Nome do Estagiário:.....

Nome do Supervisor no Local de Estágio:

Data//

1. Avalie o estagiário, de acordo com cada situação específica, colocando uma nota de zero a dez.

ITENS	Nota
Integração do estagiário ao ambiente e normas da organização	
Responsabilidade na realização das atividades de estágio	
Desenvolvimento das atividades conforme o planejado	
Atitude profissional do estagiário	
Aplicação de conhecimentos e habilidades em situações concretas e reais	
Desenvolvimento profissional e pessoal	
Responsabilidade social, justiça e ética profissional	
Transposição de dificuldades encontradas com criatividade	
Outras considerações	

O referido estagiário cumpriu nesta instituição _____ horas de estágio.

Supervisor no local de Estágio
(Assinatura reconhecida e carimbo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA
ECONÔMICAS

Doc 4 – Plano de Estágio

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO:

Nome:
Matrícula:

2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:

Razão Social:
Endereço (Rua / Av. , cidade, CEP) :
Telefone, Fax, E-Mail, Home Page:
Ramo de Atividade:
Número Total de Funcionários:

3. SUPERVISOR DE ESTÁGIO:

3.1 No local de estágio:
Nome do Supervisor:
Área de Atuação:
Cargo / Função:
Formação (Curso de maior nível):
3.2 No Departamento de Administração
Nome do Professor Orientador:

4. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES NO ESTÁGIO

4.1 Período de Realização: ____ / ____ / ____ à ____ / ____ / ____
4.2 Carga Horária:
4.3 Objetivo(s) :

4.4 - Atividades a serem desenvolvidas e Resultados esperados:

Pelotas ____ / ____ / ____

Assinaturas:

Estagiário

Supervisor no Local de Estágio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA
ECONÔMICAS

Doc 5 – Roteiro de Relatório Final de Estágio do Aluno

O relatório deve seguir o padrão de um trabalho científico, constando:

Capa

Folha de Rosto

Sumário

Introdução

Desenvolvimento

Considerações Finais

Bibliografia

Anexo 1 - Ementas das Disciplinas

Núcleo de Formação Básica

Primeiro Semestre

Introdução às Ciências Sociais:

Ciência e senso comum. Linguagem, postura e critérios científicos. O enfoque da ciência social. As ciências sociais e sua história. O surgimento da Sociologia: as preocupações diversas e os caminhos diferentes no desenvolvimento das ciências sociais; especificidade da ciência social, historicidade do objetivo da ciência social e natureza deste objeto. A contribuição dos clássicos na teoria social. A análise sociológica de alguns aspectos da realidade social brasileira.

Introdução à Economia

Caracterização da Ciência Econômica. Divisão da Economia. Método da Ciência Econômica. A atividade profissional do economista e o Código de Ética Profissional. Organização da atividade econômica: produção e distribuição. O mercado: a lei da procura e da oferta; o equilíbrio de mercado; elasticidade. Estruturas de mercado.

Introdução à Economia Matemática

A natureza da Economia Matemática. Modelos Econômicos. Análise de Equilíbrio Estático. Números reais, funções, limites e continuidades, derivadas. Maximização de funções econômicas. Aplicações de derivadas aos modelos econômicos. Aproximação de funções por polinômios, integral, definida e indefinida, regras de integração, integrais, impróprias, algumas aplicações da integral. Aplicação de integrais em modelos econômicos.

Introdução à Administração

Evolução das teorias administrativas. Teorias modernas de gestão: Administração por Objetivos. Administração estratégicas e as UENs. Administração participativa. O Benchmarking. A administração Empreendedora. Reengenharia. Gestão empresarial e o ambiente externo.

Introdução à Contabilidade

Caracterização, classificação e efetivação das contas no balancete em suas diferentes fases, devidamente contextualizadas no processo de contabilidade aplicada.

Segundo Semestre

Utilização de Microcomputadores

Fundamentos e comandos de sistema operacional. Noções básicas de computação e comandos de editores de textos, planilhas eletrônicas e sistemas gerenciadores de bancos de dados.

Modelos Matemáticos em Economia

Economia Matemática e Modelos Econômicos. Análise Estática. Estática Comparativa. Otimização. Análise Dinâmica.

Introdução à Ciência Política

Sistema político. Decisões políticas, estratégias, táticas e operacionais, análise política: estudo das categorias, conceitos e problemas básicos da ciência política, tais como: dominação, poder, conflito, autoridade e legitimidade política, participação e informação.

Contabilidade e Análise de Balanços

Os quocientes simples e quocientes padrões. Análise financeira. Análise estrutural. Análise dos resultados. Capacidade de pagamento. Prazo médio de giro. O equilíbrio. A matriz comparada. Cálculo de tendências. Aspectos legais das sociedades anônimas.

Contabilidade Social:

Os agregados econômicos. Definição do Produto. Produto. Renda e Dispêndio. Transações com o exterior e a conta consolidada do capital. Investimento e renda nacional. A abordagem Keynesiana. Balanço de Pagamentos

Terceiro Semestre

Microeconomia I:

Teoria do consumidor. Princípio da otimização e princípio do equilíbrio. Restrição orçamentária. Função de utilidade: curvas de indiferença e taxa marginal de substituição. Equação de Slutsky; efeito renda e efeito substituição. Teoria da Firma. Curvas de custos. Equilíbrio da firma.

Macroeconomia I:

Análise macroeconômica. Reconstrução do Modelo Neoclássico. Modelo Keynesiano. Mercados de bens e ativos – o modelo IS/LM. Oferta e demanda agregada. Determinação da renda. Princípio da demanda efetiva. Emprego.

História Econômica Geral

Formação histórica do capitalismo. Padrões de Industrialização. Transformações do capitalismo e as guerras mundiais. A economia do pós-guerra. A crise da economia mundial dos anos 70. A reestruturação da economia e a globalização.

Métodos Estatísticos Básicos

População e amostra. Estatística descritiva. Probabilidade. Axiomas, teoremas e probabilidade condicional. Variáveis aleatórias: discretas e contínuas. Distribuições e momentos. Distribuições discretas: binomial, Poisson, geométrica e hipergeométrica. Distribuições contínuas: normal, exponencial, gama, t, F, χ^2 . Teorema Central do Limite. Teorema de Tchebychev. Lei dos Grandes Números. Vetores Aleatórios: esperança e matriz de variância-covariância. Distribuição Normal Multivariada. Processos estocásticos.

Instituições de Direito Público e Privado

Conhecimentos sobre ramos do Direito Público com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais do Direito Tributário. Estudo e discussão de legislação tributária federal, estadual e municipal e internacional. Direito Comercial e sua evolução. Pessoas físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Comerciante. Empresa. Estabelecimento comercial. Obrigações profissionais do comerciante. Sociedades comerciais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Posse e propriedade. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e concordata.

Quarto Semestre

Microeconomia II

Estruturas de mercados: concorrência e monopólio. Equilíbrio geral. Externalidades e Bens Públicos.

Macroeconomia II

Os ciclos econômicos contemporâneos, desemprego e inflação. A dívida externa. A abordagem da absorção. Investimento, poupança e transações correntes. Macroeconomia de economias abertas. Novos Clássicos e Novos Keynesianos.

Fundamentos de Finanças

Escolha intertemporal. Valor presente e juros. Regimes de capitalização: simples, composto e contínuo. Desconto. Amortização de dívidas. Análise de Investimentos. Renda fixa: curva de juros e Renda variável: modelo de Markowitz e CAPM. Derivativos: termos, futuros, opções (fórmula de Black-Scholes)

História do Pensamento Econômico I

A história da evolução das idéias econômicas dos Fisiocratas até Hayek e Galbraith, passando por Marshall, Walras e Veblen.

Estatística Econômica e Introdução à Econometria

Amostragem. Amostras Aleatórias Simples. Distribuições amostrais. Estimação e Teste de Hipóteses. Análise Univariada. Análise Multivariada: regressão, clusters, discriminante, variância. Números índices. Introdução à econometria e Hipóteses clássicas de regressão múltipla.

Quinto Semestre

Microeconomia III

Teoria dos jogos. Teoria de Oligopólio: Cournot, Bertrand, Stackelberg. Informação assimétrica. Seleção adversa; “moral hazard”, sinalização.

Economia Monetária

Sistema Monetário. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional. Sistema Financeiro Internacional. Procedimentos Operacionais de Gestão de Política Monetária

Economia Internacional I

Teorias do Comércio Internacional. Políticas de comércio internacional. Organizações Comerciais. Blocos Comerciais. Câmbio e modelo de economia aberta.

Econometria

Quebra de hipóteses do modelo clássico de regressão linear. Sistemas de equações simultâneas. Séries de tempo: abordagem clássica e de Box-Jenkins. Vetores Auto-regressivos. Causalidade e Cointegração. Análise de Dados em Painel.

História do Pensamento Econômico II

Economistas do estado do bem estar. T. Veblen e Jr Commons. Schumpeter. Keynes. Teóricos da Economia Planificada. Escola Austríaca. Teóricos da Economia Matemática e Teoria dos Jogos. Escolas de Inspiração Liberal e neoclássica. Nova Economia Institucional. Economistas Brasileiros.

Sexto Semestre

Economia Industrial

Concentração Industrial. Diferenciação de Produtos. Barreiras à Entrada. Pesquisa e Desenvolvimento. Economia de Redes. Regulação Econômica de Mercados. Testes empíricos.

Formação Econômica, Social e Política do Brasil

O império colonial português. A crise do sistema colonial e a formação do Estado nacional. A economia brasileira do século XIX. Os complexos agro-exportadores regionais. A economia cafeeira na República Velha. A crise de 29 e os mecanismos de superação.

Seminários em Economia Agrícola

Tratamento de temas considerados relevantes para pesquisa, discussão e debate, na busca de soluções, com enfoque para a agricultura e pecuária.

Metodologia Econômica

Controvérsias metodológicas do século XX. Bases epistemológicas da Economia. O instrumentalismo de Friedman. Outras posições em metodologia da Economia. Procedimentos para a pesquisa econômica.

Desenvolvimento Sócio-econômico:

Conceitos de desenvolvimento. Medidas de desenvolvimento. Padrões de desenvolvimento. Modelos de Solow e Harrod-Domar. Crescimento endógeno. Novas teorias de crescimento. Testes empíricos dos modelos de crescimento.

Sétimo Semestre

Economia e Gestão Empresarial

Teoria da Organização. Estratégia Empresarial. Tópicos em Gestão Estratégica de Finanças. Marketing Estratégico. Produção & RH .

Economia Brasileira I

Café e o início da industrialização. O PSI- Processo de Substituição de Importações: Getulio Vargas e o desafio da indústria pesada. O desenvolvimentismo: O Plano de Metas. O PAEG: base do milagre econômico brasileiro.

Técnica de Pesquisa Econômica

Subsídio para o trabalho de conclusão do curso de ciências econômicas. Desenvolvimento do planejamento e execução da metodologia de pesquisa no campo da economia. Projeto de Monografia.

Economia do Setor Público I

O papel do Estado nas economias de mercado. Teoria do bem-estar. Eficiência e eqüidade das políticas públicas. Teoria da Tributação. O setor público no Brasil.

Oitavo Semestre

Elaboração de Monografia:

Elaboração de trabalho de conclusão do curso de ciências econômicas, chamado monografia, que se constitui em artigo científico escrito de acordo com as normas para submissão de artigos na Revista de Economia Política e produzido com rigor metodológico apropriado para um trabalho desta natureza e orientação de professor efetivo de um dos departamentos que ofertam disciplinas para o curso de ciências econômicas. Trata-se aqui de realizar o trabalho de pesquisa cujo projeto foi aprovado na disciplina de Técnicas de Pesquisa Econômica (0760.153).

Disciplinas Livres:

Economia Brasileira II

Crise e inflação dos anos 80. A abertura comercial e o governo Collor. Plano Real e a estabilização econômica. Brasil atual: indicadores de crescimento e desenvolvimento; População brasileira; mercado de trabalho e previdência social. Balanço de pagamentos, dívida externa e mercado de divisas.

Economia do Setor Público II

Economia Política. Modelos Econômicos para Análise Política. Escolha Pública. Falhas de Governo. O fracasso da burocracia.

Economia Ecológica

Aplicações / pesquisas de conceitos de economia do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, políticas ambientais, valoração ambiental, incorporação de variáveis ambientais na análise de projetos, padronização ambiental.

Elaboração e Análise de Projetos

Fluxo de caixa de um projeto. Avaliação de Projetos. Taxa Interna de Retorno. Valor Presente Líquido. Avaliação Social de Projetos.

Direito Econômico

Direito de propriedade. A propriedade o estorvo e o contrato. A eficiência e econômica e o Direito. Noções de Direito Administrativo e Agências Reguladoras. O Direito do consumidor na economia de mercado. O direito e a cadeia produtiva.

Economia Regional

Conceitos de Região. Modelos clássicos de localização. Padrões regionais. Métodos de análise regional. Modelos regionais de crescimento.

Finanças Empresariais

Análise de riscos e retornos. Custo, volume e lucro. Alavancagem operacional e financeira. Administração de capital de giro. Fontes de financiamento. Estrutura do Capital. Planejamento do lucro.

Economia Internacional II

Sistemas Cambiais. Taxa de câmbio e macroeconomia aberta. Sistema monetário internacional. Finanças Internacionais.

Língua Brasileira de Sinais I

Uma introdução à Língua de Sinais, uma comunicação visual, com sua gramática. Alfabeto manual. Diálogos com estruturas afirmativas, negativas e interrogativas. Expressões de quantificação e intensidade – adjetivação. Descrição. Narrativa básica.

Anexo 2
Caracterizações das Disciplinas
do
Núcleo de Formação Básica

Semestre 1

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 1
DISCIPLINA	Introdução à Economia
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0760.120
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2010/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Fábio Caetano
OBJETIVOS	Apresentar os alunos ao estudo da economia, seu método, a regulamentação profissional do economista e o curso de ciências econômicas da UFPel. Introduzir os conceitos básicos da teoria econômica
EMENTA	Caracterização da Ciência Econômica. Divisão da Economia. Método da Ciência Econômica. A atividade profissional do economista e o Código de Ética Profissional. Organização da atividade econômica: produção e distribuição. O mercado: a lei da procura e da oferta; o equilíbrio de mercado; elasticidade. Estruturas de mercado.
PROGRAMA	I) Introdução <ul style="list-style-type: none"> 1. Economia: objeto de estudo e metodologia 2. A profissão do economista: Código de Ética, atuação profissional, mercado de trabalho 3. O Bacharelado em Ciências Econômicas da UFPel II) Noções de História do Pensamento Econômico <ul style="list-style-type: none"> 1. Escola Clássica: Smith, Ricardo e Marx 2. Escola Utilitarista: Stuart Mill 3. Escola Neoclássica: Walras e Marshall 4. Revolução Keynesiana III) Noções de Microeconomia <ul style="list-style-type: none"> 1. Funcionamento do Mercado: escassez, oferta, demanda e elasticidade-preço 2. Estruturas de Mercado: concorrência perfeita, monopólio e oligopólio 3. Equilíbrio Geral: teoremas de bem estar e eficiência IV) Noções de Macroeconomia

	<p>1. Equilíbrio Agregativo Neoclássico: política fiscal e monetária</p> <p>2. Contas Nacionais</p> <p>3. Neokeynesianos: a Síntese Neoclássica IS/LM</p> <p>V) Noções de Economia Internacional</p> <p>1. Mercado de Câmbio e Política Cambial</p> <p>2. Balanço de Pagamentos</p> <p>3. Comércio Internacional: teoria das vantagens comparativas</p> <p>4. Mercado Financeiro e Macroeconomia Aberta</p> <p>VI) Noções de Economia Brasileira</p> <p>1. O Milagre Econômico brasileiro (1968 -73)</p> <p>2. O 2º PND (1974 -79)</p> <p>3. Os Planos Econômicos e A Crise dos Anos 80</p> <p>4. O Plano Real e o Ciclo de Reformas Econômicas</p> <p>5. Tópico de Discussão: Globalização, Desenvolvimento e Mercados Financeiros</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>Abreu, Marcelo P. (org.), “A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989”, Rio de Janeiro: Campus, 1990.</p> <p>Franco, Gustavo H.B., “O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda”, São Paulo:Editora 34, 1999.</p> <p>Hunt, E.K. “História do Pensamento Econômico”. São Paulo: Editora Campus, 1978.</p> <p>Keynes, John M. “Teoria, Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas)</p> <p>Marshall, Alfred. “Princípios de Economia”. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas)</p> <p>Marx, Karl. “O Capital”.São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas).</p> <p>Mill, John Stuart. “Princípios de Economia” São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas).</p> <p>Ricardo, David. “Princípios de Economia Política e Tributação”.São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas).</p> <p>Simonsen, Mário H. “Ensaios Analíticos”. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994.</p> <p>Smith, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v I e II (Coleção Os Economistas)</p> <p>Pinho, Diva B. & Vasconcellos, Marco A.S. (org.) “Manual de Economia: Equipe de Professores da USP”, São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>Walras, Léon. “Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura”. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas)</p> <p>Wicksell, Knut. “Lições de Economia Política”. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas).</p> <p>Sites de Interesse</p> <p>Banco Central do Brasil – http://www.bcb.gov.br</p> <p>Bolsa de Mercadorias e Futuros – http://www.bmf.com.br</p> <p>Bolsa de Valores de São Paulo – http://www.bovespa.com.br</p> <p>Comissão de Valores Mobiliários – http://www.cvm.gov.br</p> <p>Ministério da Fazenda – http://www.fazenda.gov.br</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 1
DISCIPLINA	Introdução à Administração
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0760.121
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2010/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ubirajara Ribas
OBJETIVOS	Levar o aluno a ser capaz de reconhecer o papel da administração na sociedade atual e as várias escolas ou teorias administrativas, visando evidenciar sua importância e aplicabilidade na resolução de problemas políticos, econômicos e sociais
EMENTA	Evolução das teorias administrativas. Teorias modernas de gestão: Administração por Objetivos. Administração estratégicas e as UENs. Administração participativa. O Benchmarking. A administração Empreendedora. Reengenharia. Gestão empresarial e o ambiente externo.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Os gerentes e a diversidade num ambiente de mudança • Planejando o Futuro • O local de trabalho no século 21 • Gerentes e Organizações • Produtividade e desempenho gerencial • Os gerentes num ambiente de mudança • O gerentes e a diversidade da força de trabalho • O processo da gerência • Habilidades e Competências Gerenciais • A gerência, a ética e a responsabilidade social • A O que significa “comportamento ético” ? • Ética Gerencial • Mantendo altos padrões éticos • A responsabilidade social da empresa • A normatização governamental sobre os negócios • Ética, responsabilidade social e desempenho gerencial

	<ul style="list-style-type: none"> • Visão histórica da Administração • Abordagem clássica da administração • Abordagem comportamental da administração • Abordagem quantitativa da administração • Abordagens modernas da administração • • Tomada de decisão e resolução de problemas • Os gerentes como tomadores de decisão na solução de problemas • Encontrando e definindo problemas • Gerando e avaliando soluções alternativas • A escolha das alternativas • Implementando a solução e avaliando os resultados • Fundamentos do planejamento • O planejamento como uma função da administração • Tipos de planos usados pelos gerentes • Diferentes abordagens do planejamento • As previsões como instrumento do planejamento • Tornando o plano efetivo • Planejamento e administração estratégica • Estratégias usadas pelas organizações • Principais elementos na formulação de estratégias • Abordagens em planejamento estratégico • Implementando o planejamento estratégico • Fundamentos da Organização • A organização como uma função da Administração • Estruturas organizacionais tradicionais • Desenvolvimentos em estruturas organizacionais • Tendências organizacionais no moderno local de trabalho • Desenho e cultura organizacional • Direção atual na cultura organizacional • • Fundamentos da Liderança • A natureza da liderança
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • A liderança e poder • Comportamento e liderança • Teorias contingenciais e a liderança • O líder transformacional • Liderança e Gerência • Liderança e visão, princípios • Liderança através da motivação • Liderança através da comunicação • Liderança através de habilidades interpessoais • Liderança através de dinâmica de grupos • Fundamentos do controle • O controle como uma função da administração • Sistemas de controle de performances • Sistemas de benefícios e compensações
BIBLIOGRAFIA	<p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.</p> <p>DRUCKER, Peter. Introdução à Administração. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1995.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio C. A. Teoria Geral da Administração. Da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à Administração. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>STONER, James A. e FREEMAN, R. Edward. Administração. 5. ed . Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 1
DISCIPLINA	Introdução às Ciências Sociais
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	560.051
DEPARTAMENTO	Sociologia e Política
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2010/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	A ser definido
OBJETIVOS	Dar aos alunos as noções básicas sobre o pensamento nas ciências sociais e sua relação com a Economia.
EMENTA	Ciência e senso comum. Linguagem, postura e critérios científicos. O enfoque da ciência social. As ciências sociais e sua história. O surgimento da Sociologia: as preocupações diversas e os caminhos diferentes no desenvolvimento das ciências sociais; especificidade da ciência social, historicidade do objetivo da ciência social e natureza deste objeto. A contribuição dos clássicos na teoria social. A análise sociológica de alguns aspectos da realidade social brasileira.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • INTRODUÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA. RAZÃO, CIÊNCIA E O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO DA CULTURA. • A OBJETIVIDADE DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS. O POSITIVISMO E A NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA. O HISTORICISMO E O PAPEL DOS VALORES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO. MARXISMO, CIÊNCIA E IDEOLOGIA. • O REALISMO SOCIOLÓGICO EM EMILE DURKHEIM: OBJETO E MÉTODO. A SOCIEDADE INDUSTRIAL MODERNA, A DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL E AS FORMAS DE SOLIDARIEDADE: FUNCIONALISMO E INTEGRAÇÃO SOCIAL. • O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO DE KARL MARX. INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA: A TEORIA DO MODO DE PRODUÇÃO. CAPITALISMO E ANTAGONISMOS DE CLASSE: O PROCESSO DE PRODUÇÃO E EXTRAÇÃO DA MAIS-VALIA. • A SOCIOLOGIA COMPRENSIVA DE MAX WEBER. A AÇÃO SOCIAL E OS TIPOS IDEIAIS: OBJETO E MÉTODO NA SOCIOLOGIA. CAPITALISMO E RACIONALIDADE: A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E OS TIPOS DE DOMINAÇÃO LEGÍTIMA
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> • CASTRO, Ana Maria. Introdução ao Pensamento Sociológico. Rio de Janeiro, Eldorado tijuca, 1981. • DURKHEIM, E. Sociologia: Coleção Grandes Cientistas Sociais: São Paulo, Ática, 1984.

	<ul style="list-style-type: none"> • _____ A Divisão do Trabalho Social. Lisboa, Presença, 1984. • _____ As Regras do Método Sociológico. São Paulo, Nacional, 1987 • FORACCHI, M & MARTINS, J. Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1997. • MARTINS, Carlos B. O que é Sociologia? São Paulo, brasiliense, 1982. • MARX, K. Sociologia; Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1984. • _____ A Ideologia Alemã. São Paulo, Hucitec, 1984. • _____ O Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro, Cátedra, 1985. • QUINTANEIRO, Tânia. Um Toque de clássicos. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1995. • WEBER, M. Sociologia: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1982. • _____ A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1987. _____ Conceitos Básicos de Sociologia. São Paulo, Moraes, 1987.
--	--

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 1
DISCIPLINA	Introdução à Contabilidade
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	760.125
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2010/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ubirajara Ribas
OBJETIVOS	Propiciar ao aluno a aquisição de competências profissionais, através dos conteúdos fundamentais da contabilidade, destinados ao domínio das técnicas básicas de controle e registro de patrimônio.
EMENTA	Princípios gerais de contabilidade. Noções dos registros contábeis. Estrutura e funcionamento dos sistemas contábeis. Planos de contas. Organização e controle de patrimônio. Demonstrativos contábeis.
PROGRAMA	<p>UNIDADE I – Contabilidade</p> <p>1.1. Princípios gerais da Contabilidade</p> <p>1.2. Aplicação da Contabilidade nas empresas</p> <p>1.3. Representação gráfica do Patrimônio</p> <p>UNIDADE II - Patrimônio</p> <p>Conceito e definição</p> <p>Bens, direitos e obrigações</p> <p>Aspectos qualitativo e quantitativo do patrimônio</p> <p>UNIDADE III – Contas</p> <p>Classificação das contas</p> <p>3.1.1. Contas patrimoniais</p> <p>3.1.2. Contas de resultado</p> <p>Noções de débitos e créditos</p> <p>Plano de contas</p> <p>UNIDADE IV – Atos e Fatos Administrativos</p> <p>Atos administrativos</p> <p>Fatos administrativos</p> <p>Fatos permutativos, fatos modificativos e fatos mistos.</p> <p>UNIDADE V – Escrituração</p> <p>Conceito</p> <p>Livros utilizados na escrituração</p> <p>Livro Diário</p> <p>Livro Razão</p> <p>Livro Contas-Correntes</p> <p>Livro Caixa</p> <p>Métodos de Escrituração</p> <p>Lançamentos</p> <p>UNIDADE VI - Demonstrações Financeiras</p> <p>Modelo de Balanço Patrimonial</p> <p>Modelo do Resultado do Exercício</p> <p>Modelo de Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados</p> <p>Modelo Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</p> <p>Modelo Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.</p>

BIBLIOGRAFIA	<p>COELHO, Claudio V. F.; LEÃO, Vera e KRITZ, Sonia . Noções de Contabilidade. Rio de Janeiro: SENAC/DN/DFP, 1996.</p> <p>CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE – RS. Estruturação de Demonstrações Contábeis. 5. ed. Porto Alegre: CRC-RS, 1989.</p> <p>IUDÍCIUS, Sérgio de. Análise de Balanços. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1980.</p> <p>NEIVA, Raimundo Alelaf. Valor de Mercado da Empresa. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>PHYRR, Peter A. Orçamento base zero: um instrumento administrativo prático para avaliações das despesas. Rio de JANEIRO: Interciênciac, 1981.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica Fácil. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p>
--------------	---

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 1
DISCIPLINA	Introdução à Economia Matemática
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0760.002
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teóricas
ANO/SEMESTRE	2010/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Marcelo Passos
OBJETIVOS	Dar aos alunos as ferramentas básicas do cálculo para o aprendizado da disciplina Modelos Matemáticos de Economia
EMENTA	A natureza da Economia Matemática. Modelos Econômicos. Análise de Equilíbrio Estático. Números reais, funções, limites e continuidades, derivadas. Maximização de funções econômicas. Aplicação de derivadas aos modelos econômicos. Aproximação de funções por polinômios, integral, definida e indefinida, regras de integração, integrais, impróprias, algumas aplicações da integral. Aplicação de integrais em modelos econômicos.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • I. Conjuntos numéricos • 1. Conceito de conjunto, operações entre conjuntos • 2. Números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais • 3. Conjuntos numéricos: intervalo aberto, fechado, semi-aberto • 4. Equações e inequações modulares e polinomiais simples • II. Funções de uma variável • 1. Conceito de função e métodos da sua definição • 2. Funções pares e ímpares, funções periódicas • 3. Funções crescentes e decrescentes • 4. Pontos de mínimo e máximo • 5. Funções compostas • 6. Funções elementares • III. Limites e derivadas • 1. Conceitos do limite e continuidade • 2. Propriedades elementares dos limites e funções contínuas • 3. Continuidade de funções elementares • 4. Continuidade de função composta • 5. Conceito de derivada e sua interpretação geométrica e física • 6. Regras de derivação • 7. Derivada de função composta • 8. Derivação de funções elementares • 9. Derivadas de ordem superior • 10. Aplicação da derivada para investigação de função e construção do seu gráfico

	<ul style="list-style-type: none"> • 11. Aplicações específicas aos modelos econômicos • IV. Integral indefinida e definida • 1. Primitiva de uma função e integral indefinida • 2. Integração imediata e a tabela de integração • 3. O problema de área e definição de integral definida • 4. Teorema fundamental do Cálculo Integral • 5. Métodos de cálculo da integral definida: mudança de variável de integração, integração por partes • 6. Conceito da integral imprópria • 7. Aplicações da integral definida • 8. Aplicações específicas aos modelos econômicos •
BIBLIOGRAFIA	<p>Chiang, Alpha C. Matemática para economistas. Makron Books, 2002.</p> <p>Blanchard, Olivier. Macroeconomia. Prentice Hall, 2004.</p> <p>Blume, Simon. Mathematics for economists. Norton company, 1994.</p> <p>Simonsen, Mário H; Cysne, Ruben P. Macroeconomia. 2^a. Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.</p> <p>PINDYCK, et RUBINFELD. Microeconomia. Makron Books. 2001</p> <p>Varian, Hal. Microeconomia: Princípios Básicos. 2003.</p>

Semestre 2

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 2
DISCIPLINA	Utilização de Microcomputadores
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	750.064
DEPARTAMENTO	Informática
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	3
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	2h teórica e 2 prática 2010/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	A ser definido
OBJETIVOS	Introduzir os fundamentos da informática para a execução dos trabalhos das disciplinas do curso de economia.
EMENTA	Fundamentos e comandos de sistema operacional. Noções básicas de computação e comandos de editores de textos, planilhas eletrônicas e sistemas gerenciadores de bancos de dados.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à Informática • Conceitos Básicos: • Processamento de Dados: manual e eletrônico • Computador • Componentes e Organização do Computador • Unidade de Memória Principal • BIT e BYTE • Unidade de Memória auxiliar ou Secundária • Unidade Aritmética e Lógica • Unidade de Entrada/Saída • Sistemas de computação • Software Aplicativo • Software Básico • Linguagem de Programação • 2.1 Sistema Operacional – DOS • 2.2 Unidade de Disco • 2.3.Unidade de Trabalho • 2.5 Máscaras de Seleção • WINDOWS • 3.1. Introdução • 3.2. Gerenciador de Arquivos • 3.3 Softwares do Windows • WORD,EXCEL,POWER POINT,ACCESS
BIBLIOGRAFIA	<p>Silva M. G. MS-WORD 7.0 para Windows 95 – Iniciação Rápida, Editora Érica, 1997.</p> <p>Silva M. G. EXCEL 7.0 para Windows 95 – Iniciação Rápida, Editora Érica, 1997.</p> <p>Norton Peter. Introdução à Informática. Pearson, 2004.</p> <p>Rabelo, Jorão. Introdução à Informática e Windos XP. Editora Moderna, 2003.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 2
DISCIPLINA	Contabilidade Social
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120)
CÓDIGO	0760.130
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2010/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Jabr Omar
OBJETIVOS	Introduzir os fundamentos da contabilidade dos agregados macroeconômicos e da macroeconomia .
EMENTA	Os agregados econômicos. Definição do Produto. Produto. Renda e Dispêndio. Transações com o exterior e a conta consolidada do capital. Investimento e renda nacional. A abordagem Keynesiana. Balanço de Pagamentos.
PROGRAMA	<p>DEFINIÇÕES E DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL DA CONTABILIDADE SOCIAL</p> <p>A contabilidade social: definições usuais</p> <p>Desenvolvimento conceitual: uma primeira abordagem</p> <p>As primeiras tentativas de cálculo agregativo</p> <p>A CONTABILIDADE SOCIAL: NATUREZA, UTILIZAÇÃO E LIMITAÇÕES</p> <p>As atividades econômicas: versão simplificada</p> <p>As atividades econômicas: categorias e inter-relações</p> <p>UM SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS PARA UMA ECONOMIA FECHADA SEM GOVERNO</p> <p>Observações introdutórias</p> <p>Um primeiro esboço do modelo</p> <p>O modelo inicial sob novas dimensões</p> <p>Um sistema-padrão de contas nacionais</p> <p>Dedução do produto e da renda nacional</p> <p>UM SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS PARA UMA ECONOMIA</p>

	<p>FECHADA COM GOVERNO</p> <p>Observações introdutórias</p> <p>Identificação das receitas do governo</p> <p>Identificação das despesas do governo</p> <p>A produção do governo: uma discussão conceitual</p> <p>A introdução do governo no modelo inicial</p> <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <p>Dedução do produto e da renda nacional</p> <p>UM SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS PARA UMA ECONOMIA ABERTA: UM MODELO COMPLETO</p> <p>Observações introdutórias</p> <p>As transações com o resto do mundo</p> <p>A abertura da economia: um modelo completo</p> <p>Um sistema-padrão de contas nacionais</p> <p>Dedução do produto, da renda e do dispêndio internos.</p> <p>O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS DO BRASIL: ORIGEM E ESTRUTURA ATUAL</p> <p>Observações introdutórias</p> <p>A base do SCNB: o SCN:~52</p> <p>O SCNB: as versões de 1956, 1962 e 1986</p> <p>Um quadro comparativo final</p> <p>O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS DO BRASIL: METODOLOGIA DE CÁLCULO</p> <p>Observações introdutórias</p> <p>O cálculo do PIB</p> <p>Estimativa dos produtos setoriais</p> <p>Estimativas dos fluxos de dispêndio</p> <p>Estimativas de outras categorias de fluxos</p> <p>As contas nacionais do Brasil: Apêndice estatístico</p> <p>DESAGREGAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS: AS MATRIZES DE INSUMO-PRODUTO</p> <p>Observações introdutórias</p> <p>A evolução da análise do insumo-produto</p> <p>As matrizes de insumo-produto: aplicações</p> <p>A matriz das relações interindustriais do Brasil</p> <p>AS COMPARAÇÕES INTERTEMPORAIS E INTERNACIONAIS DOS AGREGADOS DA RENDA E DO PRODUTO</p> <p>Observações introdutórias</p>
--	---

	<p>As comparações intertemporais</p> <p>As comparações internacionais</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>PAULANI, LM & BRAGA, MB A nova contabilidade social. São Paulo: Saraiva. 2001</p> <p>Chiang, Alpha C. Matemática para economistas. Makron Books, 2002.</p> <p>Blanchard, Olivier. Macroeconomia. Prentice Hall, 2004.</p> <p>Simonsen, Mário H; Cysne, Ruben P. Macroeconomia. 2^a. Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 2
DISCIPLINA	Introdução à Ciência Política
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	560.045
DEPARTAMENTO	Sociologia e Política
CARGA HORÁRIA TOTAL	34h
CRÉDITOS	2
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2010/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	A ser determinado
OBJETIVOS	Trabalhar conceitos e correntes básicos desenvolvidos dentro da ciência Política, de forma a propiciar o desenvolvimento da análise crítica desses conceitos e teorias na relação entre Estado e Sociedade Civil.
EMENTA	Sistema político. Decisões políticas, estratégias, táticas e operacionais, análise política: estudo das categorias, conceitos e problemas básicos da ciência política, tais como: dominação, poder, conflito, autoridade e legitimidade política, participação e informação.
PROGRAMA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Reflexão sobre o campo de estudo da ciência política 1.2 Teorias explicativas referentes a origem do Estado 1.3 Poder político, legitimidade, legalidade e autoridade 1.4 Estado: concepção jurídica e sociológica 2. Estado e sociedade civil <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Formas de governo 2.2 O Estado de direito 2.3 O Estado social de direito 3. Partidos políticos e sistemas eleitorais <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Partidos políticos e sistemas partidários 3.2 Os sistemas de representação eleitoral
BIBLIOGRAFIA	<p>AZAMBUJA, Darci. Introdução à Ciência Política. Globo, 1969.</p> <p>BOBBIO, Norberto. A Teoria das Formas de Governo. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.</p> <p>CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estevam. (orgs.) Política e Sociedade. São Paulo: Nacional, 1979, 2 vols.</p> <p>COHN, G. (ORG). Weber: Sociologia. 6^a ed. São Paulo: Ática, 1997.</p>

	<p>DALLARI, Dalmo de A. Elementos da Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 1991.</p> <p>FILHO, Manoel F. Curso de Direito Constitucional. 20^a ed. São Paulo: Saraiva, 1991.</p> <p>LEAL, Rogério G. Teoria do Estado: cidadania e poder político na modernidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.</p> <p>OLIVEIRA Jr., José. (org) O Novo em Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.</p> <p>PETERSEN, Aurea et al. Introdução à Ciência Política. Vol I, Rio de Janeiro: Agir, 1997.</p> <p>RODEE, C.; ANDERSON T. et al. Introdução à Ciência Política. Vol I. Rio de Janeiro: Agir, 1997.</p> <p>SARTORI, Giovanni. Partidos e Sistemas Partidários. Rio de Janeiro: Zahar, Brasília, 1982.</p> <p>SCHWARZTZENBERG, Roger-Gerard. Sociologia Política. São Paulo: DIFEL, 1979.</p>
--	---

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 2
DISCIPLINA	Contabilidade e Análise de Balanços
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Contabilidade (760.125)
CÓDIGO	760.147
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2010/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ubirajara Ribas
OBJETIVOS	Oferecer aos alunos condições de analisar e interpretar as demonstrações financeiras das organizações. Ao final do semestre os alunos deverão ser capazes de: aplicar adequadamente, quando do desempenho da atividade gerencial, a legislação pertinente a estruturação das demonstrações financeiras.
EMENTA	Fundamentos legais da estruturação das demonstrações financeiras. Procedimentos da análise de balanço e interpretação da situação econômico-financeira de empresas.
PROGRAMA	UNIDADE I – Estrutura das demonstrações financeiras Introdução Balanço patrimonial Demonstração do resultado do exercício Demonstração da origem e aplicação dos recursos. UNIDADE II – Análise das demonstrações financeiras 2.1 Introdução 2.2 Análise Análise por percentagens verticais Análise por números índices Análise por diferenças absolutas Análise por quocientes UNIDADE III – Análise financeira 3.1 Introdução 3.2 Análise da liquidez empresarial 3.3 Análise da solvência 3.4 Análise das imobilizações 3.5 Análise da margem de garantia 3.6 Análise do capital circulante líquido. UNIDADE IV – Análise da circulação de valores 4.1 Introdução 4.2 Prazo de renovação dos estoques 4.3 Prazo de renovação dos créditos 4.4 Prazo de renovação dos débito UNIDADE V – Análise econômica

	<p>5.1 Introdução 5.2 Retorno do investimento 5.3 Lucratividade operacional 5.4 Rentabilidade dos capitais próprios 5.5 Ativo financiado pelo patrimônio líquido.</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>IUDICIBUS, Sérgio. Análise de Balanços. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1986.</p> <p>MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços, abordagem básica e gerencial. São Paulo, 1996.</p> <p>PHYRR, Peter A. Orçamento base zero: um instrumento administrativo prático para avaliação das despesas. Rio de Janeiro: Interciência, 1981.</p> <p>REIS, Arnaldo Carlos R. Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.</p> <p>WALTER, Milton Augusto. Introdução à Análise de Balanço. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 2
DISCIPLINA	Modelos Matemáticos em Economia
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia Matemática (760.002)
CÓDIGO	760.003
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teóricas 2010/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Nelson Seixas dos Santos
OBJETIVOS	Desenvolver métodos matemáticos e relacioná-los aos vários tipos de análise econômica
EMENTA	Introdução à Economia Matemática e Modelos Econômicos. Análise Estática. Estática Comparativa. Otimização. Análise Dinâmica
PROGRAMA	Introdução: Economia Matemática; Modelos Econômicos Análise Estática: Análise de Equilíbrio em Economia; Modelos Lineares e Álgebra Matricial; Análise Estática Comparativa: Estática Comparativa e Conceito de Derivada; Regras de Diferenciação e Seu Uso na Estática Comparativa; Análise Comparativa e Modelos de Funções Gerais. Problemas de Otimização: Otimização uma Especial da Análise de Equilíbrio; Funções Logarítmicas e Exponenciais; O Caso de Mais de Uma Variável de Escolha; Otimização Condicionada. Análise Dinâmica: Dinâmica Econômica e Cálculo de Integral; Equações Diferenciais.
BIBLIOGRAFIA	Chiang, Alpha C. Matemática para economistas. Makron Books, 2002. Blanchard, Olivier. Macroeconomia. Prentice Hall, 2004. Blume, Simon. Mathematics for economists. Norton company, 1994. Simonsen, Mário H; Cysne, Ruben P. Macroeconomia. 2 ^a . Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1995. PINDYCK, et RUBINFELD. Microeconomia. Makron Books. 2001 Varian, Hal. Microeconomia: Princípios Básicos. 2003.

Semestre 3

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 3
DISCIPLINA	Microeconomia I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (760.120) e Modelos Matemáticos em Economia (760.003)
CÓDIGO	0760.123
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2011/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Nelson Seixas dos Santos
OBJETIVOS	Dar aos alunos os instrumentos básicos da teoria econômica, possibilitando o aprendizado das disciplinas seguintes em particular, daquelas de caráter aplicado.
EMENTA	Teoria do consumidor. Princípio da otimização e princípio do equilíbrio. Restrição orçamentária. Função de utilidade: curvas de indiferença e taxa marginal de substituição. Equação de Slutsky; efeito renda e efeito substituição. Teoria da Firma. Curvas de custos. Equilíbrio da firma.
PROGRAMA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Teoria do Consumidor <ol style="list-style-type: none"> 1.1 A Utilidade Total, a Média e a Marginal 1.2 A Relação entre UMg, Renda e Preço do Produto 1.3 Utilidade e Preferências 1.4 Curvas de indiferença 1.5 Taxa Marginal de Substituição (TMgS) 1.6 A Reta de Restrição Orçamentária 1.7 Escolha do consumidor e Maximização de utilidade 1.8 Equação de Slutsky: Curva Renda-Consumo, Curva Preço-Consumo, efeitos substituição e renda 2. Teoria da produção e dos custos 3. Teoria da Firma
BIBLIOGRAFIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. PINDYCK, et RUBINFELD. Microeconomia. Makron Books. 2001 2. Varian, Hal. Microeconomia: Princípios Básicos, 2003. 3. Chiang, Alpha C. Matemática para economistas. Makron Books, 2002. 4. Blume, Simon. Mathematics for economists. Norton company, 1994.

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 3
DISCIPLINA	Macroeconomia I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Contabilidade Social (0760.130) e Modelos Matemáticos em Economia (0760.003)
CÓDIGO	0760.124
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2011/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Anderson Denardin
OBJETIVOS	Dar aos alunos as noções básicas de macroeconomia, preparando-os para o debate moderno sobre a área
EMENTA	Análise macroeconômica. Reconstrução do Modelo Neoclássico. Modelo Keynesiano. Mercados de bens e ativos – o modelo IS/LM. Oferta e demanda agregada. Determinação da renda. Princípio da demanda efetiva. Emprego
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • O Modelo Clássico de Determinação do Produto e Emprego • O Princípio da Demanda Efetiva • O Modelo Keynesiano de Determinação da Renda • O Modelo IS/LM em uma economia fechada • Oferta Agregada e Demanda Agregada: O Modelo IS/LM com preços flexíveis • A Contrarevolução Monetarista • Expectativas Racionais e a Economia Novo Clássica
BIBLIOGRAFIA	<p>Froyen, Macroeconomia. São Paulo, Saraiva, 1999</p> <p>Chiang, Alpha C. Matemática para economistas. Makron Books, 2002.</p> <p>Blanchard, Olivier. Macroeconomia. Prentice Hall, 2004.</p> <p>Blume, Simon. Mathematics for economists. Norton company, 1994.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 3
DISCIPLINA	História Econômica Geral
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	720.036
DEPARTAMENTO	História e Antropologia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	2011/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	A ser definido
OBJETIVOS	Analisar a evolução histórica dos sistemas econômicos, suas relações sociais e produtivas.
EMENTA	Formação histórica do capitalismo. Padrões de Industrialização. Transformações do capitalismo e as guerras mundiais. A economia do pós-guerra. A crise da economia mundial dos anos 70. A reestruturação da economia e a globalização
PROGRAMA	<p>1- Gênese do sistema capitalista</p> <p>2- O Capitalismo mercantil e a expansão européia</p> <p>3- O capitalismo industrial</p> <p>4- O fenômeno do imperialismo e o capital financeiro</p> <p>5- O desenvolvimento do capitalismo no século XX</p> <p>a) a primeira guerra e a Revolução Russa</p> <p>b) a Grande Depressão</p> <p>c) a ascensão do nazi-fascismo</p> <p>d) a divisão em blocos mundiais e a guerra fria</p> <p>e) o colapso do sistema soviético</p> <p>f) a situação da América Latina no contexto</p> <p>g) A globalização e o neo-liberalismo</p>
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> • ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994. • ARRUDA, José J. A revolução industrial. São Paulo: Ática. • BLACKBURN, Robin (ORG). Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. • CANEDO, Letícia B. A descolonização da Ásia e da África. São Paulo: Atual, 1985. • CARDOSO, Ciro e BRIGNOLI, Héctor. História econômica da América Latina. Rio de Janeiro: edições Graal, 1983. • COGGIOLA, Oswaldo (ORG.). História e crise contemporânea. São Paulo: edições Pulsar, 1994 • DEAN, Warren. As multinacionais. Do mercantilismo ao capital internacional. São Paulo: Brasiliense. • FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. Petrópolis: Vozes, 1997. • FIORI, José Luís. Brasil no espaço . Petrópolis: Vozes, 2001. • FIORI, José Luís (Org.) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999. • FIORI, José Luís. 60 lições dos noventa. Uma década de neo-liberalismo. São Paulo: Record, 2001

	<ul style="list-style-type: none"> • FRANK, André Gunder Acumulação mundial 1492-1789. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. • GENTILI, Pablo (Org) . Globalização excludente. Petrópolis, Vozes, 2000. • HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Império. São Paulo, Record, 2001. • HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 • HOBSBAWM, Eric. A era do capital 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. • HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra. • HUBERMAM, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro, Guanabara. • KAGALIRSKI, Bóris . A desintegração do monólito. São Paulo: Ed.Unesp, 1993. • KURZ, Robert. O colapso da modernização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. • KURZ, Robert. Os últimos combates. Petrópolis:Vozes,1997. • LICHTENSZTEJN, S. e BAER, Monica. Fundo Monetário Internacional e Banco mundial. São Paulo: Brasiliense,1987. • MACPHERSON, C.B. Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. • MAURO, Frederic. Expansão européia (1600-1870). São Paulo, EDUSP, 1980. • POLANYI, Karl. A grande transformação. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. • OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense. • ROBINSON, Joan. Novas contribuições à economia moderna. São Paulo, Vértice, 1988. • SADER, Emir (ORG.). O mundo depois da queda. São Paulo: Paz e Terra, 1995. • SADER, Emir. Século XX, uma biografia não autorizada. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo,2000. • SWEEZY, Paul et allii. Economia política del imperialismo Buenos Aires: Ed. Periferia, 1971. • TAVARES, M^a da Conceição e FIORI, José. Poder e dinheiro-uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes. 1997 • VELLOSO, João Paulo e MARTINS, Luciano (Coords.) A nova ordem Mundial em questão. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. • WALLERSTEIN, Immanuel. O capitalismo histórico. São Paulo; Brasiliense,1985. <p>5. WEATHERFORD, Jack. A história do dinheiro. São Paulo: Negócio Editora, 1999.</p>
--	---

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 3
DISCIPLINA	Instituições de Direito Público e Privado
CARÁTER DA DISCIPLINA	Livre
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	710.214
DEPARTAMENTO	Administração e Turismo
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	2011/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	A ser definido
OBJETIVOS	Dotar de noções básicas sobre legislação comercial, temas do cotidiano empresarial. Apresentar noções de direito Público na área de tributação.
EMENTA	Conhecimentos sobre ramos do Direito Público com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais do Direito Tributário. Estudo e discussão de legislação tributária federal, estadual e municipal e internacional. Direito Comercial e sua evolução. Pessoas físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Comerciante. Empresa. Estabelecimento comercial. Obrigações profissionais do comerciante. Sociedades comerciais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Posse e propriedade. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e concordata.
PROGRAMA	Unidade I: Conceitos Básicos: Direito Público e privado. Direito Comercial Empresário Obrigações Nome empresarial Contrato Social Unidade II: Propriedade Industrial. Patentes de invenção e modelo Registro de Marca e Desenho Unidade III: Noções de Direito Societário: Tipos de Sociedades Sociedade contratual Sociedade por quota de responsabilidade Limitada Sociedade estatutária Sociedade Anônima. Unidade IV: Teoria Geral dos Títulos de Crédito; Noções de título de crédito e suas características; Aval; Endosso; Protesto; Aceite; Exigibilidade do Título de Crédito Unidade V: Contratos Mercantis.

	<p>Teoria Geral dos Contratos mercantis Tipos de contratos usados pela empresas. Unidade VI: Falência e Recuperação Judicial; Noções de Falência Noções de Recuperação Judicial Unidade VII: Direito Público: Noções elementares de Direito Público Orçamento Despesas Públicas Unidade VIII: Direito Tributário: Conceito Fontes do Direito Tributário Sistema Tributário Nacional Princípios Constitucionais Tributários Unidade IX Tributos: Elementos do Tributo; Obrigaçāo Tributária Crédito Tributário Unidade X: Crédito Tributária Extinção do Crédito Tributário Suspensão do Crédito Tributário Exclusão do Crédito Tributário Unidade XI: Administração e Planejamento Tributário Execução Fiscal Dívida Ativa Certidão Negativa Fiscalização. Defesa do Contribuinte</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>CASSIANO, Adāo Sérgio do Nascimento. <i>Tributos da micro e pequena empresa</i>. 1. ed. Porto Alegre: Edição Sebrae, 1998.</p> <p>CELESTINO, João Baptista. <i>Direito Tributário nas Escolas</i>. 3. ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1979.</p> <p>CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>COELHO, Fábio Uchoa. <i>Manual De Direito Comercial</i>. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>FAZZIO JR., Waldo. <i>Fundamentos de Direito Comercial</i>. São Paulo: Atlas1999.</p> <p>LEAL, Rodolpho. <i>Direito Tributário</i>. 2. ed. Leme, São Paulo: Editora de Direito.</p> <p>PAES, Pr Tavares. <i>Curso De Direito Comercial</i>. 2. ed. Revista Dos Tribunais.</p>

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 3
DISCIPLINA	Métodos Estatísticos Básicos
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Modelos Matemáticos em Economia (0760.003)
CÓDIGO	0760.122
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2009/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Anderson Denardin
OBJETIVOS	Prover os alunos das ferramentas estatísticas básicas para o entendimento da teoria econômica e da econometria
EMENTA	População e amostra. Estatística descritiva. Probabilidade. Axiomas, teoremas e probabilidade condicional. Variáveis aleatórias: discretas e contínuas. Distribuições e momentos. Distribuições discretas: binomial, Poisson, geométrica e hipergeométrica. Distribuições contínuas: normal, exponencial, gama, t, F, χ^2 . Teorema Central do Limite. Teorema de Tchebychev. Lei dos Grandes Números. Vetores Aleatórios: esperança e matriz de variância-covariância. Distribuição Normal Multivariada. Processos estocásticos.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade I – Introdução • História, conceitos, funções e aplicações da Estatística. • Unidade II – Estatística Descritiva • Dados estatísticos; apresentação de dados; tabelas e gráficos. • Distribuição de freqüências; histograma e polígono de freqüências. • Medidas de posição e de dispersão; assimetria e curtose. • Unidade III – Elementos de Probabilidade • Conceitos fundamentais; conceito intuitivo de probabilidade; conceito axiomático; principais propriedades; probabilidade condicional e independência estatística; aplicações. • Variáveis aleatórias discretas e contínuas; função de probabilidade; função de densidade de probabilidade; função de distribuição acumulada; valor esperado; momentos; média e variância. • Distribuições de probabilidade importantes: Distribuições de Bernoulli, Binomial, hipergeométrica, de Poisson; distribuição normal e normal padrão. • Vetores Aleatórios: distribuição conjunta; distribuições marginais; independência estatística; covariância e correlação de duas variáveis aleatórias; distribuição multinomial; distribuição normal bivariada.
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> • BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística Básica. 4^a Edição. Atual Editora. São Paulo, SP. 1987. • COSTA NETO, P.L.O. Estatística. Editora Edgard Blucher Ltda. São Paulo, SP. 1977.

	<ul style="list-style-type: none">• HOEL, P. G. – Estatística Elementar. Editora Atlas S/A. São Paulo, SP. 1980.• LIPSCHUTZ, S. Probabilidade. 3^a Edição. McGraw-Hill. São Paulo, SP, 1972.• MEYER, P.L. – Probabilidade: Aplicações à Estatística – Ao Livro Técnico S.A. – Rio de Janeiro, RJ, 1969.• SILVA LEME, R.A. Curso de Estatística. 3^a edição. Ao Livro Técnico S.A. Rio de Janeiro, RJ. 1970.• SPIEGEL, M.R. Estatística. Ao Livro Técnico S.A. Rio de Janeiro, RJ. 1968.
--	---

Semestre 4

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 4
DISCIPLINA	Microeconomia II
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Métodos Estatísticos Básicos (0760.122) e Microeconomia I (0760.123)
CÓDIGO	0760.132
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2011/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	André Carraro
OBJETIVOS	Analisar o comportamento econômico frente às diferentes estruturas de mercado, além de apresentar o equilíbrio em um modelo geral.
EMENTA	Estruturas de mercados: concorrência e monopólio. Equilíbrio geral. Externalidades e Bens Públicos.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • UNIDADE I – Estruturas de Mercado • concorrência perfeita • monopólio e discriminação de preços • eficiência econômica: excedente do consumidor e excedente do produtor • UNIDADE II – Equilíbrio geral • Trocas • Produção • Incerteza. • Externalidades, Bens públicos • Economia do Bem-estar
BIBLIOGRAFIA	<p>PINDYCK, et RUBINFELD. Microeconomia. Makron Books. 2001</p> <p>Varian, Hal. Microeconomia: Princípios Básicos. 2003</p> <p>Chiang, Alpha C. Matemática para economistas. Makron Books, 2002.</p> <p>Blume, Simon. Mathematics for economists. Norton company, 1994.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 4
DISCIPLINA	Macroeconomia II
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Métodos Estatísticos Básicos (0760.122) e Macroeconomia I (0760.124)
CÓDIGO	0760.133
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2011/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Marcelo Passos
OBJETIVOS	Apresentar os fundamentos microeconômicos da moderna teoria macroeconômica.
EMENTA	Os ciclos econômicos contemporâneos, desemprego e inflação. A dívida externa. A abordagem da absorção. Investimento, poupança e transações correntes. Macroeconomia de economias abertas. Novos Clássicos e Novos Keynesianos.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos Microeconômicos da Teoria do Consumo • Fundamentos Microeconômicos da Teoria do Investimento • Real Business Cycles • Nova-economia Keynesiana..
BIBLIOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> • Froyen, . 1999 Macroeconomia. São Paulo, Saraiva • Chiang, Alpha C. Matemática para economistas. Makron Books, 2002. • Blanchard, Olivier. Macroeconomia. Prentice Hall, 2004. • Blume, Simon. Mathematics for economists. Norton company, 1994.

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 4
DISCIPLINA	Fundamentos de Finanças
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Métodos Estatísticos Básicos (0760.122) e Microeconomia I (0760.123)
CÓDIGO	0760.052
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2011/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Fábio Massaúd Caetano e Nelson Seixas dos Santos
OBJETIVOS	Dar aos alunos os conceitos da teoria de finanças
EMENTA	Escolha Intertemporal: poupança, valor presente e juros. Ativos de Renda Fixa: matemática financeira, análise de investimentos e estrutura a termo da taxa de juros. Ativos de Renda Variável: escolha sob incerteza, mercados financeiros, modelo de Markowitz, CAPM e AFT. Derivativos: termos, futuros, opções e swaps.
PROGRAMA	<p>I) Introdução à Teoria Financeira</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Escolha intertemporal: recursos financeiros, oferta de recursos financeiros (poupança) com ativos financeiros de renda fixa, juros e valor presente; 5. Investimento e demanda por recursos financeiros: função de produção e a demanda por capital; 6. Instituições financeiras: intermediação entre oferta e demanda por recursos financeiros <p>II) Ativos de Renda Fixa</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Definição e Regimes de Capitalização: simples, composta e contínua; 2 Tipos de Taxas de Juros: nominal, efetiva, real, proporcionais e equivalentes; 3 Descontos Bancários: simples (racional e comercial), composto (“por dentro” e “por fora”) 4 Amortização de Dívidas: sistema price e sistema de amortização constante; 5 Análise de Investimentos: taxa de atratividade, payback, taxa interna de retorno e valor presente líquido 6 Estrutura a Termo das Taxas de Juros: risco de liquidez e avaliação de títulos de renda fixa e risco (duration e convexidade) <p>III) Ativos de Renda Variável</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Escolha sob Incerteza: loterias monetárias, utilidade esperada, aversão a risco e oferta de recursos financeiros com ativos de renda variável; 2. Mercados financeiros: retorno e risco 3. Retorno de Ativos de Renda Variável: definição e distribuição (retorno esperado e risco); 4. Retorno de Carteiras de investimento: definição e distribuição (retorno esperado e risco) 5. Modelo de Markowitz e CAPM: aplicação

	<p>IV) Derivativos</p> <p>5. Derivativos: termos, futuros, opções e swaps 6. Avaliação de termos e futuros 7. Avaliação de opções: modelo de Black-Scholes.</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>Bauer, Udibert R. Matemática Financeira Fundamental. São Paulo: Atlas, 2003</p> <p>De Faro, Clóvis. Princípios e Aplicações do Cálculo Financeiro. 2º Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1995.</p> <p>Elton, Edwin J.; Martin J. Gruber; Stephen J. Brown; William N. Goetzmann. Moderna Teoria de Carteiras e Análise de Investimentos. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>Fama, Eugene F. Foundations of Finance: portfolio decisions and security prices. New York: Basic Books Inc., 1973.</p> <p>Rangel, Armênio S; José Carlos S. Santos; Rodrigo D.L Bueno. Matemática dos Mercados Financeiros: à vista e a termo. São Paulo: Atlas, 2003</p> <p>Securato, José Roberto. Cálculo Financeiro das Tesourarias. 3º Edição. São Paulo: Saint Paul Institute of Finance, 2005.</p> <p>----- Decisões Financeiras em Condições de Risco. São Paulo: Atlas, 1993.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 4
DISCIPLINA	História do Pensamento Econômico I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Macroeconomia I (0760.124)
CÓDIGO	0760.143
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2011/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Marcelo Passos
OBJETIVOS	Apresentar a evolução do pensamento econômico.
EMENTA	A história da evolução das idéias econômicas dos Fisiocratas até Hayek.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Mercantilismo • Fisiocracia • Adam Smith, Malthus, David Ricardo • Stuart Mill • Karl Marx • A Revolução Marginalista: Marshall, Walras, Wicksell • Thorstein Veblen • Joseph Schumpeter • Sraffa • Keynes • Kalecki • Hayek e outros austriacos
BIBLIOGRAFIA	<p>HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Campus, 1981</p> <p>FONSECA, P. C. D. Clássicos, Neoclássicos e Keynesianos: uma tentativa de sistematização. Perspectiva Econômica, Unisinos, Ano XVI, Vol. 11 n. 30, 1981</p> <p>BIELSCHOWSKY, Ricardo. PENSAMENTO ECONOMICO BRASILEIRO. Editora CONTRAPONTO, 2004.</p> <p>MOCHON, Francisco. ECONOMIA TEORIA E POLITICA Editora <u>MCGRAW-HILL BRASIL</u>, 2006.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 4
DISCIPLINA	Estatística Econômica e Introdução à Econometria
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Métodos Estatísticos Básicos (0760.122)
CÓDIGO	0760.131
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2011/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	André Carraro
OBJETIVOS	Mostrar a inferência estatística em sua aplicação na economia, as técnicas de construção de índices econômicos, abrindo caminho para a econometria.
EMENTA	Amostragem. Amostras Aleatórias Simples. Distribuições amostrais. Estimação e Teste de Hipóteses. Análise Univariada. Análise Multivariada: regressão, clusters, discriminante, variância. Números índices. Introdução à econometria e Hipóteses clássicas de regressão múltipla.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade I – Introdução à Inferência Estatística • População e amostra; amostragem, distribuições amostrais; distribuições amostrais da média e da variância; Amostragem de distribuições qui-quadrado, F e t. • Estimação de parâmetros por ponto e por intervalo; conceitos; propriedades dos estimadores. • Teste de hipótese; conceitos; erros de conclusão; potência do teste; teste de significância. • Teste de hipótese referente à média de uma população normal; intervalo de confiança para a média; testes de hipóteses de igualdade de médias e de igualdade de variâncias de duas populações normais. • Unidade II – Tópicos em Estatística Econômica • Números índices • Índice de Gini • Índice de Desenvolvimento Humano – IDH • Índices de preços: Laspeyres, Paasche, Fisher • IPCA, IGP, INPC, IPC-FIPE • Unidade III – Inferência Multivariada • Correlação e regressão: teorema de Gauss-Markov • Análise de Clusters • Análise de discriminante • ANOVA e MANOVA
BIBLIOGRAFIA	BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística Básica. 4 ^a Edição. Atual Editora. São Paulo, SP. 1987.

- MARTINEZ, FRANCESC / BISQUERRA, RAFAEL / SARRIERA, JORGE CASTELLA. **INTRODUCAO A ESTATISTICA - SPSS** Editora ARTMED, 2004.
- KAZMIER, LEONARD J. **ESTATISTICA APLICADA A ADMINISTRACAO E ECONOMIA** Editora ARTMED, 2007.
- REIS, ELIZABETH. **ESTATISTICA MULTIVARIADA APLICADA** Editora SILABO, 2001.
- SIEGEL, SIDNEY / CASTELLAN JR., N JOHN. **ESTATISTICA NAO-PARAMETRICA PARA CIENCIAS** Editora BOOKMAN COMPANHIA, 2006.
- HOFFMANN, RODOLFO **ESTATISTICA PARA ECONOMISTAS** THOMSON PIONEIRA., 2006.
- SILVA, ERMES MEDEIROS DA. **ESTATISTICA PARA OS CURSOS DE ECONOMIA**, Editora ATLAS, 2006.

Semestre 5

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 5
DISCIPLINA	Microeconomia III
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Fundamentos de Finanças (0760.052) Microeconomia II (0760.132)
CÓDIGO	0760.223
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2012/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Nelson Seixas dos Santos
OBJETIVOS	Introduzir os mais recentes e importantes desenvolvimento da teoria microeconômica que serão subsídio direto para o adequado entendimento dos campos aplicados de microeconomia, tais como, economia industrial, finanças empresariais, gestão e estratégia empresarial.
EMENTA	Teoria dos jogos. Teoria de Oligopólio: Cournot, Bertrand, Stackelberg. Informação assimétrica. Seleção adversa; “moral hazard”, sinalização.
PROGRAMA	Unidade I - Teoria dos Jogos 1. Noção de Jogo 2. Jogos Cooperativos vs Jogos Não-cooperativos 3. Jogos Não-cooperativos Estáticos: equilíbrio de Nash 4. Jogos Não-cooperativos Dinâmicos: Equilíbrio Perfeito em Subjogos e Indução Retroativa 5. Conceitos de Solução de Jogos Cooperativos Unidade II – Teoria do Oligopólio 1. Modelo de Cournot 2. Modelo de Bertrand 3. Modelo de Stackelberg 4. Modelos locacionais: cidade linear e cidade circular Unidade III - Economia da Informação 1 Problemas de informação 2 Seleção Adversa 3 Perigo Moral (Moral Hazard) 4 Sinalização
BIBLIOGRAFIA	EDWARDS, E. (1976). Introdução à Teoria da Informação. São Paulo, Cultrix. GIBBONS, R. Incentive in Organizations. Journal of Economics Perspectives, 12 (4): 115-132. HIRSHLEIFER, J. e RILEY, J.G. (1979). The Analytics of Uncertainty and Information – An Expository Survey. Journal of Economics Literature, 17: 1375-1421, December. LAFFONT, Jean-Jacques e MARTIMORT, David. (2002). The Theory of Incentives: The Principal-Agent Model. Princeton, Princeton University Press. LAFFONT, Jean-Jacques. (1999). The Economics of Uncertainty and

- | | |
|--|--|
| | <p>Information. Cambridge, MIT Press.</p> <p>MACHO-STRADLER, Inés e PÉREZ-CASTRILLO, David. (1997). An Introduction to the Economics of Information: Incentives and Contracts. Oxford, Oxford University Press.</p> <p>MOLHO, Ian. (1997). Economics of Information. Oxford, Blackwell Publishers.</p> <p>WU, Diana Yi Ting. (2004). Teoria da Sinalização e Educação. Trabalho de Diplomação, UFRGS/FCE.</p> <p>VARIAN, Hal. (2003). Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Editora Campus.</p> |
|--|--|

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 5
DISCIPLINA	Economia Monetária
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Fundamentos de Finanças (0760.052) Estatística Econômica e introdução à Econometria (0760.131)
CÓDIGO	0760.136
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2012/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Nelson Seixas dos Santos
OBJETIVOS	O objetivo desta disciplina é dar aos alunos uma visão geral do sistema financeiro e monetário e das teorias fundamentais que descrevem o funcionamento destes sistemas, como primeiro passo para o exercício profissional do economista na área financeira
EMENTA	Sistema Monetário. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional. Sistema Financeiro Internacional. Procedimentos Operacionais de Gestão de Política Monetária
PROGRAMA	<p>I) Sistema Monetário</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Moeda: definição, origem, funções e formas; 2. Demanda por moeda: teorias clássica e keynesiana 3. Banco central, bancos e meios de pagamento: contabilidade monetária, criação e destruição de moeda 4. Política monetária: definição, regimes e metas <p>II) Estrutura do Sistema Financeiro Nacional</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Órgãos normativos: Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC); 2. Entidades supervisoras: Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) E Secretaria de Previdência Complementar (SPC/Ministério da Previdência) 3. Operadores: instituições financeiras monetárias e não monetárias, bolsas, seguradoras e entidades abertas e fechadas de previdência complementar <p>III) Sistema Financeiro Internacional</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fundo Monetário Internacional 2. Banco de Compensações Internacionais 3. Conta Financeira e Variação de Ativos Monetários do Balanço de Pagamentos <p>IV) Procedimentos Operacionais de Gestão de Política Monetária</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Sistema SELIC 2. Apreciação de Ativos e Derivativos de Renda Fixa: estrutura a termo das taxas de juros, Duration e Convexidade

	<p>3. Instrumentos de gestão: títulos públicos (monetários e fiscais) e swaps cambiais</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>Banco Central do Brasil. Finanças Públicas: sumário dos planos brasileiros de estabilização e glossário de instrumentos e normas relacionadas à política econômico-financeira. 4^a. Edição Brasília: Depec, 2004. (disponível em http://www.bcb.gov.br/?MANFINPUB)</p> <p>Banco Central do Brasil. Relatório de Política Monetária Brasília: Depec, 2004. (disponível em http://www.bcb.gov.br/?RELPOM)</p> <p>Banco Central do Brasil. Relatório Econômico Anual.. Brasília: Depec, 2003. (disponível em http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2003)</p> <p>Niyama, Jorge K.; Gomes, Amaro LO. Contabilidade de Instituições Financeiras. 2^a. Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.</p> <p>Simonsen, Mário H; Cysne, Ruben P. Macroeconomia. 2^a. Edição. Capítulo 1. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 5
DISCIPLINA	Economia Internacional I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Microeconomia II(0760.132)
CÓDIGO	0760.135
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2012/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	André Carraro
OBJETIVOS	Prover o aluno com os fundamentos da economia internacional
EMENTA	Teorias do Comércio Internacional. Políticas de comércio internacional. Organizações Comerciais. Blocos Comerciais. Câmbio e modelo de economia aberta.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • 1. A teoria ricardiana da vantagem comparativa • 2. Fatores específicos e distribuição de renda • 3. Dotações de fatores e o padrão do comércio internacional • 4. Análise do comércio internacional no contexto de equilíbrio geral • 5. Movimentos internacionais de fatores de produção • 6. O comércio internacional com economias de escala e concorrência imperfeita • 7. A política comercial e seus instrumentos • 8. A política comercial dos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos; • .9 . Integração econômica. • 10. Regimes Cambiais e IS/LM/BP
BIBLIOGRAFIA	<p>KRUGMAN, Paul e Maurice Obstfeld, Economia internacional: teoria e política, quinta edição, São Paulo, Makron Books, 2001.</p> <p>GIAMBIAGI, FABIO / CASTRO, LAVINIA BARROS DE / VILLELA, ANDRE. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA (1945/2004) . Editora CAMPUS, 2005.</p> <p>BLANCHARD, Oliver. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 1999.</p> <p>CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, Ronald. Economia Internacional. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 5
DISCIPLINA	História do Pensamento Econômico II
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	História do Pensamento Econômico I (0760.143)
CÓDIGO	0760.221
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2012/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Marcelo Passos
OBJETIVOS	Apresentar a evolução do pensamento econômico.
EMENTA	Economistas do estado do bem estar. T. Veblen e Jr Commons. Schumpeter. Keynes. Teóricos da Economia Planificada. Escola Austríaca. Teóricos da Economia Matemática e Teoria dos Jogos. Escolas de Inspiração Liberal e neoclássica. Nova Economia Institucional. Economistas Brasileiros.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Thorstein Veblen • Joseph Schumpeter • Sraffa • Keynes • Kalecki • Hayek e outros austriacos • Escolas de Inspiração Liberal e neoclássica • Nova Economia Institucional • Economistas Brasileiros
BIBLIOGRAFIA	<p>HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Campus, 1981</p> <p>FONSECA, P. C. D. Clássicos, Neoclássicos e Keynesianos: uma tentativa de sistematização. Perspectiva Econômica, Unisinos, Ano XVI, Vol. 11 n. 30, 1981</p> <p>BIELSCHOWSKY, Ricardo. PENSAMENTO ECONOMICO BRASILEIRO. Editora CONTRAPONTO, 2004.</p> <p>MOCHON, Francisco. ECONOMIA TEORIA E POLITICA. Editora MCGRAW-HILL BRASIL, 2006.</p>

Bacharelado em Ciências Econômicas

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 5
DISCIPLINA	Econometria
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Estatística Econômica e Introdução à Economia (0760.131)
CÓDIGO	0760.134
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2012/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	A ser definido
OBJETIVOS	Dar as ferramentas econométricas necessários para o exercício profissional do economista
EMENTA	Quebra de hipóteses do modelo clássico de regressão linear. Sistemas de equações simultâneas. Séries de tempo: abordagem clássica e de Box-Jenkins. Vetores Auto-regressivos. Causalidade e Cointegração. Análise de Dados em Painel.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> Parte I – Relaxando as Hipóteses do Modelo Clássico: Multicolinearidade; Heteroscedasticidade; Autocorrelação; e Metodologia econométrica tradicional Parte II – Tópicos em Econometria: Regressão sobre variáveis dummies; Modelos econométricos dinâmicos: modelos auto-regressivo e defasagem distribuída Parte III – Nova Econometria Equações Simultâneas Séries Temporais: metodologia Box-Jenkins, Vetores Auto-regressivos e cointegração Dados em Painel
BIBLIOGRAFIA	<p>GUJARATI, Damodar N. Econometria básica. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.</p> <p>BUENO, RODRIGO DE LOSSO da SILVEIRA. <u>ECONOMETRIA DE SÉRIES TEMPORAIS</u>. (2008) Editora Cengage Lernan.</p> <p>Manly, Brian. <u>MÉTODOS ESTATÍSTICOS MULTIVARIADOS: UMA INTRODUÇÃO</u>, 3.ed. Editora Artmed.</p> <p>MADALLA, G. S. <i>Introdução à econometria</i>. 3ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.</p> <p>WOOLDRIDGE, Jeffrey M. <i>Introdução à econometria. Uma abordagem moderna</i>. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.</p>

Semestre 6

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 6
DISCIPLINA	Economia Industrial
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Econometria (0760.134) Microeconomia III(0760.223)
CÓDIGO	0760.150
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2012/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ubirajara Ríbas
OBJETIVOS	Ensinar as técnicas práticas de análise de mercado.
EMENTA	Concentração Industrial. Diferenciação de Produtos. Barreiras à Entrada. Pesquisa e Desenvolvimento. Economia de Redes. Regulação Econômica de Mercados. Testes Empíricos.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Análise estrutural dos mercados: diferenciação de produtos, concentração industrial, oligopólio diferenciado • A grande empresa contemporânea: organização de grandes corporações, diversificação, competências e coerência produtiva • Estratégias empresariais: estratégias de propaganda e marketing, de financiamento, e de inovação • Políticas e regulação de mercados: política industrial, política ambiental, regulação econômica
BIBLIOGRAFIA	<p>David Kupfer e Lia Hasenclever, Economia industrial fundamentos teóricos e práticas no Brasil, Ed. Campus, 2002</p> <p>CANO, WILSON <u>DESEQUILIBRIOS REGIONAIS E CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL</u> (2007) Editora UNESP.</p> <p>FRANCO, GUSTAVO H. B. <u>CRONICAS DA CONVERGENCIA</u> (2006) Editora TOPBOOKS.</p> <p>KREPS, David M. Teoría de Juegos y Modelación Económica. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.</p> <p>FARINA, E. M. M. Q. <i>Competitividade: mercado estado e organização</i>. São Paulo: Editora Singular. 1997</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 6
DISCIPLINA	Formação Econômica, Social e Política do Brasil
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120)
CÓDIGO	0760.070
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	2012/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ernani Ávila
OBJETIVOS	Propiciar ao aluno a oportunidade de fazer uma leitura crítica da história econômica brasileira
EMENTA	O império colonial português. A crise do sistema colonial e a formação do Estado nacional. A economia brasileira do século XIX. Os complexos agro-exportadores regionais. A economia cafeeira na República Velha. A crise de 29 e os mecanismos de superação.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • 1^a Unidade • A Economia Brasileira no Período Colonial • 1.1. A Expansão Européias • 1.2. A Colonização Portuguesa • 1.3. A Situação Colonial • 1.3.1. Características do Empreendimento • 1.3.2. A Economia Açucareira • 1.3.3. A Atividade Cítrica • 1.3.4. A Mineração • 1.4. A Economia Brasileira no Final do Período Colonial • 2^a Unidade • A Economia Brasileira Após a Independência • 2.1. A Tendência Declinante do Nível de Renda na Primeira Metade do Século XIX • 2.2. O Desenvolvimento Industrial Europeu, suas Repercussões sobre a Política Colonial. Abertura dos Portos. O Tratado de 1810. • 3^a Unidade • A Expansão do Café • 3.1. O Surgimento do Café • 3.2. A Expansão Após a Independência • 3.3. Consolidação da Economia Cafeeira • 3.4. Café, Trabalho Escravo e Trabalho Assalariado • 3.5. A Crise da Economia Cafeeira, Mecanismos de Defesa do Sistema Econômico. O Convênio de Taubaté e a Política de valoriação do café. • 3.6. A Crise de 1929 e a Situação da Economia Cafeeira • 4^a Unidade • Algumas Considerações sobre o Crescimento industrial antes de 1930: Controvérsias.

	<ul style="list-style-type: none"> • 4.2. A Grande Depressão e a Industrialização Brasileira. • 4.3. Características da Industrialização Brasileira • 4.4. Considerações sobre a Transição do Modelo Primário Exportador ao Modelo de Substituição de Importações.
BIBLIOGRAFIA	<p>Furtado, C., Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Ática, 1987.</p> <p>JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. Brasiliense. 1976.</p> <p>MELLO, João Manuel C. O Capitalismo Tardio. Brasiliense. 1982.</p> <p>GIAMBIAGI, FABIO. <u>BRASIL - RAIZES DO ATRASO</u> Editora CAMPUS, 2007.</p> <p>GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. Ática. 1978.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 6
DISCIPLINA	Seminários de Economia Agrícola
CARÁTER DA DISCIPLINA	livre
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120)
CÓDIGO	180.040
DEPARTAMENTO	Ciências Sociais Agrárias
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2012/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Paulo Rigatto
OBJETIVOS	Dar aos alunos os fundamentos da gestão do agronegócio no Brasil por meio da aplicação do instrumental econômica na análise dos principais tópicos do agronegócio.
EMENTA	Tratamento de temas considerados relevantes para pesquisa, discussão e debate, na busca de soluções, com enfoque para a agricultura e pecuária.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • A - Característica do Setor Agrícola: <ul style="list-style-type: none"> • 1.1. Perfil do setor rural • 1.2. O setor rural no contexto macroeconômico. • B - Formação de Preços na Agricultura: <ul style="list-style-type: none"> • 2.1. Consumo e procura de produtos agrícolas • 2.2. Oferta e excedente de mercado agrícola • 2.3. Preços de produtos agrícolas • C - Comercialização e Mercado Agrícola: <ul style="list-style-type: none"> • 3.1. Introdução • 3.2. Mercado • 3.3. Instituições ou indivíduos envolvidos na comercialização. • 3.4. Canal de comercialização

	<ul style="list-style-type: none"> • 3.5. Variações de preços • 3.6. Funções de comercialização • 3.7. Custos de comercialização • 3.8. Seguro agrícola • 3.9. Mercados futuros e a termo • D ~ Agricultura e Desenvolvimento Econômico • 4.1. Modelos de desenvolvimento rural • 4.2. Políticas de desenvolvimento rural • E ~ Modernização Agrícola • F ~ Industrialização da Agricultura • G ~ A Formulação de Políticas Agrícolas • H ~ Cooperativismo Agrícola • I – Urbanização da Agricultura • J ~ Questão Agrária
BIBLIOGRAFIA	<p>ARBAGE, A. P. Economia Rural: conceitos básicos e aplicações. Chapecó – SC: Universitária Grifos, 2000.</p> <p>HIRSCHFELD, Henrique. <i>Engenharia econômica e análise de custos: aplicações práticas para economistas, engenheiros, analistas de investimentos e administradores</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>CANO, WILSON <u>DESEQUILIBRIOS REGIONAIS E CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL</u> (2007) Editora UNESP.</p> <p>ALIER, Joan Martinez.. <i>Da economia ecológica ao Ecologismo Popular</i>. Blumenau, FURB, 1998.</p>

Bacharelado em Ciências Econômicas

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 6
DISCIPLINA	Desenvolvimento Sócio-econômico
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Econometria (0760.134) Macroeconomia II (0760.133)
CÓDIGO	0760.139
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2012/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	André Carraro
OBJETIVOS	Apresentar os fundamentos teóricos que auxiliem o entendimento dos diferentes processos de crescimento econômico que podem afetar uma região.
EMENTA	Conceitos de desenvolvimento. Medidas de desenvolvimento. Padrões de desenvolvimento. Modelos de Solow e Harrod-Domar. Crescimento endógeno. Novas teorias de crescimento. Testes empíricos dos modelos de crescimento.
PROGRAMA	<p>INTRODUÇÃO:</p> <p>O que é desenvolvimento econômico?</p> <p>Indicadores de Desenvolvimento. PIB: composição e problemas de estimação e comparação entre países; Índice de Desenvolvimento Humano e outras medidas (PNUD)</p> <p>FATOS ESTILIZADOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO</p> <p>A economia do desenvolvimento econômico</p> <p>Os pioneiros da economia do desenvolvimento</p> <p>Desigualdade e Crescimento Econômico</p> <p>O que é desigualdade?</p> <p>Desigualdade e Crescimento</p> <p>Modelos de crescimento Econômico</p> <p>Modelo de Harrod-Domar</p> <p>Modelo de Solow</p>

	<p>Convergência: tipos e evidências</p> <p>Capital Humano e Crescimento</p> <p>Modelo de Romer</p> <p>Instituições e Crescimento Econômico</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>BUSTELO, P. - Teorías contemporáneas del desarrollo económico. Editorial Sintesis, 1998.</p> <p>JONES, Charles. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p> <p>PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília, 1998.</p> <p>SOARES, Ilton G. & CASTELAR, Ivan. <i>Econometria aplicada com o uso do Eviews</i>. Fortaleza: UFC / CAEN, 2003.</p> <p>UNDP. Relatório de Desenvolvimento Humano. Disponível no sítio: http://www.undp.org.br/FTP/HDR2002/</p>

Bacharelado em Ciências Econômicas

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 6
DISCIPLINA	Metodologia Econômica
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Estatística Econômica e Introdução à Econometria (0760.131) História do Pensamento Econômico II (0760.221)
CÓDIGO	0760.142
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2012/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Marcelo Passos
OBJETIVOS	Prover os alunos das noções de metodologia que permitirão compreender o trabalho científico bem como profissional do economista
EMENTA	Controvérsias metodológicas do século XX. Bases epistemológicas da Economia. O instrumentalismo de Friedman. Outras posições em metodologia da Economia. Procedimentos para a pesquisa econômica.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da Metodologia Científica • 1. Ciência e senso comum. As credenciais da ciência: o empírico como critério de científicidade. O falseacionismo como resposta ao problema da indução. • 2. A ciência normal e seus paradigmas. A percepção de anomalias. Crises e revoluções científicas. • 3. A anti-metodologia e o "qualquer coisa serve". Metodologia dos programas de pesquisa. Princípios de tenacidade e proliferação de teorias. • Escopo e Método da Economia Clássica e Neoclássica • 1. A escola clássica e a opção pelo método hipotético-dedutivo. • 2. O surgimento da teoria neoclássica e seu embate com a escola histórica alemã. • 3. Realismo dos pressupostos e instrumentalismo. • 4. Reconstituição sumária do caminho metodológico da Economia.
BIBLIOGRAFIA	<p>Blaug, Mark. Metodologia da Economia, ou como os economistas explicam. 2^a ed. São Paulo: EDUSP, 1993.</p> <p>Friedman, Milton. "A metodologia da economia positiva". Edições Multiplic, ano 1, nº 3, fev 1981.</p> <p>FRANCO, GUSTAVO H. B. <u>ECONOMIA EM PESSOA, A</u> Editora <u>JORGE ZAHAR</u>, 2007.</p> <p>SEN, AMARTYA. <u>SOBRE ETICA E ECONOMIA</u> Editora <u>COMPANHIA DAS LETRAS</u>, 1999.</p>

Semestre 7

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 7
DISCIPLINA	Economia e Gestão Empresarial
CARÁTER DA DISCIPLINA	livre
PRÉ-REQUISITO	Economia Industrial (0760.150)
CÓDIGO	0760.137
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2013/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ubirajara Rodrigues Ribas
OBJETIVOS	Fornecer as técnicas de gestão econômica de negócios, discutindo, em particular, os problemas das empresas numa visão estratégica.
EMENTA	Teoria da Organização. Estratégia Empresarial. Tópicos em Gestão Estratégica de Finanças. Marketing Estratégico. Produção & RH
PROGRAMA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organização: teoria dos custos de transação e contratos 2. Estratégia: decisões, concorrência & inovação, marketing, Matriz SWOT 3. Finanças: alavancagem (teorema de Modigliani-Miller), decisões de investimento e de financiamento 4. Marketing: propaganda, qualidade& garantia, táticas de preço e de vendas 5. Produção & Recursos Humanos: trabalho em equipe, incentivos e remuneração
BIBLIOGRAFIA	<p>Ansoff, H.Igor. Estratégia Empresarial. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.</p> <p>Besanko, David; David. Dranove; Mark. Shanley; Scott. Schaefer. Economia da Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>Ghemawat, Pakaj. A Estratégia e o Cenário dos Negócios. Porto Alegre: Bookman, 2000.</p> <p>Milgrom, Paul, and John Roberts. Economics, Organization, Management. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1992</p> <p>Porter, Michael E. Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 7
DISCIPLINA	Economia Brasileira I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120) e Formação Econômica, Social e Política do Brasil (0760.070)
CÓDIGO	0760.116
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2013/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Marcelo Passos
OBJETIVOS	Fornecer os elementos analíticos e factuais necessários para o entendimento da evolução da economia brasileira desde o começo do século XX até o milagre econômico do final dos anos 60.
EMENTA	Café e o início da industrialização. O PSI- Processo de Substituição de Importações: Getulio Vargas e o desafio da indústria pesada. O desenvolvimentismo: O Plano de Metas. O PAEG: base do milagre econômico brasileiro.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • ECONOMIA AGROEXPORTADORA <ul style="list-style-type: none"> ◦ Os ciclos e a economia agroexportadora ◦ Modelo de desenvolvimento voltado para fora ◦ Oscilações de preço na economia cafeeira ◦ Políticas de defesa da economia agroexportadora e seus problemas ◦ Superprodução e crise da economia cafeeira em 1930 ◦ Irradiação do setor exportador e início da industrialização brasileira • PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES <ul style="list-style-type: none"> ◦ A década de 30 e o deslocamento do centro dinâmico ◦ Características da industrialização por S.I ◦ Mecanismos de proteção à indústria Nacional utilizados no PSI ◦ Dificuldades na implementação do PSI ◦ Papel da agricultura na industrialização de um país ◦ Plano de Metas • DA CRISE AO MILAGRE <ul style="list-style-type: none"> ◦ Estagnação da Economia Brasileira ◦ PAEG ◦ Medidas de combate à inflação do PAEG ◦ Reformas institucionais do PAEG ◦ O Milagre Econômico
BIBLIOGRAFIA	<p>CONTADOR, Cláudio R. e HADDAD, Cláudio L. Produto real, moeda e preços: a experiência brasileira no período 1861-1970. Revista Brasileira de Estatística. v. 36, n. 143, 1975, p. 407-440.</p> <p>FISHLOW, 'Origens e Consequências do Processo de Substituição de Importações no Brasil', Estudos Econômicos, vol.2 no.6, dezembro de 1972, pp. 5-27 e apêndice 1 (pp.63-6).</p> <p>GOLDSMITH, Raymond W. Brasil 1850-1984: Desenvolvimento</p>

	<p>financeiro sob um século de inflação. São Paulo, Harper & Row do Brasil Ltda. 1986.</p> <p>LEFF, Nathaniel H. Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão Cultura, 1991. 2v.</p> <p>NEUHAUS, Paulo. Economia brasileira: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980.</p> <p>PELÁEZ e M. Buescu (orgs.), A moderna história econômica, Rio de Janeiro, 1976.</p> <p>PELAEZ, ‘A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira’, Revista Brasileira de Economia, março de 1968.</p> <p>PELAEZ, ‘Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café ~ 1906-1945: Teoria, Política e Medição’ in C.M. Pelaez (org.), Ensaios, pp. 216-251</p> <p>VERSIANI e J.R.M. de Barros (orgs.), Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização, Saraiva, Rio de Janeiro, 1977</p>
--	--

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 7
DISCIPLINA	Técnicas de Pesquisa Econômica
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Econometria (0760.134) Metodologia Econômica (0760.142)
CÓDIGO	0760.153
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	323h
CRÉDITOS	2 Teóricos; 2 práticos e 15 de exercícios
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2013/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ernani Ávila
OBJETIVOS	Construir o projeto de monografia de conclusão do curso, dando as técnicas básicas de pesquisa econômica.
EMENTA	Subsídio para o trabalho de conclusão do curso de ciências econômicas. Desenvolvimento do planejamento e execução da metodologia de pesquisa no campo da economia. Projeto de Monografia.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • 1. Introdução, Conceitos Básicos e Princípios Gerais. • 2. Planejamento e Organização de Projetos de Pesquisa. <ul style="list-style-type: none"> 2.1. Definição do tema e delimitação da pesquisa. 2.2. Formulação do projeto; divisão em tópicos; avaliação de viabilidade. 2.3. Formulação do problema de pesquisa; hipóteses. 2.4. Identificação de fontes de informação, definição preliminar de variáveis. 2.5. Localização, organização e revisão de informações. 2.6. Especificação do modelo; operacionalização das variáveis. • 3. Execução do Projeto / Coleta de informações e análise de dados. <ul style="list-style-type: none"> 3.1. Delineação do método de pesquisa. 3.2. Uso de informações bibliográficas. 3.3. Métodos de coleta, uso e avaliação de dados estatísticos. 3.4. Instrumentos e amostragem na pesquisa econômica. 3.5. Manipulação e refinamento de dados; dados complementares. 3.6. Análise e interpretação. • 4. Prática Econométrica • 5. Execução do projeto / comunicação dos resultados. <ul style="list-style-type: none"> 5.1. Elaboração de relatórios de pesquisa. 5.2. Redação e revisão; estrutura formal e estilo. 5.3. Organização e apresentação: texto, tabelas, gráficos. 5.4. Apresentação e defesa: normas e procedimentos.
BIBLIOGRAFIA	<p>GIL, A. C. – Técnicas de pesquisa em economia. São Paulo, Atlas, 1988.</p> <p>GUJARATI, Damodar N. Econometria básica. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.</p> <p>SOARES, Ilton G. & CASTELAR, Ivan. <i>Econometria aplicada com o uso do Eviews</i>. Fortaleza: UFC / CAEN, 2003.</p> <p>WOOLDRIDGE, Jeffrey M. <i>Introdução à econometria. Uma abordagem moderna</i>. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.</p>

Bacharelado em Ciências Econômicas

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 7
DISCIPLINA	Economia do Setor Público I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Microeconomia II (0760.132) e Macroeconomia II (0760.133)
CÓDIGO	0760.149
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	2013/1
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Nelson Seixas dos Santos
OBJETIVOS	Estudar as falhas de mercado e as possibilidades de intervenção do Estado na economia e seus efeitos nas finanças públicas federais , estaduais e municipais, bem como na política monetária.
EMENTA	O papel do Estado nas economias de mercado. Teoria do bem-estar. Eficiência e eqüidade das políticas públicas. Teoria da Tributação. O setor público no Brasil.
PROGRAMA	Conceitos Básicos II- Finanças Públcas no Brasil: 1980/1998 III- Tópicos Especiais sobre Finanças Públcas IV- A Reforma do Estado
BIBLIOGRAFIA	<p>GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públcas. Rio de Janeiro: Campus, 2001.</p> <p>BIDERMAN, CIRO / ARVATE, PAULO ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO NO BRASIL (2005) Editora CAMPUS.</p> <p>SILVA, MARCOS FERNANDES GONÇALVES DA A ECONOMIA POLITICA DA CORRUPCAO NO BRASIL, (2002) Editora Senac São Paulo.</p> <p><u>MOCHON, FRANCISCO. ECONOMIA TEORIA E POLITICA</u> Editora <u>MCGRAW-HILL BRASIL</u>, 2006.</p>

Semestre 8

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 8
DISCIPLINA	Elaboração de Monografia
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Técnicas de Pesquisa Econômica (0760.153)
CÓDIGO	0760.154
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	323h
CRÉDITOS	2 Teóricos, 2 Práticos e 15 de exercício
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 2013/2
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ernani Ávila
OBJETIVOS	Elaboração de trabalho de conclusão do curso de ciências econômicas, chamado monografia, que se constitui em artigo científico escrito de acordo com as normas para submissão de artigos na Revista de Economia Política e produzido com rigor metodológico apropriado para um trabalho desta natureza e orientação de professor efetivo de um dos departamentos que ofertam disciplinas para o curso de ciências econômicas. Trata-se aqui de realizar o trabalho de pesquisa cujo projeto foi aprovado na disciplina de Técnicas de Pesquisa Econômica (0760.153).
EMENTA	Trabalho de pesquisa regido pelas regras aprovadas pelo colegiado
PROGRAMA	A ser definido pelo professor orientador
BIBLIOGRAFIA	A ser definida pelo professor orientador

DISCIPLINAS LIVRES

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 8
DISCIPLINA	Economia Regional
CARÁTER DA DISCIPLINA	Livre
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120)
CÓDIGO	0760.141
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Jabr Omar
OBJETIVOS	Apresentar os métodos das análises econômicas de região.
EMENTA	Conceitos de Região. Modelos clássicos de localização. Padrões regionais. Métodos de análise regional. Modelos regionais de crescimento.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços Econômicos e Regiões • Localização Industrial • ~ Hotteling, Von Thünen, Weber • Insumo Produto Regional • Multiplicadores Regionais • Teoria Inter-regional da renda • Desenvolvimento Regional • ~ Existe um problema regional? • ~ Convergência regional no Brasil • ~ Trajetórias Econômicas de Longo Prazo no RS
BIBLIOGRAFIA	<p>AZZONI, Carlos Roberto. Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: Análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939–1995. <i>Estudos Econômicos</i>, vol. 27, n. 3, 1997.</p> <p>CLEMENTE, A. e HIGACHI– Economia e desenvolvimento regional. São Paulo, Atlas, 2000.</p> <p>MONASTERIO, Leonardo. Capital Social e a Região Sul do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado não publicada (UFPR). Disponível no sítio http://www.lmonast.brturbo.com. 2003.</p> <p>PORSCHE, Alexandre. Indicadores Setoriais de Impacto da Economia Gaúcha. II Encontro da ABER. São Paulo, 2002</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 8
DISCIPLINA	Finanças Empresariais
CARÁTER DA DISCIPLINA	Livre
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120)
CÓDIGO	0760.146
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Fábio Massaúd Caetano
OBJETIVOS	Dar aos alunos as noções necessárias para a gestão econômico-financeira de empresas
EMENTA	Análise de riscos e retornos. Custo, volume e lucro. Alavancagem operacional e financeira. Administração de capital de giro. Fontes de financiamento. Estrutura do Capital. Planejamento do lucro.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Parte I – Decisões de Investimento a Longo Prazo: Princípios de fluxo de caixa e orçamento de capital; Técnicas de análise de orçamento de capital. • Parte II – Custo de capital e Alavancagem: Custo de capital; Alavancagem; Estrutura de capital. • Parte III – Decisões de Financiamento a Longo Prazo: Ações ordinárias e políticas de dividendos; Ações preferenciais, títulos conversíveis, warrants, opções. • Parte IV – Gestão de Fluxo de Caixa
BIBLIOGRAFIA	<p>GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.</p> <p>HIRSCHFELD, Henrique. <i>Engenharia econômica e análise de custos: aplicações práticas para economistas, engenheiros, analistas de investimentos e administradores</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>LACHTERMACHER, G. <i>Pesquisa operacional na tomada de decisões : modelagem em Excel</i>. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p> <p>SAUNDERS, Anthony. <i>Administração de Instituições Financeiras</i>. Ed. Atlas, 1997.</p>

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 8
DISCIPLINA	Economia Brasileira II
CARÁTER DA DISCIPLINA	Livre
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120)
CÓDIGO	0760.138
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Marcelo Passos
OBJETIVOS	Fornecer os elementos analíticos e factuais necessários para o entendimento da evolução da economia brasileira a partir dos anos 1980.
EMENTA	Crise e inflação dos anos 80. A abertura comercial e o governo Collor. Plano Real e a estabilização econômica. Brasil atual: indicadores de crescimento e desenvolvimento; População brasileira ; mercado de trabalho e previdência social. Balanço de pagamentos, dívida externa e mercado de divisas.
PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • A SAGA DOS PLANOS HETERODOXOS: A ECONOMIA BRASILEIRA DE 1985 A 1994 <ul style="list-style-type: none"> ◦ Plano Cruzado ◦ Plano Bresser ◦ Plano Verão ◦ Governo Collor / Itamar Franco • ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-ESTABILIZAÇÃO: PLANO REAL <ul style="list-style-type: none"> ◦ Plano Real ◦ Impactos e problemas do Plano Real ◦ Mudança cambial • TEMAS RECENTES • DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA <ul style="list-style-type: none"> ◦ Distribuição de renda no Brasil ◦ Pobreza ◦ Mudança cambial
BIBLIOGRAFIA	<p>BAER, WERNER. A Economia Brasileira. São Paulo: Nobel, 1995.</p> <p>GIAMBIAGI, FABIO / CASTRO, LAVINIA BARROS DE / VILLELA, ANDRE. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA (1945/2004) . (2005). Editora <u>CAMPUS</u>.</p> <p>PEREIRA, LUIZ CARLOS BRESSER. A ECONOMIA BRASILEIRA NA ENCRUZILHADA (2006) Editora <u>FGV</u>.</p> <p>CYSNE, RUBENS PENHA. AJUSTES FISCAIS (2007) <u>EDITORAS FGV</u>.</p>

--	--

“Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 8
DISCIPLINA	Elaboração e Análise de Projetos
CARÁTER DA DISCIPLINA	Livre
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia
CÓDIGO	0760.222
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ubirajara Ribas
OBJETIVOS	Ensinar os métodos práticos de planejamento e projeto de investimentos econômicos e sociais.
EMENTA	Fluxo de caixa de um projeto. Avaliação de Projetos. Taxa Interna de Retorno. Valor Presente Líquido. Avaliação Social de Projetos.
PROGRAMA	<p>Projeto Tipos de Projetos Roteiro para a elaboração de um Projeto Caracterização da Empresa Recursos Humanos Marketing</p> <p>Estudo de Mercado Objetivos Metodologia para o estudo de mercado</p> <p>Tamanho de um Projeto Capacidade a ser projetada Tamanho ótimo Limitações impostas pelo Mercado</p> <p>Localização Forças locacionais Localização versus vantagens e desvantagens Custos de Localização</p> <p>Engenharia do Projeto Aspectos que interferem no Projeto Projetos básicos e complementares Custos de Engenharia</p>

	<p>Investimentos Influências dentro de um Projeto Custos de investimentos Cronograma de investimentos</p> <p>Financiamentos Fontes de financiamentos Tomada de decisão na escolha de financiamentos</p> <p>Custos e Receitas Classificação e apropriação de Custos e Receitas Orçamento de Custos e Receitas Demonstrativo de Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial Análise Econômico-Financeira</p> <p>Avaliação Viabilidade Técnica Viabilidade Política Viabilidade Social Viabilidade Econômica</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>GITMAN, Lawrence J.. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Harbra, 2005.</p> <p>SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. Pesquisa de Marketing. Conceitos e Metodologia. São Paulo: Makron Books, 2004.</p> <p>DOLABELA, Fernando. O Segredo de Luisa. São Paulo: Cultura, 1999.</p> <p>HIRSCHFELD, Henrique. Viabilidade Técnico - Econômica de Empreendimentos. São Paulo: Atlas.</p> <p>MELNICK, Júlio. Manual de Projetos de Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Entre Livros Cultural.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social. Métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Atlas.</p>

Bacharelado em Ciências Econômicas

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 8
DISCIPLINA	Economia Internacional II
CARÁTER DA DISCIPLINA	Livre
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120)
CÓDIGO	076.0028
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Anderson Denardin
OBJETIVOS	Apresentar aos alunos os fundamentos avançados da teoria de comércio internacional e as relações macroeconômicas em uma economia aberta.
EMENTA	Políticas Macroeconômicas em uma economia aberta.. Áreas Monetárias Ótimas. Integração global de capitais e crescimento econômico.
PROGRAMA	1. Sistema Cambial 2. Políticas Cambiais 3. Políticas fiscais e monetárias sob o câmbio fixo e flutuante 4. Áreas monetárias ótimas 5. Mercado global de capitais e crescimento econômico
BIBLIOGRAFIA	Krugman, P. R. e Obstfeld "Economia Internacional" – Makron Books 5 ^a . Edição 2001. BLANCHARD, Oliver. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Carbaugh, R. J. "Economia Internacional" Editora Thompson, 2004 CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, Ronald. Economia Internacional. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

Bacharelado em Ciências Econômicas

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 8
DISCIPLINA	Direito Econômico
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120)
CÓDIGO	0760.144
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ernani Ávila
OBJETIVOS	Aprofundar a discussão sobre a inter-relação entre o Direito e a Economia, analisando em particular tópicos em Direito Administrativo (agências reguladoras) e Direito do Consumidor
EMENTA	Direito de propriedade. A propriedade o estorvo e o contrato. A eficiência e econômica e o Direito. Noções de Direito Administrativo e Agências Reguladoras. O Direito do consumidor na economia de mercado. O direito e a cadeia produtiva.
PROGRAMA	<p>Conceito (posições doutrinárias), surgimento e evolução histórica. O Ordenamento Jurídico – Econômico Nacional – evolução, Constituição vigente, princípios gerais da atividade econômica, destaque de normas de Direito Público e Privado concernentes à direção da economia nos setores da produção, da distribuição, do consumo, do crédito, dos investimentos.</p> <p>Direito Econômico como Instrumento de Política Econômica à Luz dos Pressupostos da Justiça e do bem estar social e das metas da política macroeconômica nacional – crescimento econômico, estabilidade de custos e preços, expansão de empregos, garantia da livre iniciativa e competição legítima, eliminação dos desequilíbrios regionais, privatização, globalização, política ambiental, reforma agrária, concentração empresarial, abuso do poder econômico.</p>

	<p>Efeitos das Transformações Econômicas no Campo do Direito das Obrigações – repercussões sobre o princípio da autonomia privada, (obstáculos impostos pela regulamentação da economia, contratos de adesão, contratos forçados ou coativos), Modernas formas contratuais (Leasing, Franchising, Factoring, Engereering, Shopping Center, cartões de crédito, etc.), transformações nas relações de trabalho, transformações no direito societário (a doutrina da despersonalização da sociedade, o advento da sociedade unipessoal, etc.).</p> <p>A questão do Poder Econômico – modalidades de concentração de empresas e de reunião de capitais, a fiscalização da atuação do poder econômico privado e a repressão a seus abusos por parte do Estado brasileiro</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>FONSECA, João Bosco Leopoldo da. Direito Econômico. Ed. Forense – Rio de Janeiro.</p> <p>GOMES, Orlando e Antunes Varela. Direito Econômico. Ed. Saraiva, S. P.</p> <p>PEREIRA, Afonso Insuela. Direito Econômico na Ordem Jurídica. Ed. José Bushatsky, São Paulo</p> <p>SADDI, JAIRO / PINHEIRO, ARMANDO CASTELAR. DIREITO, ECONOMIA E MERCADO (2005) Editora <u>CAMPUS</u>.</p>

Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 8
DISCIPLINA	Economia Ecológica
CARÁTER DA DISCIPLINA	Livre
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120)
CÓDIGO	0760.151
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Anderson Denardin
OBJETIVOS	Estudar o crescimento econômico sustentável e o emprego racional dos recursos naturais.
EMENTA	Aplicações / pesquisas de conceitos de economia do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, políticas ambientais, valoração ambiental, incorporação de variáveis ambientais na análise de projetos, padronização ambiental
PROGRAMA	<p>ECONOMIA E NATUREZA</p> <p>Visão Holística, Sistemática e Integrada da Economia Ecológica</p> <p>A Questão Ambiental e o Pensamento Econômico</p> <p>Economia, Ecologia e Política</p> <p>Escala da Economia e Ambiente Natural</p> <p>O Ambiente Natural e o Bem-estar: custos e benefícios</p> <p>Externalidades (Impacto)</p> <p>ECOSSISTEMA E SOCIOSSISTEMA</p> <p>Biosfera Finita versus Sub-sistema Econômico Crescente</p> <p>Políticas de Controle e Planejamento de qualidade Ambiental</p> <p>Agroecossistemas</p> <p>Economia Ecológica Urbana</p> <p>Sustentabilidade: biodiversidade versus sociodiversidade</p>

	<p>O Modelo de Balanço de Matéria (MBM)</p> <p>ECONOMIA DE RECURSOS NATURAIS</p> <p>A Contabilidade de Recursos Naturais</p> <p>População e Recursos: assentamentos humanos</p> <p>Economia da Reciclagem</p> <p>O Uso da Energia: eficiência</p> <p>Antropologia Ecológica: estratégias de sobrevivência</p> <p>PENSANDO NO FUTUR</p> <p>Determinismo e Possibilismo Ambiental: adaptabilidade humana</p> <p>Considerações Finais: especulações</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>DIAMOND, J. Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>GUGLIELMO, A. A pré- história – uma abordagem ecológica. São Paulo: Brasiliense, 1999.</p> <p>KLOETZEL, K. O que é meio ambiente. São Paulo: Brasiliense, 1988.</p> <p>LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1995.</p> <p>NEVES, W. Antropologia ecológica. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>RIBEIRO, D. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.</p> <p>_____. Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.</p> <p>_____. Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1993.</p> <p>_____. Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.</p> <p>SCHUMACHER, E. F. O negócio é ser pequeno. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.</p> <p>VIVAN, J. Agricultura e florestas – princípios de uma interação vital. Guaíba: Agropecuária, 1998.</p> <p>TOYNBEE, A. Um estudo da história. Brasília: Ed. Da UNB, 1986.</p> <p>MORIN, E. Saberes globais e saberes locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.</p>

	<p>CARVALHO, M. de. <i>O que é Natureza</i>. São Paulo: Brasiliense, 1999.</p> <p>CHIAVENATO, J. J. <i>O Massacre da Natureza</i>. São Paulo: Moderna, 1999.</p> <p>MORAN, E. F. <i>Adaptabilidade Humana</i>. São Paulo: EDUSP, 1982.</p> <p>ACOT, P. <i>História Ecológica</i>. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.</p> <p>MÉRICO, L.F.K. <i>Introdução à Economia Ecológica</i>. Blumenau: Ed. da FURB, 1996.</p> <p>ELY, A. <i>Economia da Meio Ambiente</i>. Porto Alegre: FEE, 1986.</p> <p>LAGO, A. e PÁDUA, J. A. <i>O Que Ecologia</i>. Brasília: Ed. Brasiliense, 1992.</p> <p>FURTADO, C. <i>O Mito do Desenvolvimento Econômico</i>. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>MARTINE, G. <i>População, Meio Ambiente e Desenvolvimento</i>. Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 1993.</p> <p>GADAMER, H.G. e VOGLER, P. <i>Nova Antropologia</i>. São Paulo: EDUSP, 1977.</p> <p>RICKLESFS, R. E. <i>A Economia da Natureza</i>. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogans, 1996.</p> <p>GLIESSMAN, S. R. <i>Agroecologia</i>. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.</p>
--	--

Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Ciências Econômicas/ Semestre 8
DISCIPLINA	Economia do Setor Público II
CARÁTER DA DISCIPLINA	Livre
PRÉ-REQUISITO	Introdução à Economia (0760.120)
CÓDIGO	0760.0034
DEPARTAMENTO	Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	André Carraro
OBJETIVOS	Após décadas de desenvolvimento de um governo capaz de resolver os problemas gerados pelas falhas de mercado, a sociedade percebeu que governos também podem gerar alocações ineficientes e injustas. O principal objetivo dessa disciplina é estudar os avanços recentes da teoria econômica na análise do comportamento racional das ações que envolvem o governo.
EMENTA	Economia Política. Modelos Econômicos para Análise Política. Escolha Pública. Falhas de Governo. O fracasso da burocracia
PROGRAMA	<p>Introdução à economia política</p> <p>2. Falhas de Mercado e soluções políticas: a visão clássica de governo benevolente</p> <p>3. A escola da escolha pública: a busca política de ganhos privados</p> <p>4. Modelos econômicos para análise de política</p> <p>5. Mecanismos de decisão</p> <p>6. Política econômica e crescimento: teoria e evidências empíricas</p>
BIBLIOGRAFIA	<p>DRAZEN, Allan. Political Economy in Macroeconomics. Princeton University, 2000.</p> <p>MITCHELL, William; SIMMONS, Randy. Para Além da Política: Mercados, Bens Estar e o Fracasso da Burocracia. Top Books, 2003.</p> <p>MONTEIRO, Jorge Vianna. Economia & Política. Fundação Getúlio Vargas, 1997.</p> <p>BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. Economia do Setor Público. Editora Elsevier, 2004.</p>

Bacharelado em Ciências Econômicas”

CURSO/SEMESTRE	Não tem semestre fixo
DISCIPLINA	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	nenhum
CÓDIGO	1310277
DEPARTAMENTO	Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 horas semestrais
CRÉDITOS	04 créditos
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA ANO/SEMESTRE	Teórica 1º semestre
PROFESSORES RESPONSÁVEIS	Ivana Gomes da Silva Fabiano Souto Rosa
OBJETIVOS	Desenvolver e introduzir elementos da LIBRAS que possibilitem aos alunos dar continuidade à construção de habilidade e desempenho na comunicação em Língua Brasileira de Sinais.
EMENTA	Uma introdução à Língua de Sinais, uma comunicação visual, com sua gramática. Alfabeto manual. Diálogos com estruturas afirmativas, negativas e interrogativas. Expressões de quantificação e intensidade – adjetivação. Descrição. Narrativa básica.
PROGRAMA	Alfabeto manual Saudação, apresentação Profissões Família Dias da semana, calendário Números Tempos: presente, passado e futuro

	Ação - Verbos Afirmativo, negativo e interrogativo Advérbios de lugar e preposições Pronomes pessoais Pronomes com verbos Pronomes demonstrativos Cores Animais Frutas Alimentação Bebidas Dinheiro – moedas Relógio - horas Figuras geométricas Singular e plural Casa Condições climáticas
BIBLIOGRAFIA	AMORIM, S.L. Comunicando a Liberdade: A Língua das Mão, Florianópolis, 2000. CAPOVILLA, F. Diccionario Trilíngüe de LIBRAS, 2001. FELIPE, T. Integração Social e Educação de Surdos, Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993. LOPES, M.C. Relações de Poderes no Espaço Multicultural da Escola para Surdos. In: Skliar (ed), 1998, p.105-122.